



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

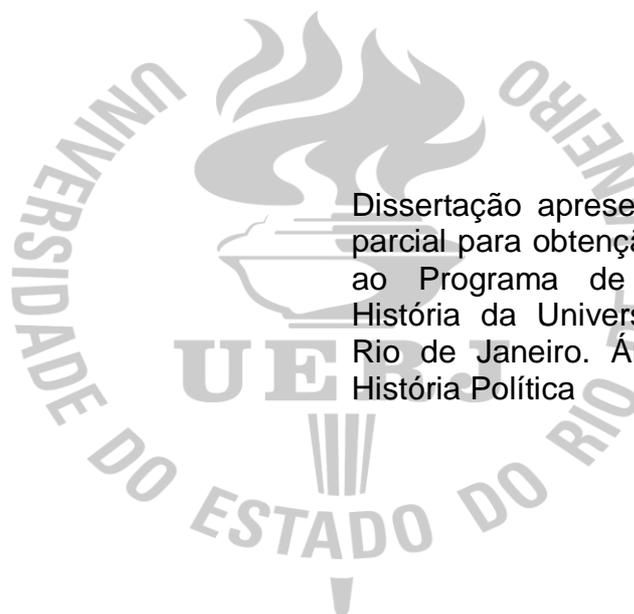
Maria Izabel Vasconcellos Pitanga Espírito Santo de Araújo

**“Albergue da Boa Vontade um projeto de proteção aos desvalidos”
(1931-1943)**

Rio de Janeiro
2016

Maria Izabel Vasconcellos Pitanga Espírito Santo de Araújo

“Albergue da Boa Vontade um projeto de proteção aos desvalidos” (1931-1943)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política

Orientadora: Prof.^a Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães.

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

A663 Araújo, Maria Izabel Vasconcellos Pitanga Espírito Santo de.
“Albergue da Boa Vontade um projeto de proteção aos desvalidos” (1931-1943) / Maria Izabel Vasconcellos Pitanga Espírito Santo de Araújo. – 2016.
105 f.

Orientadora: Lúcia Maria Paschoal Guimarães.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Albergues para desabrigados – Teses.
2. Mendicância – Teses. 3. Assistência Social. – Teses.
I. Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 364-5

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maria Izabel Vasconcellos Pitanga Espírito Santo de Araújo

“Albergue da Boa Vontade um projeto de proteção aos desvalidos” (1931-1943)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política

Aprovada em: 27 de junho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Laurinda Rosa Maciel
Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Tania Bessone
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Para Bruno

AGRADECIMENTOS

À professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que generosamente me orientou neste trabalho. Obrigada professora Lúcia, pela sua constante presença, pelo incentivo, pela paciência.

À professora Laurinda Rosa Maciel e ao professor André Luiz Vieira de Campos, que contribuíram significativamente para a realização deste trabalho.

Agradeço também aos professores: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Laura Nery, Marilene Rosa Nogueira da Silva e Hilton Meliande pelas aulas na graduação e na pós-graduação, possibilitando importante espaço de discussão e debates sobre o vasto campo da História.

Aos meus colegas da Pós-Graduação, agradeço a experiência de compartilhar os desafios e as angústias inerentes ao trabalho intelectual.

Ao meu companheiro Bruno, que sempre esteve ao meu lado. Obrigada por tudo.

A todos aqueles, que embora não citados nominalmente, contribuíram de algum modo para a concretização deste trabalho.

RESUMO

ARAÚJO, M. I. V. P. E. S. *“Albergue da Boa Vontade - Um projeto de proteção aos desvalidos” (1931-1943)*. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta dissertação busca analisar a trajetória do Albergue da Boa Vontade, entre 1931 a 1943. A instituição foi criada em 1931, com o propósito de acolher a população carente, que perambulava à noite pela região central da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. O Albergue foi erguido com fundos particulares, embora a ideia de construir um prédio para abrigar os “desvalidos” tenha partido de Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho do Governo Provisório, que negociou junto à administração pública a doação do terreno para sediar o empreendimento. O projeto do prédio foi preparado pelos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro e sua construção contou com o apoio de diversas personalidades da política e da sociedade carioca, destacando-se, entre elas, o presidente da Associação Comercial, Serafim Valandro. Em 1934, o Albergue da Boa Vontade foi transferido para a Prefeitura do Distrito Federal, durante a gestão de Pedro Ernesto, quando finalmente começou a funcionar. O órgão atuou no combate à mendicância consoante a política assistencialista e trabalhista do governo de Getúlio Vargas, e suas atividades também foram alvo da publicidade do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Além disso, participou do esforço de guerra, em 1943, colaborando na triagem médica de voluntários e depois na seleção de um contingente de albergados, que foram incorporados ao Exército da Borracha, na Amazônia.

Palavras-chave: Albergue da Boa Vontade. Mendicância. Municipalidade. Assistência Social.

ABSTRACT

ARAÚJO, M. I. V. P. E. S. *“Hospice “Boa Vontade” - a Project to protect the homeless” (1931-1943)*. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This thesis tries to find out the account of an Hospice “Boa Vontade”, between the years 1931 to 1934, an instituton created in the year 1931 to host the nighty’s homeless who wandered by the downtown city of Rio de Janeiro the Capital of Brazil in that time. The Idea to set up the hospice came from Lindolfo Collor, the Minister of labor from the provisory governement, who negotiated with the governement’s administration, the acquisition of the lot. It was designed by the archictects Affonso Eduardo Reidy and Gerson Pompeu Pinheiro and the funds were raised by national’s iniciatives, among many importants personalities from the political and social scenarios, with remarkable support from Serafim Valandro, the director of the commercial chambre. The hospice was transfered to the Mayor’s administration in 1934, in a process called “municipalização”. In that same year it has started its activities during Pedro Ernesto’s mandate. The hospice worked against the poverty and the mendicancy in the context of Vargas’policy for the working classes. Its activities were showed in the propaganda of the governement by the state agency named “DIP-“Departamento de Imprensa e Propaganda”. In 1943, many inmates were asked to contribute for the health/clinical examination in the volunteers for the second world war and in the extraction of rubber, at Amazon state, as part of the policy for the warfare.

Keywords: Hospice of “Albergue da Boa Vontade”. Mendicity. Mayor’s administration – named “municipalidade”. Social Assistent.

“O historiador é aquele que pode retirar do esquecimento personagens que naufragaram com o tempo. Ele pode generosamente oferecer a possibilidade a estes rostos e a estas vozes silenciadas de tremularem por algum tempo na ponta do presente”.

Albuquerque Junior, D. M. de. 2007, p. 212.

Lista de ilustrações

Figura nº 1 Carlos Costa, Chefe de Polícia	26
Figura nº 2 Visita dos membros do Rotary Club e seus associados	30
Figura nº 3 Propaganda do espetáculo	31
Figura nº 4 Fundação Afonso Pena, 1931	34
Figura nº 5 Fachada da edificação Afonso Pena	38
Figura nº 6 Albergue da Boa Vontade – planta andar térreo	43
Figura nº 7 Albergue da Boa Vontade – planta 2º andar	44
Figura nº 8 Assinatura da ata para a construção do Albergue da Boa Vontade	49
Figura nº 9 Albergue da Boa Vontade – Fachada do prédio, 1931	50
Figura nº 10 Albergue da Boa Vontade – vista do interior, 1933	52
Figura nº 11 Albergue da Boa Vontade – cerimônia de inauguração, 1934	56
Figura nº 12 Albergue da Boa Vontade – café da manhã dos internos, 1939	61
Figura nº 13 Médico Victor Tavares de Moura	62
Figura nº 14 Albergue da Boa Vontade – visita de alunas, 1938	67
Figura nº 15 Albergue da Boa Vontade, 1941	77
Figura nº 16 Albergue da Boa Vontade – fachada do prédio, 2008	83
Figura nº 17 Albergue da Boa Vontade – lateral do prédio, 2008	83
Figura nº 18 Albergue da Boa Vontade – vista do prédio, 1934	84

Lista de tabelas

Tabela nº 1	60
Tabela nº 2	70

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	UM REFÚGIO PARA QUEM NÃO TEM PÃO NEM TETO	15
1.1	Um projeto inovador	15
1.2	A experiência malograda da Fundação Afonso Pena	24
2	A CIDADE PRECISA DE ALBERGUES NOTURNOS	39
2.1	Novas autoridades, velhas práticas	39
2.2	A pá de prata	48
3	DE ALBERGUE NOTURNO A CENTRO DE REEDUCAÇÃO E SELEÇÃO PROFISSIONAL	58
3.1	A sopa do meio dia	58
3.2	Os possíveis retorno à vida útil	62
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXO 1 – Organograma da Secretaria Geral de Saúde e Assistência	102
	ANEXO 2 – Questionário Social	103
	ANEXO 3 – Ficha Social	107

INTRODUÇÃO

A descoberta de uma das fontes mais importantes para minha pesquisa se deu a partir da experiência de estágio curricular nas disciplinas Estágio Supervisionado I e II, ministradas pelo professor Hilton Meliande, para obtenção do título de licenciatura do ensino de História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, escolhi o Colégio Estadual João Alfredo por ser próximo da UERJ.

O Colégio ocupa uma grande área verde, ao lado do Hospital Pedro Ernesto, no bairro de Vila Isabel. E, no mesmo terreno, ergue-se o Instituto Municipal de Geriatria e Gerontologia Miguel Pedro, que possui uma parte de sua estrutura geminada ao colégio. Ambos situam-se no mesmo endereço, a rua principal do bairro: Boulevard 28 de setembro nº 109, sendo que no caso do Instituto é acrescentada a especificação “fundos”.

O Colégio e o Instituto estão localizados na parte mais íngreme do terreno, e dessa forma não são visíveis para quem está na calçada do Boulevard, talvez, devido às alterações que se processaram do espaço urbano ao longo dos anos. Somente se veem as placas indicativas da existência das duas instituições na via plana do Boulevard, próximo ao número 109.

A partir destas mudanças na topografia do bairro, perguntei aos meus colegas da turma de estágio curricular quem conhecia a localização do colégio e, muitos não sabiam responder. Então tive a ideia de apresentar para como trabalho de conclusão do estágio¹, um estudo sobre o Colégio João Alfredo e o Instituto Miguel Pedro como espaços de memória cujo acervo monumental e documental pouco explorado, já que não são lugares visitados para tal finalidade. Encontram-se poucas referências ao Colégio e ao Instituto, na história do bairro de Vila Isabel.

As áreas que hoje o Colégio e o Instituto ocupam correspondem, respectivamente, ao Asilo dos Meninos Desvalidos e os seus antigos dormitórios. O asilo foi criado em 1875, no Segundo Reinado, com objetivo de dar assistência aos órfãos e desamparados, sendo-lhes também oferecido ensino primário profissionalizante.

Quando solicitei autorização para retratar o Colégio e o Instituto, a fim de ilustrar o trabalho final do estágio, tive oportunidade de ver algumas fotos antigas do

¹ O trabalho final foi feito por um trio de alunas que estagiaram no Colégio João Alfredo. As duas alunas que participaram do trabalho são Luana Ferreira e Daniela Pereira.

Asilo, que permaneciam guardadas na direção do Colégio. Também tive acesso a dois velhos fichários, contendo papéis da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública do antigo Distrito Federal, que se encontravam nas dependências da direção do Instituto Miguel Pedro.

Depois de reproduzir os antigos retratos do Colégio e do Instituto, decidimos fotografar, também, o material encontrado nos fichários. Descobrimos ali a existência de 26 fichas com registros de pessoas que haviam sido acolhidas em uma instituição denominada Albergue da Boa Vontade.

Curiosa, debrucei-me sobre aquela documentação, e tentei buscar mais dados sobre as fichas, que me pareceram bem instigantes, como se verá no 3º capítulo deste trabalho.

Entretanto, na pesquisa sobre a origem das fichas enfrentei diversos percalços. A começar pela pouca informação disponível a respeito do Albergue da Boa Vontade, no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Outra dificuldade com que me deparei foi a indisponibilidade de consultar novamente o fichário da Secretaria, que estava sob a guarda da direção do Instituto Municipal de Saúde Miguel Pedro. A instituição havia encerrado suas atividades ao público devido a obras de restauração.

A partir da leitura do Álbum Comemorativo do 2º ano da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública consegui montar um organograma da Secretaria e, aí localizar o Albergue da Boa Vontade, vinculado ao Serviço de Assistência Médico Social. Contudo, o mistério perdurava: como o Albergue da Boa Vontade atuava? Quais as suas finalidades? A quem se destinava?

O encontro com a pesquisadora Laurinda Maciel, da Casa Oswaldo Cruz, jogou luz sobre o problema. Através de Laurinda, soube que a Casa é depositária do arquivo Victor Tavares de Moura (1892-1960), médico que dirigiu o Albergue da Boa Vontade entre 1937 a 1944.

Consultei a documentação do arquivo Victor Tavares de Moura, o que me permitiu avançar bastante na investigação. Não obstante, algumas questões ainda permaneciam em aberto, pois nos papéis que pertenceram ao médico fica evidente que a criação do Albergue foi anterior à sua gestão.

O historiador Carlo Ginzburg sugere que a identificação de alguns indícios mínimos podem ser elementos reveladores de fenômenos mais gerais. Para Ginzburg, minúsculas particularidades podem ser empregadas como pistas que permitem reconstruir a totalidade. Nas suas palavras, "(...) se a totalidade é opaca,

existem zonas privilegiadas – sinais, indícios que permitem decifrá-las”. (Ginzburg, 1990. p.177)

No que diz respeito ao Albergue da Boa Vontade, as tais pistas indicadas por Ginzburg seriam encontradas, sobretudo na imprensa da cidade do Rio de Janeiro. Busquei nas fontes jornalísticas matérias que veiculavam notícias sobre o Albergue nas décadas de 1930 e 1940, e assim fui mais bem sucedida.

Consideramos a importância da imprensa como fonte de pesquisa para os estudos históricos, mas há algumas considerações a fazer quanto ao uso destes testemunhos: devemos estar atento para identificar a orientação política ou social do jornal pesquisado, bem como ter em mente o limite imposto ao historiador por desconhecer casos de colaboradores anônimos que porventura tenham redigido determinada matéria.

Neste sentido, lembramos que Paul Thompson argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Contudo acreditamos que a heurística para tal problemática seja explorar e cotejar os variados testemunhos disponíveis. (THOMPSON, 1992. p.137)

No correr da pesquisa foram analisados os jornais *Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *A Noite*, *O Radical*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite*, *A Batalha*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*. A leitura desses periódicos possibilitou recuperar as origens do Albergue da Boa Vontade, o movimento filantrópico que redundou na sua construção e, depois o seu funcionamento como um órgão público.

Cabe aqui esclarecer, que a criação do Albergue foi um empreendimento particular, embora quem deu o primeiro passo para a realização do projeto foi Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, como será demonstrado neste trabalho. Aliás, na época era comum o estabelecimento de instituições de filantropia que depois eram encampadas pelo governo, tal como se vê na dissertação de Luiz Maurício de Abreu Arruda, “A nova jericó maldita – Um estudo sobre a Colônia do Iguá em Itaboraí/ Rio de Janeiro, 1935 – 1953”.

Por outro lado, a medida que o Albergue da Boa Vontade foi incorporado pela Prefeitura em 1934, seu funcionamento também deve ser associado com as políticas de saúde pública e de controle social promovidas pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, cabe assinalar, que em 1937, foi criada na Prefeitura do Distrito Federal a Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública.

A nova Secretaria englobou vários setores já existentes, que foram denominados, posteriormente, de Departamentos de Assistência Hospitalar; de Assistência Médico Social; de Proteção Sanitária e de Medicina Veterinária e de Serviços Auxiliares. Na estrutura do Departamento da Assistência Médico Social da Secretaria situavam-se o Albergue da Boa Vontade, o Asilo São Francisco de Assis, antigo Asilo dos Meninos Desvalidos e a Delegacia Social. (Ver o organograma em anexo 1). A organização dos serviços de assistência da Secretaria Geral de Saúde estava voltada para atender às demandas de indivíduos então chamados de “desajustados sociais”.

O Albergue da Boa Vontade foi erguido entre 1931 e 1932, a partir de um projeto dos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro, em amplo terreno, localizado na Praça da Harmonia, s/nº, Gamboa, área do centro da cidade hoje em dia abrangida pelo projeto do Porto Maravilha. A edificação foi tombada em julho de 2006, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por ser considerada um dos exemplos mais representativos do alvorecer da arquitetura moderna no Brasil. Mas, curiosamente, no decreto de tombamento não consta uma palavra sequer sobre a origem do prédio ou sobre a história do Albergue².

Apesar da sua construção ter sido concluída em 1932, o Albergue só veio a ser inaugurado dois anos depois, em 18 de outubro de 1934, depois de encampado pela Prefeitura do Distrito Federal. Destinava-se a prestar amparo aos desvalidos e sem trabalho. Proporcionava abrigo noturno a indivíduos dos dois sexos, adultos e menores, privados de domicílio por motivos justificados.

De acordo com Lídia Medeiros, a ação desenvolvida no Albergue, nos seus primeiros anos, caracterizava-se pela assistência imediata aos carentes, oferecendo cuidados com saúde, alimentação, higiene e abrigo provisório.

Mas, ao que tudo indica, com o correr do tempo o Albergue ampliou se espectro de atuação, passando a funcionar também como um centro de triagem, que buscava separar os indivíduos suscetíveis de aproveitamento para o trabalho daqueles considerados incapazes de retornar à vida útil. A classificação parece ter sido introduzida pelo médico Victor Tavares de Moura, a partir de 1937, ano em que assumiu a direção do Albergue da Boa Vontade e do Departamento Social da

² À Decreto nº 26.712 de 11 julho de 2006. Atualmente, funciona no prédio o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro criado em 1998, instituição voltada ao atendimento a pacientes com transtornos de saúde mental, integrado à rede de atenção do SUS.

Secretaria de Saúde e Assistência, na gestão do Interventor Federal Cônego Olímpio de Melo.

Portanto, as fichas que encontrei no Instituto Miguel Pedro correspondem a registros das atividades realizadas pela Delegacia Social no Albergue da Boa Vontade, com vistas à reintegração social da população pobre, por meio de assistência médica e social, e encaminhamento para o trabalho. Constituem, assim, importantes testemunhos do funcionamento daquela instituição de acolhimento, cuja trajetória nos ocupamos nesta dissertação.

O número de fichas é bastante reduzido, porém as anotações ali contidas permitem esboçar em rápidos traços o perfil do albergado e o tipo de atendimento que lhe era prestado. Para complementar esta documentação, foram também compulsados os papéis do Fundo Tavares de Moura, ao lado de fontes da imprensa da época, conforme já se mencionou.

A dissertação está dividida em três capítulos:

No primeiro capítulo intitulado “Um refúgio para quem não têm pão nem teto”, estudamos o Albergue da Boa Vontade a partir da escassa historiografia que existe a respeito do órgão. Procuramos identificar suas origens, articulando-as à crise econômica que se instaurou no Brasil na década de 1920. Nesse contexto, destacamos a existência no Distrito Federal de uma associação particular, que antecedeu o Albergue, voltada para “desviar da mendicância e da ociosidade” aqueles que não possuíam meios para subsistência.

No segundo capítulo, “A cidade precisa de albergues noturnos”, examinamos a proposta de criação do Albergue, seus idealizadores, nomeadamente Lindolfo Collor, recém-empossado no Ministério do Trabalho, do Governo Provisório instaurado por Getúlio Vargas, depois da chamada “Revolução de 30”. Acompanhamos também o processo de construção do prédio, projetado por Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro. Ainda nesse capítulo, identificamos de que modo o Albergue foi encampado pela Prefeitura em 1934.

No último capítulo denominado “De albergue noturno a centro de reeducação e seleção profissional” traçamos um quadro do funcionamento do Albergue, destacando as suas atividades cotidianas e oferecemos um perfil, ainda que “aligeirado”, dos indivíduos que ali buscavam acolhimento, destacando o período em que Victor

Tavares de Moura dirigiu o Albergue, época em que órgão foi considerado estabelecimento modelar e servia de vitrine para a propaganda do Estado Novo. Por fim, abordamos a atuação do Albergue na seleção de trabalhadores para a extração da borracha na Amazônia, e a sua contribuição para o esforço de Guerra, em 1943.

1 UM REFÚGIO PARA QUEM NÃO TEM PÃO NEM TETO

1.1 Um projeto inovador

A historiografia ainda não se debruçou com o devido cuidado sobre a instituição denominada de Albergue da Boa Vontade, inaugurada na cidade do Rio de Janeiro, em 1934. De um modo geral o Albergue é abordado nos estudos de arquitetura, embora superficialmente, sobretudo, uma vez que o seu prédio é sempre apontado pelos autores como uma das primeiras obras modernistas executadas no Rio de Janeiro, como se vê no filme “Reidy, a construção da utopia”³.

De fato, o projeto do Albergue foi idealizado e executado por Affonso Eduardo Reidy, em parceria com Gerson Pompeu Pinheiro. Cabe salientar que a notoriedade da autoria do projeto recai mais sobre a figura de Reidy do que de Pompeu Pinheiro. Talvez a distinção possa ser atribuída às trajetórias profissionais diferentes. O primeiro fez carreira na administração pública e se destacou com projetos urbanos que mudaram a paisagem carioca, enquanto o segundo voltou-se para área das artes, desenho, pintura, e mais tarde, exerceu o magistério.

Na biografia de Reidy, o prédio do Albergue não sobressai tanto quanto outros projetos mais famosos e populares, por assim dizer, considerados elementos integrantes de parte da memória coletiva da cidade, como o Aterro, o Parque do Flamengo⁴, Museu de Arte Moderna (MAM), ambos construídos na década de 1950. Aliás, no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, organizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas no verbete dedicado a Reidy⁵ não há menção ao projeto do Albergue da Boa Vontade.

Cabe abrir um parêntese para descrever, brevemente, o percurso da vida de Affonso Eduardo Reidy. Nascido em Paris, no ano de 1909, transferiu-se para o Brasil e ingressou, em 1926, na Escola Nacional de Belas Artes. Em 1929, ainda como estudante, foi designado para servir junto ao urbanista Alfred Agache na elaboração

³ O filme “Reidy – A construção da utopia”, com direção e roteiro de Ana Maria Magalhães, foi vencedor dos prêmios de melhor documentário de longa-metragem do Festival do Rio 2009 e, também ganhou o prêmio “Pólis no Cine Eco Seia 2010”, em Portugal.

⁴ Segundo arquiteta Eline Maria Moura Pereira Caixeta, o Parque do Flamengo não se tratavam de mais um espaço de lazer destinado a uma parcela limitada e localizada da população, mas de um parque em escala compatível a uma grande metrópole cosmopolita.

⁵ https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/affonso_eduardo_reidy, acessado em março de 2015.

do Plano Diretor⁶ da Cidade do Rio de Janeiro, tendo passado posteriormente a seu principal assistente, função que desempenhou até a extinção do Plano. Exerceu o magistério na Escola Nacional de Belas Artes e, em 1932, tornou-se arquiteto-chefe da Prefeitura do Distrito Federal, posto no qual permaneceria até 1950. Por indicação de Le Corbusier, em 1936, participou do grupo de jovens arquitetos responsável pelo projeto do edifício do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em seguida, em 1937, compôs a equipe que projetou a Cidade Universitária da Ilha do Fundão. Faleceu em 10 de agosto de 1964.

Quanto a Gerson Pompeu Pinheiro⁷ (Campinas, São Paulo, 1910 – Rio de Janeiro, 1978) foi arquiteto, desenhista e pintor. Em 1933, recém formado, foi admitido como desenhista do Ministério da Marinha. Em 1938, recebeu o título de livre-docência na cadeira de Teoria e Filosofia da Arquitetura na Escola de Belas Artes. Em 1941, concluiu o curso de desenho na Faculdade Nacional de Filosofia, seguiu carreira acadêmica na Escola de Belas Artes, chegando a ocupar em 1958, o cargo de diretor da Escola.

A lacuna do projeto do Albergue nas biografias dos seus arquitetos, bem como a falta de um olhar historiográfico sobre o assunto, possivelmente pode ser explicada pelas circunstâncias históricas que envolvem a criação de uma instituição voltada para a pobreza e a mendicância, os chamados “deserdados da sorte, em um contexto marcado pela valorização de um país que se desejava ser moderno e urbano.

Reidy é distinguido nos estudos de arquitetura como um pioneiro que se ocupou das questões da sociedade e da cidade. A importância do seu trabalho é relacionada com a problemática da habitação popular. Segundo alguns autores, ele entendia que criar espaços para habitação era algo mais amplo do que apenas desenhar plantas de moradia. (CAIXETA, 2000; GOMES e ESPINOZA, 2009; PINHEIRO, 2009). Defendia a ideia de cidade funcional, valorizando os espaços públicos enquanto educativos e criando novas paisagens. Neste sentido, redimensionava o papel da arquitetura como agente de transformação da realidade.

A arquiteta Eline Maria Moura Pereira Caixeta no trabalho “Uma arquitetura para a cidade: a obra de Affonso Eduardo Reidy, o denomina de “poeta construtor”.

⁶ O Plano Agache abriu novas perspectivas para o urbanismo na Cidade-Capital do Rio de Janeiro. Apesar de não ter sido efetivamente implementado, o Plano trouxe mudanças significativas para a cidade que não parava de crescer e de ser núcleo de atração das migrações internas.

⁷ http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_gpp.htm, acessado em junho de 2015.

Caixeta examina os seus projetos sob dois aspectos: de um lado o poeta que transcende a estrutura material do concreto bruto garantindo a estética, comovendo e emocionando o público, de outro lado, o profissional que associava a técnica e o trabalho preciso, guiado por uma racionalidade.

Vale ainda lembrar que a vida e a obra do arquiteto foram narradas no filme “Reidy, a construção da utopia”, conforme se mencionou. O documentário ressalta a excepcionalidade do profissional e o seu legado para a arquitetura carioca, sobretudo “O conjunto residencial Pedregulho⁸, iniciado em 1947 e concluído no início da década de 1950; o Teatro de Marechal Hermes; o Museu de Arte Moderna e o Aterro do Flamengo, obras que foram citadas anteriormente.

O filme alterna depoimentos de profissionais da área como o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o urbanista Lúcio Costa (1902-1998) e o arquiteto francês Roland Castro, destacando a rede de relações de Reidy, composta por nomes de excelência como Alfredo Agache, Le Corbusier e Lúcio Costa, este último também entrevistado no documentário.

Talvez, o testemunho mais expressivo sobre o legado social da obra de Reidy possa ser atribuído a engenheira Carmen Velasco Portinho, sua companheira e a primeira mulher que obteve no Brasil o título de urbanista pela Universidade do Distrito Federal, UDF, em 1939:

“O sonho de Reidy era construir uma cidade igual para todos através de uma arquitetura social. Ele pensava o homem como o centro de suas atenções (...) Ao construir a paisagem urbana do Rio, Reidy promoveu também a sua transformação em cidade moderna”.(filme “Reidy, a construção da utopia”)

Em que pesem os relatos dessas notoriedades sobre as preocupações sociais da arquitetura desenvolvida pelo dito “poeta construtor”, o projeto do Albergue da Boa Vontade é referido apenas rapidamente no filme por Paulo Mendes da Rocha, como um exemplo do traço modernista.

De todo modo, no caso do Albergue, a melhor avaliação foi dada pelo arquiteto Yves Bruand (1981), que destacou as especificidades no projeto, ao adequar a

⁸ No conjunto residencial “Pedregulho”, Affonso Eduardo Reidy propõe uma reestruturação urbana baseada em núcleos habitacionais interligado ao sistema de transporte. Estabelece um novo modo de viver na cidade moderna. A obra era destinada para os funcionários da prefeitura. O projeto reunia além dos blocos de habitação, um posto de saúde, o abastecimento, e uma lavanderia coletiva. As máquinas da lavanderia foram importadas da Alemanha. O projeto de Reidy foi considerado um traço de modernidade que possibilitava na prática, as mulheres poderem se dedicar mais tempo aos filhos e ao trabalho.

edificação ao meio físico, utilizando a própria arquitetura para promover condições de conforto:

“Para obter uma iluminação uniforme por meio de janelas em toda a extensão do prédio; salas de trabalho com orientação para a face sul, onde o sol tem a menor incidência no local, galerias de circulação externas, que acabavam por funcionarem como marquises de proteção do sol, ventilação cruzada para reduzir o calor com as correntes naturais de ar”. (BRUAND, 1981. p. 38)

Tal qual ocorre no campo da arquitetura, o Albergue da Boa Vontade também aparece mencionado nos domínios da medicina social. Sabe-se que nos últimos anos, o estudo da história das enfermidades tem alcançado grandes avanços no âmbito historiográfico sob o enfoque da doença e sua dimensão social. Neste campo de pesquisa, os especialistas vêm ultrapassando as intermináveis descrições das doenças e as biografias de médicos notáveis, passando a dialogar com outros saberes como a antropologia social, a história demográfica, a história da cultura.

Não obstante, na década de 1930, os estudos sobre saneamento e higiene destacavam-se por um forte viés positivista, ou seja, valorizava-se o “inevitável progresso” da medicina sob a perspectiva do trabalho médico-investigativo, sem qualquer compromisso analítico com o processo social. Ressalta-se nesses estudos doenças como a malária presente no interior do país; a hanseníase cujo tratamento consistia no isolamento compulsório, a tuberculose que era um grave problema sanitário.

Na contramão desta abordagem há que destacar a contribuição do sanitarista Décio Parreiras⁹, antigo diretor do Departamento de Higiene e Assistência Social do Distrito Federal. O trabalho intitulado “*Higiene Pública no Rio de Janeiro*” (Distrito Federal) foi publicado no “Boletín de La Oficina Sanitária Panamericana”, em novembro de 1942.

Décio Parreiras faz uma cronologia da criação dos serviços de saúde pública no Rio de Janeiro, associando-os aos surtos epidêmicos de várias moléstias, que aí grassavam. Ele traça como marco fundador as doenças registradas desde o Período Colonial, em fontes datadas de 1686, e oferece um inventário das medidas de ordem sanitária tomadas no Brasil até 1940. Ele apresenta dados estatísticos e aponta a

⁹ Décio Parreiras nasceu em 1883. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo feito Pós-Graduação em Higiene e Saúde Pública na Universidade do Brasil (antiga denominação da UFRJ). Foi Inspetor Federal de Saúde Pública, e professor catedrático da clínica das Doenças Tropicais e Infectuosas da Faculdade Fluminense de Medicina, posição que ocupou até meados da década de 1950. Fonte: www.professores.uff.br/dip-8/hist_dip/hist_dip.html, acessado em maio/2015.

criação de várias instituições e serviços que mais tarde seriam transferidos para a responsabilidade da Prefeitura do Distrito Federal.

O estudo de Parreiras revela indícios de que no Brasil, desde o início do século passado, a medicina já vinha atuando em consonância com a administração pública. Desta forma, entre os órgãos do governo, no âmbito do Serviço Social da Prefeitura do Distrito Federal, o autor menciona a existência do Albergue da Boa Vontade, ao lado do Asilo São Francisco de Assis, ambos direcionados para a assistência e o controle da população carente, que perambulava pela cidade, hoje em dia designada como “população de rua”. No caso do Albergue, o sanitarista assinala um traço singular nas atividades desenvolvidas pelo órgão, a inauguração em 1937 de um serviço de experimentação para o trabalho, com a finalidade de preparar o albergado para o “retorno à vida útil”.

O Albergue da Boa Vontade também é examinado por Lídia Alice Medeiros, na dissertação de mestrado “Atendimento à pobreza no Rio de Janeiro durante a Era Vargas, do Albergue da Boa Vontade aos Parques Proletários: a atuação do Dr. Victor Tavares de Moura” (1935 – 1945). O trabalho de Medeiros aborda as iniciativas de combate à pobreza, tendo como fio condutor a trajetória profissional do médico Tavares de Moura.

Medeiros apresenta fontes inéditas, obtidas por cessão da filha do médico, d. Maria Coeli Moura¹⁰. A autora analisa a problemática da política de assistência à população pobre no Distrito Federal, durante o primeiro Governo Vargas, tomando como estudo de caso o trabalho realizado por Victor Tavares de Moura, médico que entre 1937 e 1944, exerceu a direção Albergue da Boa Vontade e, posteriormente, do Departamento de Assistência Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência. Neste último cargo foi responsável por um estudo que visava a extinção de cerca de trinta favelas do então Distrito Federal, por meio de um processo de remoção para

¹⁰ A proposta de organizar o arquivo pessoal de Victor Tavares de Moura veio a partir da contribuição de estudos e pesquisas realizados no URBANDATA-BRASIL (Banco de Dados sobre o Brasil Urbano), que na época da dissertação de Medeiros, 2002, funcionava na Universidade Candido Mendes, com o apoio do IUPERJ, sob a coordenação da professora Licia do Prado Valladares. Em 2005, a equipe coordenada por Ana Luce Girão Soares, chefe do Departamento de Arquivo e documentação da Casa de Oswaldo Cruz, com o apoio da FAPERJ, acolheu a proposta de Valladares de abrigar o acervo de Tavares de Moura, e então realizou-se a elaboração do inventário do arquivo pessoal de Tavares de Moura, a partir do tratamento e a construção de instrumentos de consulta, que reúne a trajetória pessoal e profissional de Tavares de Moura, e também a entrevista concedida pela filha de Tavares de Moura, Maria Coeli Moura, para o Projeto Memória da Favela Carioca: médicos, pobreza e reforma social, uma parceria do URBANDATA-BRASIL com a COC/FIOCRUZ e o IUPERJ, realizada por Lidia Medeiros, Jacqueline Lima e Monique Batista, em 22/01/2002. A revisão foi feita por Lidia Medeiros com a entrevistada em 15/03/2005.

Parques Proletários Provisórios, onde essas pessoas passariam por um processo de reeducação para o trabalho.

Lídia Medeiros conclui que os projetos desenvolvidos por Tavares de Moura correspondiam a ações pontuais e circunscritas que iam ao encontro da proposta do Presidente Vargas, cujo maior objetivo consistia na valorização do trabalho e na inserção dos trabalhadores urbanos no sistema político como agentes que, precisavam ser organizados e controlados pelo Estado.

Neste sentido, esses indivíduos participariam do esforço para promover o crescimento do país, através da sua força de trabalho e do apoio incondicional ao governo, como veremos mais adiante, no terceiro capítulo deste estudo, a propósito do recrutamento de homens acolhidos no Albergue da Boa Vontade selecionados para trabalhar na extração da borracha no período da 2ª Guerra Mundial.

Para Ângela de Castro Gomes, em sua obra “A invenção do Trabalhismo”, nos anos 1930 verifica-se o aparecimento de uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. A par disso, cumpre considerar que uma série de inovações vinha-se desenvolvendo no campo das ideias políticas, sobretudo na questão das relações de trabalho compartilhadas na vida social estabelecendo o que podemos compreender por uma cultura política¹¹ fundamentada no culto ao trabalho.

De acordo com Castro Gomes, no decorrer de séculos, no mundo em geral e também no Brasil, a pobreza era considerada um fato inevitável e até útil, uma vez que consistia em um estímulo ao trabalho. Os “pobres”, brancos ou negros, tornavam-se operosos por força da necessidade, enquanto cabia aos “homens bons” a responsabilidade social por sua existência e pelo progresso da nação. O processo pelo qual a pobreza começa a ser identificada como incômoda está associado ao desenvolvimento das relações capitalistas, mais especificamente identificadas no mercado de compra e venda da força de trabalho.

Corroborando esta análise da constituição do mercado de trabalho livre no Brasil, a socióloga Lícia Valladares assinala a complexidade do processo de assalariamento: era preciso de um lado levar o trabalhador a se transformar em

¹¹ O conceito de “cultura política” refere-se à vertente da História Política dita renovada a partir de uma perspectiva multidisciplinar contribuindo assim para entender a dimensão política da vida social. Destacam-se os autores: Serge Berstein, em sua obra “A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998 e Pierre Rosanvallon, “Por uma história filosófica do político”. In: *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

mercadoria que se vende no mercado de trabalho e de outro lado era preciso convencê-lo a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado ao invés de escolher outras alternativas de vida como a sobrevivência à base de ganhos irregulares.

Consoante esta construção ideológica que a noção de pobreza se estabelece no mundo do não-trabalho. O pobre era aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo. Aquele que ficava fora do controle da nova ordem instituída, não tendo se deixado convencer pela positividade do trabalho. Enfim, aquele que recusava o assalariamento. Neste sentido, enquanto o trabalho é visto como a lei suprema da sociedade, a ociosidade é percebida como uma ameaça constante à ordem. “O ocioso é o indivíduo que se nega a pagar a dívida com a comunidade através do trabalho honesto, colocando-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum”. (CHALHOUB,1986; VALLADARES, 1991)

Contribuindo para este raciocínio, Lícia Valladares aponta para a suposição de que o trabalhador não seria considerado pobre, pois recebia um salário, dispondo assim de um rendimento regular, o que o diferenciava dos que viviam de “expedientes”, de ganhos ocasionais ou da mendicância.

Os estudos historiográficos sobre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX apontam para uma chave interpretativa, ou seja, a existências de “interdependências temáticas”, para estabelecer conexões na análise de temas que articulam a situação da pobreza às condições de saúde e higiene da população, de suas habitações, e a necessidade do desenvolvimento de ações políticas/assistencialistas (CHALHOUB, 1986; VALLADARES, 1991). O discurso sobre a pobreza, por conseguinte, se estende também à questão da saúde e à necessidade de higienização da cidade. O saneamento do espaço público garantiria a resolução do problema, por meio das várias reformas urbanas, que tiveram lugar no Rio de Janeiro, naquele período.

Com o advento da industrialização surgiram novas formas de produção que submetiam o operariado a condições subumanas de vida e trabalho. Os trabalhadores, por sua vez, começaram a se organizar em sindicatos, através dos quais passaram a reivindicar direitos, como melhores salários, redução da jornada de trabalho, seguro para acidentes, férias e aposentadoria. A atividade sindical no Brasil apresentou várias tendências políticas, entre elas, a socialista e a anarquista, dando

ensejo à ocorrência de greves importantes no país. Tal conjuntura provavelmente precipitou o surgimento das primeiras leis sociais e sindicais na virada do século XIX para o XX. (D'ARAÚJO, 2003, p.221)

Ao mesmo tempo outra problemática a se enfrentar era a manutenção da ordem e do controle social da classe laboral. Isto se fazia notar no discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre, escravo/liberto e o emigrante pobre em trabalhador assalariado.

No que diz respeito a intervenção do Estado nas questões sociais, Sonia Fleury¹² faz uma análise enriquecedora do tema a partir do reconhecimento de uma relação que se estabelece entre o cidadão e o Estado. Na percepção de Fleury, a crescente intervenção estatal por meio das políticas sociais reflete a natureza contraditória do capitalismo, que tem origem na necessidade de o Estado de atuar como forma de atenuação dos efeitos mais destrutivos da ordem capitalista sobre os fatores de produção, mas cuja intervenção torna-se, por sua vez, elemento de potencialização e agudização da contradição básica deste modo de produção entre a socialização das forças produtivas e apropriação da riqueza social. Neste processo sob o domínio do capital industrial, observa-se a aceleração da urbanização e a ampliação da massa trabalhadora vivendo em precárias condições de higiene, saúde e habitação. (TEIXEIRA FLEURY, 1994. p. 11)

No Brasil, a pobreza urbana emerge como problema a partir da transição para uma ordem capitalista que exigia mudanças do cenário agroexportador e escravocrata para o urbano-industrial com trabalho livre. O historiador Boris Fausto, ao examinar o quadro social e econômico do país, entre 1920 e 1940, aponta um crescimento significativo da população brasileira, que passou de 30,6 milhões de habitantes para 41,1 milhões, distribuídos pelas diferentes regiões: o Norte concentrava apenas 3,5% da população; o Nordeste, 32,1%; o Leste (18,1%); o Centro-Sul, 26,2%; e o Sul, 10,9%. Também assinala nesse período a ocorrência de dois fenômenos: a redução da imigração internacional e o crescente volume das migrações internas, que possivelmente estariam ligados aos acontecimentos dos anos posteriores a 1929, como a crise mundial e o dispositivo da Constituição de 1934, na qual estabelecia o critério das cotas para o ingresso de imigrantes, o que concorreu para a redução do fluxo externo, com a exceção dos japoneses.

¹² Fleury, Sonia Teixeira. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. p.11.

De acordo com Boris Fausto, as regiões Sul e o Centro-Sul recebiam um expressivo fluxo de migrantes que provinha principalmente do estado de Minas Gerais, seguido dos estados do Nordeste até a década de 1940. O principal núcleo de atração era o Distrito Federal, onde se localizava a Capital da República. E com relação à migração para São Paulo, Fausto nos diz que só se tornou relevante a partir de 1933, com a retomada do crescimento industrial e as restrições impostas à imigração estrangeira.

De qualquer modo, Boris Fausto considera que na década de 1930 assistiu-se um crescimento tanto da produção agrícola quanto da industrial. Apesar da crise do café, tivemos o crescimento da produção de algodão e o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno. No tocante à ordem política, assinala-se em outubro de 1930, o fim da 1ª República e o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. A ascensão de Vargas ao poder deu-se em meio à crise mundial que se apresentava como consequência a produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades.

As medidas adotadas pelo Governo Provisório se caracterizaram por serem centralizadoras. Ao dissolver o Congresso Nacional, Vargas assumiu além do poder executivo, o legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do governador de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava assim, a ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem autorização do governo federal, e também gastar mais de 10% da despesa com serviços da polícia militar.

Em relação ao campo econômico, a providência adotada pelo governo de Vargas foi concentrar a política do café sob responsabilidade federal, o que ocorreu a partir de 1933, com a criação do Departamento Nacional do Café. A questão sobre o imposto do café é bastante relevante, ventilou-se a hipótese de se utilizar esse recurso para financiar parte da construção do Albergue da Boa Vontade, como se verá mais adiante neste trabalho.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o estatuto da medicina social que compreendia um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia. Não se tratava unicamente de curar. Havia toda uma dimensão sanitária que buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. No

próprio interesse do progresso do país, ressaltava-se o vínculo entre as legislações social e sanitária, com o objetivo de produzir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva. Assim, a política de assistência era dirigida à população pobre, aos considerados “desajustados”, desfavorecendo os trabalhadores do mercado formal, inseridos em uma determinada corporação. (GOMES, 1999. p. 60)

A doença representava uma dupla ameaça: a incapacidade para o trabalho e para a saúde das elites com a possível transmissão de doenças. As condições de moradia insalubres, de trabalho, de alimentação deficientes poderia se tornar uma grave ameaça. “A percepção de que as péssimas condições de vida de alguns tinham efeitos sobre outros mais afortunados passa a ser acompanhada da demanda por ações de prevenção e proteção”. (HOCHMAN, 1998. p.151)

1.2 A experiência malograda da Fundação Afonso Pena

Na Capital da República, devido à crise econômica que se instaurou desde meados da década de 1920, evidenciaram-se os problemas relacionados à questão social, com destaque para a necessidade de se assistir os setores mais desvalidos da cidade. Esta postura se verifica no editorial do *Correio da Manhã* de, 1º de abril de 1926, que sintetiza as demandas da sociedade carioca em relação à assistência dos segmentos sociais menos favorecidos: “A cidade precisa de escolas, hospitais e pavimentação as vias de acesso aos subúrbios”.

A imprensa noticiava constantemente o problema da mendicância no Rio de Janeiro. De fato, registrava-se a circulação pelos centros da cidade grupos de menores, mendigos, vadios e ébrios que representavam a desordem e a instabilidade nas ruas. “(...) Não havia meios para debelar a pobreza nem mesmo as iniciativas da sociedade civil não davam conta da questão”.¹³

A pobreza era frequentemente associada à inaptidão ao trabalho¹⁴, e assim tornava-se suscetível de processo e encarceramento previstos nos artigos do Código Penal de 1890, nos capítulos XII e XIII, legislação ainda vigente na década de 1920.

¹³ *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1926. p. 2. “O futuro abrigo de mendigos da Fundação Afonso Pena”

¹⁴ *Correio da Manhã*, 2 de outubro de 1926. “A mendicância – como está sendo conduzida a campanha do chefe de Polícia”.

Correio da Manhã, 3 de outubro de 1926. p. 4 “Coisas sabidas”.

Correio da Manhã, 5 de outubro de 1926. p. 2 “A Fundação Afonso Pena”.

Correio da Manhã, 1 de outubro de 1926. “Em benefício da Fundação Afonso Pena”.

No Distrito Federal, a Chefatura de Polícia atuava com regularidade para coibir situações de mendicância, sobretudo dos chamados falsos mendigos. De modo geral, os pedintes eram detidos e, posteriormente, encaminhados para exame médico, incumbido de atestar os indivíduos aptos ao trabalho, separando-os daqueles que não conseguiam viver em condições mínimas por meios próprios, sujeitando-se, assim, à situação de indigência. No fundo partilhava-se da crença de que às pessoas consideradas verdadeiramente pobres deveria ser oferecida a oportunidade de retornarem à vida útil. Em contrapartida, denunciava-se a falta de instituições públicas adequadas que oferecessem acolhimento e auxílio aos carentes.

Neste sentido, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Dr. Carlos da Silva Costa, sugeria a criação de uma fundação de natureza particular para receber os desassistidos. Ou seja, ao invés de propor uma ação governamental, Costa apelava para a conhecida filantropia. No seu entender:

“A instituição seria destinada a corrigir tão sensível falha do nosso serviço policial e a suprir a lacuna em tão flagrante antagonismo com os sentimentos que marcam o traço característico da alma brasileira, sempre pobre e compassiva”. (...) Abrigo para os verdadeiros pobres que se acham desamparados até mesmo dos poderes públicos”.¹⁵(*Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1926)

¹⁵ *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1926. p. 5 “Últimas informações – os trabalhos da Fundação Afonso Pena”.

Figura nº1

Carlos Costa, Chefe de Polícia.



Fonte: *A Noite*, 7 de março de 1931.¹⁶

A iniciativa do chefe de polícia mereceu diversos aplausos. Entre outros, o jornal *Correio da Manhã*¹⁷, publicou a carta do Dr. João Marinho, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro endereçada à esposa Carlos Costa, na qual elogiava a atitude de seu marido: “Um chefe em lugar de abrir cadeias funda um abrigo”.

Em 1926, o próprio Carlos Costa encabeçou uma campanha de arrecadação de fundos¹⁸, para construir uma Fundação com o propósito de amparar as pessoas “miseráveis, desprotegidas da sorte, comprovada a incapacidade física para o trabalho”.¹⁹

¹⁶ *A Noite*, 7 de março de 1931. “A fundação Afonso Pena será uma realidade – Como as ruas da cidade poderão ficar livres dos mendigos e vadios que as infestam”.

¹⁷ *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1926. “A mendicidade mais um donativo”.

¹⁸ *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1926. “A Fundação Afonso Pena continua recebendo doações”.

¹⁹ *Correio da Manhã*, 1º de outubro de 1926. “Em benefício da Fundação Afonso Pena”.
O Imparcial, 28 de setembro de 1926. “Novo abrigo para a mendicidade”.

A ideia foi aceita com simpatia por diversos segmentos da sociedade carioca. Médicos, engenheiros, magistrados, industriais e senhoras da alta sociedade foram convidados a fazer parte da comissão, presidida por Carlos Costa. Das reuniões realizadas criou-se uma caixa de auxílio para arrecadação de fundos para a construção do que seria um abrigo para mendicância.

Ao mesmo tempo em que se promoviam campanhas para financiar as obras, já funcionava de modo incipiente, a chamada “Junta Médica da Fundação”, que atuava em parceria com a polícia na avaliação dos verdadeiros necessitados.

Nas fontes consultadas²⁰ consta, inclusive, que o chefe de polícia, havia recebido o mapeamento dos últimos mendigos detidos e, que foram examinados pela Junta Médica. O quadro estatístico reforçava o quanto se fazia necessário concretizar a proposta de Carlos Costa:

“foram examinados 287 mendigos. Desse grupo foram julgados verdadeiros necessitados, sendo que 39 foram imediatamente recolhidos aos asilos existentes na cidade. Enquanto não se constrói o da Fundação Afonso Pena, 55 foram hospitalizados por se encontrarem doentes. Dos 287, considerou-se 137 como falsos mendigos, que podiam e podem trabalhar. Foram ainda postos em liberdade 16, porque surgiram na polícia pessoas idôneas que por ele se responsabilizaram”. (*Correio da Manhã*, 1º de outubro de 1926)

Em 9 de novembro de 1926, foi assinada a escritura da criação de um órgão de direito privado, denominado Fundação Afonso Pena²¹, cuja finalidade era desviar da mendicância e da ociosidade indivíduos de qualquer sexo, sem meios próprios de subsistência e os considerados incapazes de trabalhar, em virtude de doenças ou defeitos físicos. Coube a Carlos Costa assumir a direção da Fundação.

Em 28 de setembro de 1926, na sede do jornal *A Noite*,²² realizou-se a cerimônia de abertura do *livro de ouro* da Fundação, inaugurado com a assinatura de James Fitzgerald Darcy, presidente do Banco do Brasil na época. Estabeleceram-se, na mesma ocasião, o Conselho Deliberativo e Consultivo da Fundação, constituídos por Carlos da Silva Costa, Carvalho de Mendonça, Zeferino de Oliveira, James Darcy, Oscar Costa, Araújo Franco, Miguel Couto, Paulo de Frontin, Guilherme Guinle, Vivaldi Leite Ribeiro, Herbert Moses, Lineu de Paula Machado, Cornélio Jardim, Lino

²⁰ *O Imparcial*, 28 de setembro de 1926. “Novo abrigo para a mendicidade”.

Correio da Manhã, 1º de outubro de 1926. “Em benefício da Fundação Afonso Pena”.

²¹ *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1926. p.5 “O problema da mendicidade – Foi assinada escritura da criação da Fundação Afonso Pena”.

²² *A Noite*, 28 de setembro de 1926. “Um abrigo para os mendigos do Rio – Amparar com a vossa esmola o verdadeiro necessitado. O livro de honra da Fundação Afonso Pena – As listas da *A Noite* para colher a dádiva do povo”.

Moreira, Conde Pereira Carneiro, Octavio Rocha Miranda, Ricardo Kopal, Renato Machado, Octávio Francisco Pessoa e o Visconde de Moraes²³. A este último, conhecido pelas suas ações de filantropia, Carlos Costa dirigiu um apelo especial para integrar o Conselho, tomando a liberdade de acrescentar o nome na lista, certo de sua aceitação:

“(...) com a intenção de por um paradeiro no espetáculo deprimente da mendicância nas ruas e praças desta Capital, e de dar a esse grave problema uma solução ao mesmo tempo policial e humanitária, resolvi recorrer a iniciativa particular e organizar uma “Fundação”, destinada a construir um abrigo com capacidade e aparelhamento adequados a tão alta e caridosa missão. (...) Há de o eminente amigo compreender quanto é nobre e elevado, humano e compassivo o fim dessa instituição, destinada a mitigar o sofrimento dos desvalidos da fortuna e, ao mesmo tempo, **retirar da nossa linda cidade o espetáculo doloroso, repugnante da mendicância ostensiva nas suas ruas e praças.** (grifo nosso) (*A Noite*, 28 de setembro de 1926)

As obras da Fundação Afonso Pena, cujo nome pretendia homenagear o ex-presidente da República, Afonso Moreira Pena²⁴, foram custeadas por subscrições populares, as quais concorreram comerciantes, industriais, instituições filantrópicas e pessoas beneméritas, além de receberem o auxílio do governo. Somando esforços, a União por meio do Ministério da Viação, cedeu o terreno da velha Caixa d’água do Estácio, situada no final da avenida Salvador de Sá, próximo a um belo parque, com uma grande extensão arborizada para a edificação do projeto, assim como a liberação de crédito para o início das obras.

A imprensa informava com frequência o andamento da construção do abrigo destinado às pessoas carentes, que a princípio deveria denominar-se “Casa de São Francisco de Assis”²⁵. A campanha recebeu diversas adesões, em especial, de uma comissão de senhoras, que organizavam eventos, chás, festas, quermesses, cuja renda seria revertida para benefício da “casa dos mendigos”. Outras iniciativas se

²³ José Júlio Pereira de Moraes, conhecido como Visconde de Moraes nasceu em Gouvinhas, no município de Sabrosa no ano de 1848, tinha a reputação de deter vasto patrimônio imobiliário na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de possuir 6% das ações do Banco Português do Brasil, Visconde de Moraes foi eleito presidente do banco e, assim permaneceu até sua morte, em 1931. Visconde de Moraes era conhecido por financiar diversas obras. Destacam-se Beneficência Portuguesa, o Hospital Visconde de Moraes, o Bairro Santa Genoveva considerado bairro modelo do Rio, o Dispensário Viscondessa de Moraes, a capela de Santa Genoveva, o Banco Português do Brasil. <http://cinemateca.gov.br/cgibin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=026321&format=detailed.pft>, acessado em fevereiro de 2016. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000300004, acessado em fevereiro de 2016.

²⁴ Político mineiro, que governou entre 1906 e 1909. <http://www.museu-emigrantes.org>, acessado em fevereiro de 2016.

²⁵ *Correio da Manhã*, 1º de outubro de 1926. “Em benefício da Fundação Afonso Pena”.

sucederam a exemplo de uma “coleta entre os sócios e representantes da associação dos Retalhistas de Carne Verde, no Entrepasto de São Diogo, com a presença de senhoritas para auxílio da Fundação”.²⁶ Naquela mesma ocasião, uma senhora, Nadyr Loureiro Sá, presenteou a Fundação com um crucifixo, a ser fixado nas dependências do futuro abrigo, solicitando a Carlos Costa que convidasse um prelado para realizar missas, todos os domingos, na nova instituição para os futuros assistidos que desejassem receber a Eucaristia.

Vale notar que as ações de benemerência, acima descritas, não constituíam propriamente uma novidade. Em um estudo sobre a lepra e seus impactos sociais, Luiz Maurício de Abreu Arruda chama atenção para a precariedade dos recursos disponibilizados pelos órgãos públicos no combate aquela moléstia, ressaltando a importância das iniciativas particulares²⁷, nomeadamente de senhoras da alta sociedade fluminense como Olga Teixeira Leite e América Xavier da Silveira.

De qualquer modo, o *Correio da Manhã*, do dia 29 de setembro de 1926, confere destaque à visita da diretoria do Rotary Club e seus associados ao antigo casarão da Caixa d’água do Estácio, local que seria destinado aos mendigos da Fundação Afonso Pena.

²⁶ *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1926. “Fundação Afonso Pena”.

²⁷ ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu, “A nova Jericó maldita”. Um estudo sobre a Colônia de Iguá em Itaboraí/RJ (1935-1953). Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Figura nº 2

Visita dos membros do Rotary Club e seus associados ao antigo casarão da Caixa d'água do Estácio.



Fonte: *Correio da Manhã*, 29 de outubro de 1926.²⁸

Novas notícias sobre as coletas de fundos, destinados à adaptação do prédio para sediar a Fundação Afonso Pena, mencionavam a mobilização de trabalhadores que se dispunham a ofertar o valor do dia de trabalho para benefício da causa²⁹. Do mesmo modo, representantes da guarda de vigilantes noturnos, dos servidores da guarda do Cais do Porto, dos serventuários da Tesouraria do Selo fizeram doações. Diga-se de passagem, os trabalhos das instalações elétricas do prédio da antiga Caixa d'água foram viabilizados de forma gratuita pelo Sr. Alexandre Mackenzie, presidente da Light.³⁰

Outra forma de colaboração com a Fundação foi a abertura de caixas destinadas à coleta de óbulos na agência da Estação D. Pedro II pela associação dos

²⁸ *Correio da Manhã*, 29 de outubro de 1926. "Fundação Afonso Pena".

²⁹ *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1926. p. 2 "A Fundação Afonso Pena".

Correio da Manhã, 6 de outubro de 1926. p. 5 "Últimas informações – Os trabalhos da Fundação Afonso Pena".

³⁰ *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1926. "Últimas informações – Os trabalhos da Fundação Afonso Pena".

funcionários da via férrea³¹. Também houve o apoio da empresa do Teatro Trianon que oferecia a renda bruta do espetáculo de duas sessões, na qual seria apresentada a peça “o homem das cinco horas”, comédia com atuação do conhecido ator Procópio Ferreira.³²

Figura nº 3

Propaganda do espetáculo em benefício da Fundação Afonso Pena.



Fonte: *Correio da Manhã*, 27 de outubro de 1926.

Os jornais divulgavam sucessivas listas de figuras importantes da política e da sociedade que contribuíram para a causa. Em contrapartida, censuravam as pessoas que não colaboravam com o projeto, que passaram a ser alvo de discussões acaloradas, no que diz respeito, às conexões entre acumulação de fortuna e a persistência da desigualdade e da pobreza, conforme se lê no *Correio da Manhã*, em 3 de outubro de 1926:

“As contribuições estavam muito aquém da importância do instituto a ser inaugurado. (...) Da lista dos que estão contribuindo não consta o nome dos novos ricos, dos que ganharam muito em prejuízo do povo e pelos favores de todos os governos. Seria bom que eles restituíssem, por meio de dádivas aos pobres, o que lhes arrancaram no preço das utilidades beneficiadas pela tarifa alfandegaria. Por que não cria uma taxa sobre essas fortunas, destinada ao fim especial de agasalhar os miseráveis?”³³ (*Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1926).

³¹ *Correio da Manhã*, 27 de outubro de 1926. “O que há sobre a Fundação Afonso Pena”.

³² *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1926. “Fundação Afonso Pena”.

³³ *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1926. p. 4 “Coisas sabidas”.

Veiculava-se também o empenho das pessoas envolvidas em garantir a idoneidade do projeto. Acreditava-se que “do velho e imprestável casarão do Estácio surgirá um edifício de lindo aspecto arquitetônico”.³⁴

Em 29 de outubro de 1926, o *Correio da Manhã*³⁵, publicava o Projeto de lei que regulamentava as relações do governo com a Fundação Afonso Pena:

Artigo 1º - Fica o governo autorizado:

- I. A ceder gratuitamente e a título definido à Fundação Afonso Pena, pertencentes à União, sítios no morro do Estácio, nesta Capital, onde existiu a antiga “Caixa d’água do Estácio”, sob a condição essencial de ser, o imóvel aplicado ao funcionamento de um abrigo destinado à recolher mendigos.
- II. A auxiliar a Fundação Afonso Pena com a quantia de Réis 300: 000\$ 000 destinados à construção do Albergue da Fundação.
- III. A subvencionar, anualmente a Fundação Afonso Pena, com a quantia de 120:000\$, pagos em duas prestações.
- IV. A abrir os créditos necessários à execução desta Lei.

Artigo 2º - No caso de extinção da Fundação Afonso Pena, o imóvel cedido reverterá ao Patrimônio Nacional, e no caso do artigo 3º do Código Civil, esse imóvel não poderá ser transferido a nova Fundação, sem o consentimento expresso do Governo Federal.

Artigo 3º - Na escritura de cessão, obrigar-se-á a Fundação Afonso Pena a manter lugar pelo menos para 300 albergados.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Em que pesem a parceria com o governo federal, os esforços dos membros da Fundação e as sucessivas iniciativas dos filantropos para arrecadar fundos, as obras foram paralisadas. Entre os anos de 1927 e 1928, os jornais noticiavam a interrupção dos trabalhos de adaptação do prédio da Caixa d’água e o descaso das autoridades públicas. No dia 26 de novembro de 1927, o jornal *A Noite*³⁶, levantava discussão a respeito do paradeiro do dinheiro arrecadado para as obras da Fundação Afonso Pena.

“As listas das subscrições encheram-se a Fundação Afonso Pena de assinaturas. Houve muito dinheiro, que deve estar sob muito boa guarda, tão respeitáveis são os nomes dos iniciadores do grande empreendimento, mas até hoje, a velha Caixa d’água do Estácio está lá com as suas árvores, as suas sombras, o seu parque magnífico, mas sem abrigar um único pobre”. (*A Noite*, 26 de novembro de 1927)

³⁴ *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1926. p. 4 “Coisas sabidas”.

³⁵ *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1926. “Fundação Afonso Pena”.

Correio da Manhã, 29 de outubro de 1926. “O regulamento do Projeto da Fundação Afonso Pena”.

³⁶ *A Noite*, 26 de novembro de 1927. “A cidade cheia de mendigos. As obras de Santa Engracia da Fundação Afonso Pena”. O repórter “flaneur” caminhava pelas ruas na curiosidade de tudo ver. Relatava a situação de uma criança que acompanhava um velho cego pedindo esmola próximo as imediações do local onde deveria ser instalada a Fundação Afonso Pena.

Por outro lado, meses depois, o mesmo jornal, em 20 de maio de 1928, denunciava que a cidade continuava infestada por mendigos, e censurava a indiferença das autoridades:

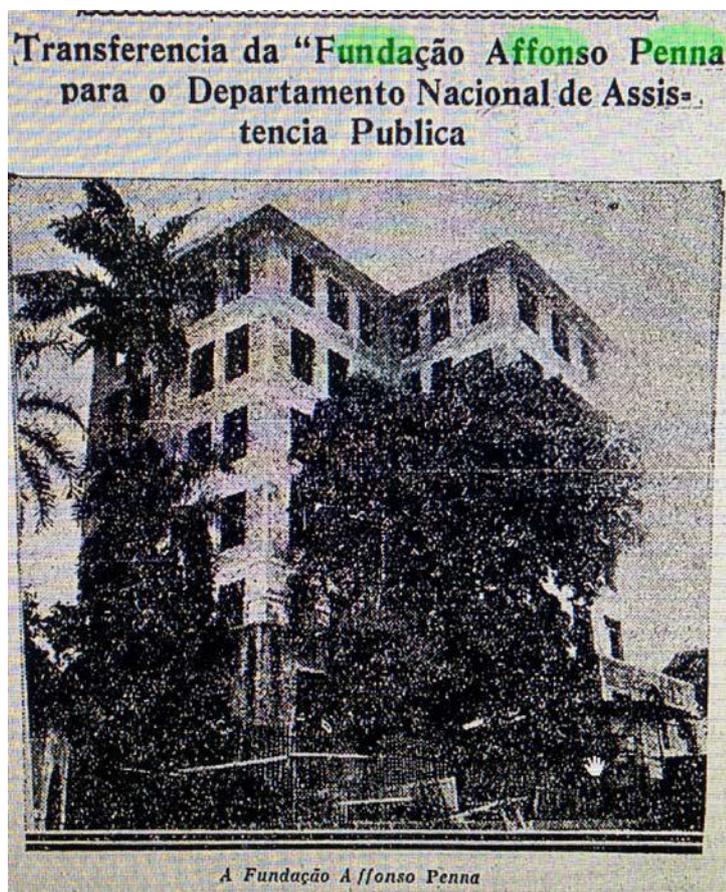
“A questão da mendicância no Rio de Janeiro jamais foi encarada a sério pelas nossas autoridades. A solução da mendicância depende muito de uma legislação esclarecida. No ano de 1926 foi enviada à Câmara um anteprojeto. O descaso do Congresso na matéria de relevante aspecto social é tal, que até os papéis do anteprojeto se perderam”. (*A Noite*, 20 de maio de 1928)

Em resposta à mendicância, o então prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Junior³⁷, designou a 4^o Delegacia Auxiliar para coibir a pedintaria e realizar a triagem entre os verdadeiros e falsos mendigos. Dessa maneira, os primeiros deveriam ser acolhidos provisoriamente nos estabelecimentos da assistência e os segundos transferidos à colônia correccional.

³⁷ *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1927. p. 3 “Reprimindo a mendicância na cidade”.

Figura nº 4

Fundação Afonso Pena em 1931.



Fonte: *Correio da Manhã*, 24 de março de 1931.

Não obstante, com as obras da Fundação interrompidas não havia alternativas de encaminhamento dos ditos verdadeiros mendigos.³⁸ O impasse perdurou até 1931, quando se firmou um acordo entre a Fundação Afonso Pena e o Departamento Nacional de Assistência Pública, representado pelo seu diretor geral, Dr. Pedro Ernesto Baptista, por meio do Decreto nº 19.923, de 27 de abril de 1931. O Decreto extinguiu a Fundação, transferiu o seu patrimônio para o referido Departamento, ficando sob o patrocínio do Governo Federal incumbido de concluir as obras de adaptação do prédio da Caixa d'água do Estácio:

³⁸ *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1927. p. 3 "Reprimindo a mendicância na cidade".

A Fundação Afonso Pena constituiu-se com o patrimônio de 605:390\$990, que se elevou a 691:897\$130, inclusive juros. O orçamento do projeto foi alçado na quantia de 691:815\$400. Compareceram ao ato como outorgantes a Fundação Afonso Pena, representada pelos seus diretores, Oscar Weinschenk, Ignácio Veríssimo de Mello, Afonso Vizeu presentes, também João Baptista Lusardo, chefe de Polícia do Distrito Federal, e o construtor Eduardo V. Pederneiras, e como outorgado o Departamento Nacional de Assistência Pública, representada pelo seu director geral, Dr. Pedro Ernesto Baptista e na presença das testemunhas Carlos da Silva Costa, Renato Brancante Machado, Octacílio Francisco Pessoa e Edmundo Barreto Pinto.³⁹

Ainda que o governo tivesse assumido a responsabilidade das obras, não havia recursos para a sua conclusão. Segundo fontes da imprensa, “faltavam cerca de oitocentos contos de réis para concluir os dois últimos andares do prédio da Fundação Afonso Pena”.⁴⁰

Depois de quatro meses da transferência da Fundação Afonso Pena, Pedro Ernesto foi nomeado Interventor no Distrito Federal por Getúlio Vargas, em setembro de 1931. Logo em seguida, o Departamento Nacional de Assistência Pública foi extinto por Belisário Pena, então Ministro interino da Educação e Saúde Pública.⁴¹ É curioso notar que a dissolução daquele órgão ocorreu justamente no momento em que Pedro Ernesto ampliara as suas funções, transformando-o em Departamento de Assistência Pública.

Cabe também assinalar que cabia ao antigo Departamento Nacional de Assistência Pública atuar sobre problemas da assistência de modo geral e do ensino médico por meio da promoção de estudos e estatísticas. Sua regulamentação fora efetuada desde dezembro de 1923, pelo Decreto nº 16.300, quando então o professor Carlos Chagas reorganizou os serviços do Departamento Nacional de Saúde Pública, dedicando o título VII, à Assistência Pública Hospitalar. Entretanto, era comum esse órgão atuar em conjunto com a polícia sanitária, o que provavelmente deve ter gerado discordâncias e controvérsias, culminando com a já mencionada extinção do Departamento. Neste sentido, é bem esclarecedora uma entrevista concedida por Renato Machado, antigo assistente técnico da Saúde Pública, expressando certa dificuldade no trabalho junto à polícia: “(...) quer saber como funciona uma assistência

³⁹<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930.-1939/decreto-19923-27-abril-1931-504222-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em fevereiro de 2016.

⁴⁰ *A Noite*, 7 de março de 1931 “A Fundação Affonso Penna será uma realidade”; *A Noite*, 24 de março de 1931. “A assistência oficial aos indigentes – Transferência da Fundação Afonso Pena para o Departamento Nacional de Assistência Pública”.

⁴¹ O Decreto nº 20.375, de 8 de setembro de 1931, reformulou a Secretaria Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, e o Decreto nº 20.563, de 26 de outubro do mesmo ano, transformou o Departamento de Assistência Pública em uma Diretoria subordinada ao Departamento Nacional de Saúde Pública.

hospitalar, naturalmente onde a polícia não se metesse, enviando os seus técnicos para os tribunais eleitorais de Mato Grosso ou Foz do Iguaçu.”⁴²

De qualquer modo, os esforços para concluir obras iniciadas pela Fundação Afonso Pena foram afetados no decorrer do ano de 1932. Para dar prosseguimento ao projeto, o governo criou um novo imposto - denominado “fundo hospitalar” – proveniente da arrecadação da taxa adicional de 5% sobre o consumo de bebidas alcóolicas. Evidentemente, que esta forma de captação de recursos não agradou à população, como se pode inferir do título de artigo publicado pelo jornal *Correio da Manhã*⁴³: “O consumidor é que continua a cumprir com a obrigação que o poder público lhe impõe”.

A assistência hospitalar no Brasil, no período de 1932 a 1933, passava por grave crise. Faltavam leitos nos poucos hospitais públicos da Capital do Distrito Federal: “Para uma população de 2 milhões de habitantes, os nossos hospitais não possuem mais de 4 mil leitos para os pobres”.⁴⁴ De algum modo, procurava-se suprir a carência do serviço de saúde, e assim, a antiga Fundação Afonso Pena seria renomeada de Hospital de Triagem. A expectativa era ampliar as instalações da antiga Caixa d’água do Estácio com a construção de mais dois andares para dar conta, minimamente, do déficit dos leitos. Contudo, as obras permaneceriam paralisadas por quase dois anos:

“Os atuais responsáveis pela assistência hospitalar devem convencer-se de que os melhores planos para dotar o Rio do que precisa não são as concepções megalomaniacas, como tal condenadas ao fracasso, mas o aproveitamento do que já existe (...) “A municipalidade, se o desejar, terá meios, e auxílio para produzir grandemente, a diminuição da mendicância, que dia a dia se avoluma, na Capital da República. Qualquer negociante contribuiria satisfatoriamente para o desaparecimento do triste aspecto que nos compunge – a mendicância “desamparada”. Já interminada, na Rua Estácio de Sá – nos terrenos da Caixa D’água, a Fundação Affonso Pena. Entre a Prefeitura em entendimento com a União, fizeram uma transferência, custeando as despesas das obras para o monumento de caridade, o qual não seria possível a pobre fundação (...) Experimente (...) como esta, outras ideias semelhantes”.⁴⁵

Consoante a política do governo federal não era muito diferente. Segundo Gilberto Hochman e Cristina Fonseca, o período do Governo Provisório (1930-34)

⁴² Decreto nº 20.890, de 30 de dezembro de 1931.

⁴³ *O Jornal*, 16 de dezembro de 1933. “A Assistência Hospitalar no Brasil”.

⁴⁴ *Correio da Manhã*, 14 de março de 1933. “Com o dinheiro das subscrições públicas – que fim teriam levado os setecentos contos angariados pela extinta Fundação Afonso Pena”.

⁴⁵ *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1933. p.3. “As necessidades hospitalares na metrópole”.

O Radical, 29 de outubro de 1933. p. 3 “Ecos do Rio – Registros e Comentários assinada por Deodoro Lopes”.

caracterizou-se pela incapacidade do Ministério da Educação e Saúde (Mesp) criado em 1930, em produzir reformas por conta da instabilidade política naquela época. Cabe ressaltar que o processo de consolidação de uma nova estrutura administrativa para a saúde pública só aconteceria com Gustavo Capanema quando assumiu o Ministério, a partir de 1934. Antes da implantação da Reforma Capanema, o governo federal deveria atuar nos estados principalmente através da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS) criada durante a gestão de Washington

Pires que tinha como função coordenar as diretorias estaduais de saúde, de modo que as iniciativas da União não ficassem restritas ao Distrito Federal. (HOCHMAN & FONSECA 2000, p.177-178),

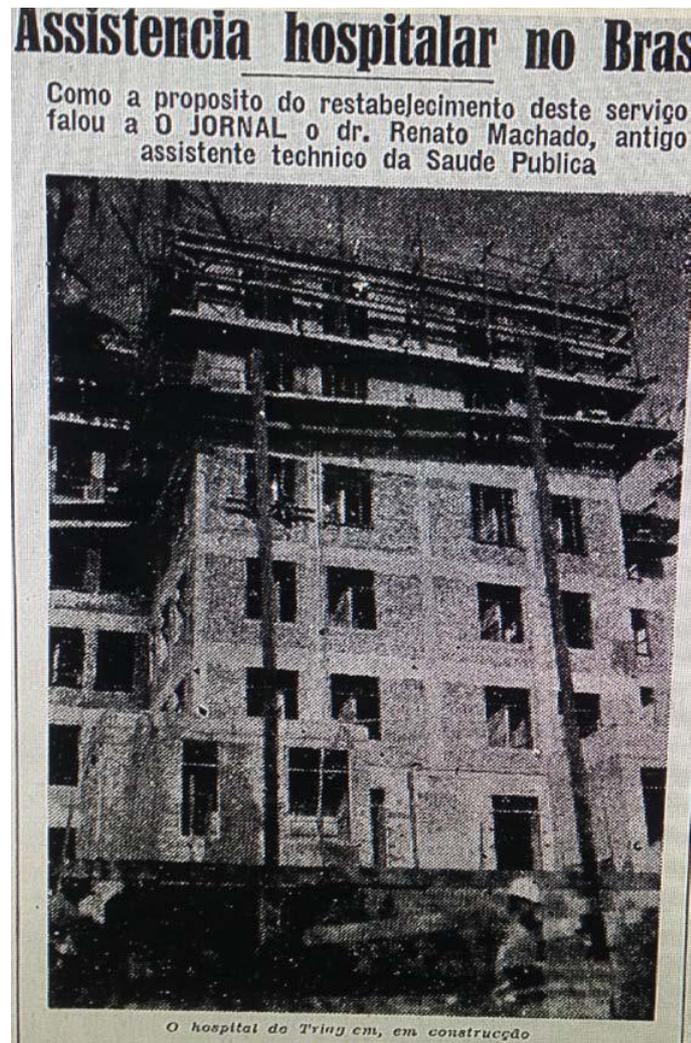
Lamentavelmente, é importante pontuar, a reforma daquela edificação tomou um rumo inesperado, acabando por servir a outras finalidades diferentes da proposta inicial. O prédio após ser reformado passou a sediar diversas repartições do governo, a exemplo da já mencionada Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social. Nas suas dependências também se instalou um hospital transitório, denominado “hospital de triagem”, direcionado para a internação provisória de indigentes enfermos, enquanto aguardavam vaga nos hospitais da rede pública. Por fim, deixou-se um pequeno espaço, destinado a acolher os desabrigados da região central da cidade do Rio de Janeiro.⁴⁶

As alterações desfiguravam totalmente o projeto intentado pela extinta Fundação Afonso Pena, merecendo inúmeras críticas. A obra seria finalizada somente em 1933. Segundo o jornal *O Radical*, a administração do Distrito Federal destinava os recursos públicos para “calçar ruas e abrir novos traçados para a circulação urbana” em detrimento dos serviços de assistência – relegados para um plano secundário e, apontava como solução o aproveitamento de projetos já existentes, instituições particulares que poderiam prestar maiores serviços à coletividade caso o governo soubessem aproveitá-las, como edifício destinado à Fundação Afonso Pena, doado à Prefeitura.

⁴⁶ *A Noite*, 9 de maio de 1931. “Está extinta a Fundação Afonso Pena”.

Figura nº 5

Fachada da edificação da antiga Fundação Afonso Pena – Projeto de ampliação de mais dois andares.



Fonte: *O Jornal*, 16 de dezembro de 1933. “Assistência Hospitalar no Brasil”.

2 A CIDADE PRECISA DE ALBERGUES NOTURNOS

2.1 Novas autoridades, velhas práticas

A iniciativa de estabelecer a Fundação Afonso Pena atraiu a atenção de setores da sociedade civil, e reacendeu as discussões sobre a necessidade de implementação de políticas assistenciais. Porém, pouco se avançou, apesar de o prédio da antiga Caixa d'água do Estácio estar quase finalizado, conforme já se viu no capítulo anterior. O projeto da Fundação Afonso Pena ao que parece foi tragado pela burocracia do governo federal além da alegada falta de verbas e do atraso do poder legislativo em aprovar o regimento da Fundação.

O certo é que nos primeiros meses de 1931, os jornais cariocas voltariam a veicular matérias sobre a urgência de empreender esforços para a construção de albergues noturnos, que acolhessem os desabrigados do Centro da Capital da República. Para solucionar o problema considerou-se, inclusive, a possibilidade de adaptar os trapiches no Caís do Porto para acolher provisoriamente os necessitados durante os meses de inverno.

Em, 6 de março de 1931, o *Correio da Manhã*⁴⁷ noticiava, que Lindolfo Collor⁴⁸, ministro do trabalho do recém instaurado governo de Getúlio Vargas, estaria estudando a possibilidade de criar albergues noturnos públicos no Rio de Janeiro. Buscava-se assim, minimizar as dificuldades das pessoas necessitadas e sem moradia, oferecendo-lhes um teto para não passar a noite ao relento.

Cabe aqui ressaltar que as intenções manifestadas por Lindolfo Collor ainda não configuravam uma política pública de assistência a população carente, o que mais tarde viria ocorrer durante a chamada Era Vargas. Em 1º de dezembro de 1930, Lindolfo tomou posse do recém instituído Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado pelo Governo Provisório. Até então, os assuntos trabalhistas

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 6 de março de 1931. p. 7. “A construção de albergues noturnos está sendo estudada pelo Sr. Lindolfo Collor”.

⁴⁸ Lindolfo Collor nasceu em São Leopoldo (RS) em 1890, foi jornalista, escritor e, sobressaiu-se na política. Destacou-se na militância do Partido Republicano Rio-Grandense, dirigiu a Federação, órgão oficial do partido, assumindo essa função em 1919. Aprofundando, então, sua vinculação com a doutrina do Republicanismo Gaúcho – tornando defensor da “ordem”, da “disciplina partidária” e da “submissão incondicional ao chefe”. No período do Estado Novo – 1937 – Lindolfo Collor permaneceu em Porto Alegre dedicando-se à Companhia Sul América de Seguros e ao magistério na Escola de Comércio. Nessa época escreveu o livro, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, cuja edição foi publicada em 1938. Foi preso nessa ocasião acusado de conspirar contra o governo. Sua vida transcorreu entre o exílio e a prisão. Morreu aos 53 anos de idade.

pertenciam à esfera de atuação do Ministério da Agricultura. O estabelecimento da pasta do Trabalho expressava uma nova concepção sobre a questão social, que começaria a ser vista como um problema de Estado, e não mais como um tópico da alçada policial.

De um modo geral, a situação econômica em 1930 não se mostrava favorável para o Governo Provisório. Entre outros percalços, as novas autoridades enfrentavam o aumento do desemprego nas grandes cidades com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Na Capital Federal, várias fábricas têxteis diminuíram a produção e a construção civil praticamente estagnou, deixando sem trabalho muitos operários, contribuindo ainda mais para o agravamento da crise.

O jornalista Maurício de Lacerda, no *Diário de Notícias*, de 2 de dezembro de 1930⁴⁹, apontava o desemprego como uma questão que deveria ser enfrentada com urgência pelo Ministério do Trabalho. O socialista Maurício de Lacerda afirmava que Lindolfo Collor não relacionava diretamente o desemprego à questão econômica. Collor considerava a condição das pessoas “sem trabalho” como parte de uma ação a ser resolvida sem demora por se tratar de justiça social. No entendimento de Lacerda, os argumentos defendidos pelo ministro dificilmente redundariam em alguma ação concreta para solucionar o problema do desemprego. No entender de Lacerda, “(...) A questão social só se resolve quando a revolução for social mesmo”. Portanto, embora o ministro recém nomeado não reconhecesse publicamente os efeitos da crise econômica, era necessário agir com rigor para garantir o direito ao emprego, conforme defendia Maurício de Lacerda.

Em 12 de junho de 1931, após sete meses à frente do Ministério⁵⁰, Lindolfo Collor proferiu um discurso em São Paulo, em que aponta as principais metas, a serem alcançadas durante a sua gestão: em primeiro lugar, a defesa do trabalhador nacional da concorrência do estrangeiro, com o estabelecimento de uma proporcionalidade na oferta de postos de trabalho para os brasileiros. A par disso, pretendia assegurar proteção aos estrangeiros, desde que se destinassem somente às atividades agrícolas.

Aliás, em relação ao trabalho dos imigrantes, é oportuno acrescentar que havia visões diametralmente opostas sobre o assunto. Por um lado, alguns eram favoráveis

⁴⁹ *Diário de Notícias*, 2 de dezembro de 1930. “Questão social brasileira – Como o problema tem que ser encarado pelo Ministério do Trabalho” por Maurício de Lacerda.

⁵⁰ *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1931. “As questões sociais no Brasil”.

a imigração, corroborando com a ideia de que era dever dos governos dar proteção ao cidadão honesto que se abrigava sob a bandeira de um país para trabalhar e viver. Neste sentido destacava-se a situação do Estado de São Paulo cuja crescente prosperidade era atribuída a imigração. “Sem o labor do braço estrangeiro os quais foi possível a Paulicéia chegar a ser, antes de qualquer outro Estado, uma nação dentro da República”. Por outro lado, havia os que afirmavam que os brasileiros eram preteridos pelos estrangeiros na disputa por postos de trabalho.

Seja como for, no discurso acima mencionado, Lindolfo se referia ao atraso, que permeava as relações entre patrões e trabalhadores, e apontava a inexistência de uma legislação trabalhista. Criticava duramente a representatividade brasileira na Conferência Geral da Organização Internacional de Genebra, evento realizado anualmente onde se discutiam os direitos dos trabalhadores e, posteriormente, se assinavam as convenções votadas pela assembleia. Lindolfo avaliava que o pacto firmado entre os países, no sentido submeter tais acordos à consideração dos poderes legislativos dos países ditos “civilizados” no prazo de um ano, prorrogado por no máximo quinze meses, não seria respeitado pelo Brasil. Denunciava, ainda, o gasto inútil de verbas públicas, enviando representantes para Genebra todos os anos, sem nenhum resultado para o avanço das relações trabalhistas no país. Nas palavras de Lindolfo Collor, a situação do Brasil em relação às atividades das conferências de Genebra não se mostrava nada promissora:

Membro deste a sua fundação (...) o Brasil havia assinado 32 ou 33 convenções de trabalho. Destas, só foram encaminhadas à Câmara e lá não tiveram andamento, cinco ou seis, assinadas no primeiro ano. Depois disso, o Brasil continuou a gastar religiosamente suas verbas a representação junto à Conferência do Trabalho. Nunca mais, entretanto, o governo do Brasil cumpria essa formalidade básica de, pelo menos, encaminhar as convenções ao Congresso Nacional, que poderia aprová-las ou não”. (*Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1931)

No que dizia a respeito às horas de serviço, Lindolfo considerava que o assunto seria da competência do Estado ou Município legislar sobre a matéria. Para ele, a questão fazia “parte de um todo e o todo era o código do trabalho”. Quanto à lei da sindicalização, afirmava que o dispositivo sofria ataque de dois setores: os patrões considerados reacionários, pois entendiam que a lei era comunista, enquanto os comunistas a qualificavam de reacionária. Ao que Lindolfo bem humorado, contra-argumentava: “uma coisa não pode ser ao mesmo tempo, e no mesmo lugar, quente e fria”.

Ele defendia a premissa de que os sindicatos deveriam servir de “para choques” nas relações entre o trabalho e o capital, objetivando “um resultado apreciável na justa e necessária conjugação dos interesses entre patrões e proletários”. Entretanto, deixava claro que os sindicatos deveriam submeter-se ao Estado e às Leis da República. Vale dizer que tal concepção foi denunciada pelas forças oposicionistas de esquerda como diluidoras das contradições entre o capital e o trabalho.

De qualquer modo, a propalada ideia de Lindolfo Collor, de estabelecer de albergues noturnos, em particular, a criação de um Albergue Modelo, foi muito bem recebida pelos principais segmentos da sociedade carioca. Basta dizer que conquistou o apoio de duas prestigiadas entidades de representação civil: a Associação Comercial do Rio de Janeiro e Associação Brasileira de Imprensa. Imediatamente, abriu-se um concurso público, no âmbito da Prefeitura do Distrito Federal, para selecionar o projeto de arquitetura mais adequado para servir de sede à nova instituição.⁵¹

Informava, também, as regras que haviam orientado o certame, a lista dos integrantes da comissão julgadora e a justificativa do projeto premiado. Dos quinze trabalhos que concorreram destacaram-se seis anteprojetos que figuraram no primeiro julgamento. Na segunda etapa permaneceram três projetos, que foram avaliados pelo júri, composto por Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho; Dr. Adolfo Bergamini, Interventor do Distrito Federal; Dr. Belisário Pena, Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública; Serafim Valandro, Presidente da Associação Comercial; Dr. Nestor Figueiredo, Presidente do Instituto Central de Arquitetos; Dr. Lúcio Costa, Diretor da Escola de Belas Artes e Dr. Francisco de Oliveira Passos, Presidente do Centro Industrial do Brasil.

A comissão conferiu o primeiro lugar ao projeto assinado com pseudônimo “Ubiratan”, cujos autores eram Afonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro, sócios de um escritório de arquitetura na cidade do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois do julgamento, no dia 12 de abril de 1931, realizou-se uma exposição dos quinze trabalhos que concorreram ao prêmio na Escola Nacional de Belas Artes⁵².

⁵¹ *Diário da Noite*, 28 de março de 1931. “O concurso para a construção de um albergue noturno. Algumas informações sobre o projeto distinguido com o 1º lugar”.

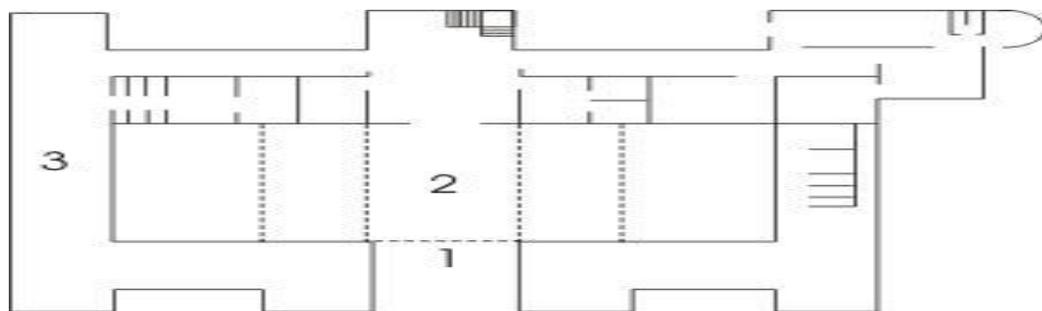
⁵² *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1931. “Exposição de anteprojetos para a construção de um albergue”.

O projeto de Reidy e Pinheiro destacavam-se pela simplicidade e harmonia das linhas. Ao mesmo tempo, mostrava-se adequado à finalidade da instituição a que se destinava. Reunia condições de higiene, conforto, além de boa economia. A dupla vencedora trouxe uma proposta inovadora, que se caracterizava pelo traçado bem geométrico, com alas distribuídas em torno de um pátio, e janelas colocadas de forma horizontal por toda a fachada. A planta se caracterizava pela simetria, destacando-se apenas a área destinada à dispensa, onde foi adotada uma forma arredondada. Além disso, previa a utilização de laje plana na cobertura, o que era considerada uma inovação nas construções da época no Brasil.

O acesso principal ao prédio consistia numa grande abertura, a qual permitia total ligação entre o espaço urbano e o pátio interno do edifício. A visibilidade do interior, para quem estava do lado de fora, criava uma ambiência de hospitalidade o que deveria atrair, muito provavelmente, as pessoas para a entrada pela facilidade do acesso, configurando-se um diálogo entre o exterior e o interior

Figura nº 6

Albergue da Boa Vontade: Planta do andar térreo.



legenda: 1 - Entrada 2 - Patio 3 - Atendimento

Fonte: http://www.geocities.ws/reidy_web/albergue.html, acessado em agosto de 2015

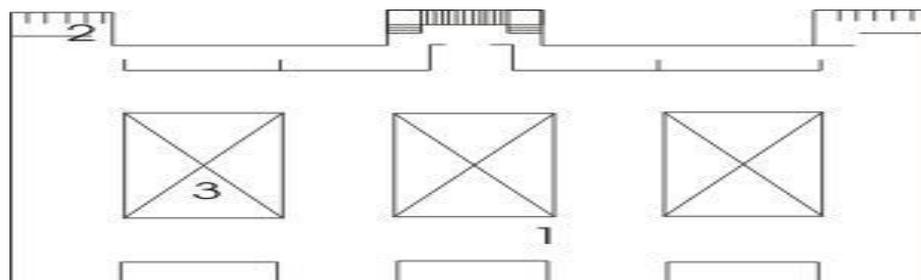
O edifício apresentava um aspecto geral de sobriedade com suas inúmeras vidraças móveis, levemente esverdeadas, em caixilhos de ferro, por onde penetrava a luz do dia. O cuidado e a preocupação com a ventilação, o controle da luz e a facilidade de circulação foram prioridades no projeto, que exigia condições especiais de higiene, tanto nos espaços para os serviços de triagem e atendimento médico, quanto nos dormitórios e no refeitório. A estratégia adotada pelos autores do projeto oferecia novas possibilidades de organização das dependências do Albergue.

Configurava-se, assim, uma linguagem onde o espaço é o principal elemento que integra a arquitetura e o urbanismo ao bem estar social. No contexto da arquitetura nacional, o Albergue também se destacava como uma das primeiras construções vazadas⁵³:

“(...) As modernas tendências da arquitetura nacional, que está evoluindo para um sentido de íntima comunhão das condições do clima com a vida do homem moderno. Essa arquitetura, que já se denomina tropical, possui dupla finalidade social e econômica, revelando-se por uma arquitetura racional. Trata-se, portanto, de uma das primeiras realizações vasadas nessa arte, que está agora difundida em nossos meios culturais.” (*Correio da Manhã*, 16 de março de 1933)

Figura nº 7

Albergue da Boa Vontade: Planta do 2º andar.



Legenda **1** - Ala de Dormitórios **2** - Banheiros **3** - Prisma

Fonte: http://www.geocities.ws/reidy_web/albergue.html, acessado em agosto de 2015.

Os salões eram amplos, bem iluminados e arejados. As paredes deveriam ser pintadas na cor branco, o que trazia ao ambiente limpeza e amplitude de espaço. O pátio interno era coberto, para resguardar os internos das intempéries. Ao fundo desse pátio havia uma escadaria que dava acesso ao “hall”, onde ficavam localizadas a seção de identidade pessoal dos albergados, a rouparia e o gabinete de desinfecção. No segundo pavimento, junto aos dormitórios situavam-se os banheiros, equipados com sanitários e 40 chuveiros, alimentados por uma grande caixa d’água. No subsolo, projetava-se um grande reservatório, que deveria garantir o abastecimento de água do Albergue.

Apesar da modernidade do prédio projetado, convém assinalar que a solução engendrada por Lindolfo Collor não fugia aos padrões da época, a exemplo da

⁵³ *Correio da Manhã*, 16 de março de 1933. “Intenso movimento a favor da arquitetura tropical – Albergue Noturno da Boa Vontade”.

Fundação Afonso Pena, criada por iniciativa do chefe de polícia, Carlos Costa, conforme já se viu anteriormente. No fundo, Lindolfo retomava a velha fórmula de arrecadar recursos por ações de filantropia. Sintomaticamente, o ministro solicitou a interveniência do presidente da Associação Comercial, Serafim Valandro para promover campanhas com o objetivo de arrecadar fundos para a construção do Albergue. Aliás, este comportamento seria também percebido nas ações em prol da saúde, a exemplos dos leprosários construídos graças à iniciativa particular. (Arruda, 2015)

Assim para a viabilizar a construção do albergue, recorreu-se a contribuição de diversos segmentos da sociedade carioca, cujos interesses convergiam com os objetivos da proposta encabeçado pelo ministro. No caso dos comerciantes, estava em curso uma campanha para “libertar o Rio de Janeiro da ação dos pedintes e desocupados”, que prejudicavam o comércio varejista. Neste sentido é bem esclarecedora a nota publicada no *Correio da Manhã*, em 20 de maio de 1931⁵⁴: “O Sr. Valandro comprometeu-se com o Ministro do Trabalho a fazer ou auxiliar a construção de um albergue noturno. Prometia arranjar com o comércio (...) o dinheiro necessário à obra útil planejada pelo Sr. Collor”.

A notícia, por sinal, rendeu muitos desdobramentos e, nos dias subsequentes, outro jornal, o *Diário de Notícias*, informa que Serafim Valandro vislumbrava a possibilidade de obter fundos a partir da criação de um imposto extraordinário, para quem desejasse vender a xícara do tradicional cafezinho acima do valor tabelado, o que correspondia à quantia de 200 réis.⁵⁵ Como se pôde constatar, a estratégia de instituir mais um tributo era a mesma empregada pela Fundação Afonso Pena.

A ideia de estabelecer um imposto que majorava o preço do cafezinho gerou calorosos debates entre Valandro e Adolfo Bergamini, Prefeito-Interventor do Distrito Federal. O litígio culminou com as denúncias da imprensa a respeito da qualidade do produto oferecido na capital da República e a possível distorção da imagem do Rio de Janeiro pelo olhar estrangeiro:“(...) o café nem sempre é puro. Somos uma cidade de turismo – devemos ser, cada vez mais, um centro de turismo – e não é recomendável

⁵⁴ *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1931. “O Sr. Valandro e o café”.

⁵⁵ *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1931. “O rompimento da Associação Comercial com o Interventor do Distrito Federal”.

que o estrangeiro que nos visita beba na terra do café, uma coisa que pode ser tudo – menos café”.⁵⁶

Criou-se um impasse entre o interventor e o presidente da Associação Comercial, embora Adolfo Bergamini já houvesse concedido algumas compensações para as casas que vendessem o café a 100 réis a xícara, reduzindo os impostos. A contenda chegaria até o chefe do Governo Provisório e a proposta não foi aprovada pelas autoridades, o que obrigou Serafim Valandro a buscar outras fontes de financiamentos para erguer o prédio do Albergue.⁵⁷

A mendicância era enfrentada com a ajuda de filantropos e a contribuição de alguns interessados. Fazia-se necessário cobrar a responsabilidade do governo, ou seja, exigir das autoridades competentes a efetivação de medidas para solucionar o problema que, segundo se dizia, estava “sem controle”, observação que se repetia diariamente nos órgãos da imprensa.

O nome de Lindolfo Collor⁵⁸, todavia, continuava a ser veiculado como o principal articulador da iniciativa de se criar no Rio de Janeiro um estabelecimento modelar, que acolheria à noite a população que perambulava durante o dia pelo centro da cidade⁵⁹. De fato: ele mediou a negociação para o Governo Federal ceder um terreno, referente aos lotes de números, 283 a 241, nas proximidades do Cais do Porto, em frente à Praça da Harmonia, para a edificação do Albergue. Porém, para receber aquela cessão de posse, faltava organizar uma instituição que deveria responder legalmente pela execução do projeto.

Tal como já havia acontecido anteriormente com a Fundação Afonso Pena, recorreu-se à estratégia de se constituir uma entidade de direito privado. Em 12 de junho de 1931⁶⁰, Lindolfo Collor convocou uma reunião com representantes das chamadas “classes conservadoras”, de acordo com a expressão cunhada por Serafim

⁵⁶ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1931 p. 3 “O caso dos cafés e do Albergue Noturno

⁵⁷ “O café a 100 Réis”. *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1931 p.2 “O Interventor não respeitando as conclusões do laudo da Comissão Arbitral, manteve a resolução de obrigar a venda a 100 Réis, a xícara do café”.

⁵⁸ Alberto Guerreiro Ramos (1983, p. 537), no trabalho sobre a inteligência brasileira nos anos 1930, ressalta a relação entre atividade intelectual e ação política durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Cita os nomes de Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães como principais intelectuais que integraram equipes de órgãos governamentais e desempenharam, mesmo que indiretamente, papel relevante na efetivação de um programa de uma política social do governo naquela época.

⁵⁹ *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1931. “A construção do nosso 1º Albergue Noturno”.

⁶⁰ *Correio da Manhã*, 12 de junho de 1931. “A posse de comissão executiva que dirigirá os trabalhos de construção do Albergue Noturno”.

Correio da Manhã, 2 de julho de 1931. “As iniciativas do Ministério do Trabalho. O albergue – modelo vai ser levantado na Praça da Harmonia”.

Valandro⁶¹, para tomar as primeiras providências com vistas à formalização do projeto. Decidiu-se criar uma Fundação de caráter particular, que ficaria responsável pela construção do albergue noturno. Aderiram a proposta as seguintes personalidades: Francisco Oliveira Passos, da Associação Comercial do Centro Industrial do Brasil; Paulino da Rocha Lima, da Associação dos Empregados no Comércio; Alves Affonso, do Rotary Club; Chagas Doria, do Touring Club; Nelson Pinto, do Automóvel Club; Herbert Moses, da Associação Brasileira de Imprensa, e além do já mencionado, Serafim Valandro, presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil.

A partir dessa reunião, formou-se uma comissão executiva, no âmbito da Fundação, encarregada de dirigir os trabalhos da construção do primeiro albergue noturno público. Coube ao Ministro Lindolfo Collor e ao Interventor do Distrito Federal, Adolfo Bergamini, respectivamente, a presidência e a vice-presidência de honra desta comissão. Serafim Valandro ocupou a presidência executiva auxiliado por Herbert Moses, o 1º secretário; Paulino da Rocha Lima foi escolhido 2º secretário; Pedro Magalhães Correa e Mário de Oliveira foram designados, respectivamente, 1º e 2º tesoureiros.

Na ocasião cogitou-se dar ao albergue o nome de “Lindolfo Collor”, por sugestão de Herbert Moses, em homenagem ao seu patrono. Entretanto o próprio Lindolfo declinou da honraria, propondo que o albergue se chamasse apenas “Casa da Boa Vontade”, denominação que mais tarde, seria alterada para Albergue da Boa Vontade.

A princípio, as arrecadações foram levantadas com certa agilidade, sobretudo se consideramos que se vivenciava um período de crise econômica. Basta dizer que o *Jornal do Brasil*⁶² publicava constantemente as listas de doação para o albergue modelo, revelando a resposta positiva que o projeto recebera da sociedade carioca. Destacavam-se as contribuições de personalidades ilustres. Desse rol de notabilidades, há que se salientar a presença de filantropos que já haviam colaborado

⁶¹ *Correio da Manhã*, 12 de junho de 1931. “A posse de comissão executiva que dirigirá os trabalhos de construção do Albergue Noturno”.

A expressão de Serafim Valandro, no seu entender, tratava-se das classes que “trabalham e produzem” e, que precisam de ordem, paz e tranquilidade, gerando a confiança necessária ao bem estar e à prosperidade do país. Depoimento de Serafim Valandro ao jornal *A Noite* apud Gomes, 2005, p.276.

⁶² *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1931. “A construção do Albergue Noturno”.

com a Fundação Afonso Pena, a exemplo de Guilherme Guinle, de Gervásio Seabra, do Visconde de Moraes, de Lineu de Paula Machado e de Antenor Mayrink Veiga:

“Augusto Mário Caldeira Brant, Guilherme Guinle, Carlos Guinle, Alberto Boa Vista, Comendador Dias Garcia, Gervásio Seabra, Manuel José Lebrão, Afonso Vizeu, Bernardo José Gomes, Arthur Osório da Cunha Cabrera, Conde Pereira Carneiro, Oscar Sant’Anna, Visconde Moraes, Henry Lynch, Conde de Avellar, Lineu de Paula Machado, Miguel Couto, Rodrigo Octávio Filho, Edmundo Miranda Jordão, Antenor Mayrink Veiga, Henrique Lago, Mário de Almeida, Raymundo Magalhães, Victorino Moreira, João Reynaldo Faria, Albino Souza Cruz, Cesar Augusto Bordallo, Luiz Pereira Carlos da Silva Araújo, Vasco dos Santos Guimarães, Arthur Donato, Raul Leite, Albino Bandeira, Orlando Rangel, Alonso Octávio Campos Lopes Sá”.

2.2 A pá de prata

No dia 3 de outubro de 1931, realizou-se a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da construção do Albergue da Boa Vontade. Ao ato compareceram representantes do governo, da política, do comércio e da indústria, da imprensa, além de personalidades da alta sociedade carioca, que emprestavam apoio ao projeto:

“Foi lançada na área formada pelos lotes números 238 a 241 da quadra 25 dos terrenos do Cais do Porto – a pedra fundamental do edifício destinado ao “Albergue da Boa Vontade”. Projetado pelos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro, que será construído pela firma Gusmão Dourado & Baldassini LTDA. Pelo preço global de 394:000\$, de acordo com a proposta que apresentou em concorrência pública.(...)”⁶³.

Para celebrar o evento, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses ofereceu à Senhora Hermínia Collor, esposa do Ministro do Trabalho, uma artística pá de prata e marfim como lembrança da solenidade. Por sua vez, Serafim Valandro pronunciou um conciso discurso em que relacionava a construção do albergue à comemoração do primeiro aniversário da chamada “Revolução de outubro”, além prestar homenagem a Lindolfo Collor:

“(...) Neste momento em que se lança a pedra fundamental da Fundação do Albergue da Boa Vontade, comemorando assim a gloriosa data do primeiro aniversário da grande arrancada que veio transformar o Brasil, devemos render as nossas homenagens calorosas ao ilustre patricio Sr. Lindolfo Collor, animador intemerato da Revolução de Outubro e desta obra grandiosa que bem reflete o seu espírito patriótico e humanitário”.⁶⁴

⁶³ *A Noite*, 3 de outubro de 1931. 2ª Edição. “O Albergue da Boa Vontade – com a presença do Ministro do Trabalho lançou-se, hoje, a pedra fundamental”. Destacam-se os nomes de Lindolfo Collor, Serafim Valandro, Oliveira Passos, Herbert Moses, Paulino da Rocha Lima, Pedro Magalhães, Walter James Gosling, Albino Bandeira, Pedro Benjamin de Cerqueira Lima.

⁶⁴ *A Noite*, 3 de outubro de 1931. 2ª Edição. “O Albergue da Boa Vontade – com a presença do Ministro do Trabalho lançou-se, hoje, a pedra fundamental”.

Figura nº 8

Assinatura da Ata para a construção do Albergue. Sra. Hermínia de Souza e Silva Collor e Sr. Lindolfo Collor.



Fonte: A Noite, 3 de outubro de 1931. 2ª Edição.

A obra estava orçada em 394:000\$ contos de réis. O período de construção fora estimado em torno de 4 meses. Segundo informações publicadas no *Correio da Manhã*⁶⁵, até aquele momento, já se tinha obtido pelas campanhas quantia superior a 500 contos de réis e, se achavam depositada em num banco do Rio de Janeiro. Portanto, de acordo com esta fonte já se dispunham de fundos suficientes para a construção e o equipamento do albergue, bem como para as primeiras despesas do seu funcionamento.

⁶⁵ *Correio da Manhã*, 4 de outubro de 1931. p.5 “Lançamento da pedra fundamental do edifício destinado ao Albergue da Boa Vontade”.

Figura nº 9

Albergue da Boa Vontade, 1931: Fachada do prédio 1931.



Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2006/09/29/albergue-da-boa-vontade/>, acessado em agosto 2015.

O projeto parecia avançar regularmente quando, em março de 1932, Lindolfo Collor pediu demissão do cargo de Ministro do Trabalho, a pretexto de divergir do cerceamento da liberdade de opinião e da censura da imprensa, devido ao “empastelamento” do *Diário Carioca* por elementos do grupo tenentista. Naquela altura, o Governo Provisório enfrentava uma grave crise política. Lindolfo discordava de setores vinculados ao Tenentismo, favoráveis ao governo centralizado e autoritário. Ele deixou o governo e dirigiu-se para Porto Alegre, sua cidade natal. De lá, passaria a defender o regime constitucional, acabando por se envolver com a Revolução Constitucionalista de 1932. Com a derrota do movimento, vale lembrar, Lindolfo foi obrigado a se exilar na Argentina.⁶⁶

Apesar da perda do padrinho ministro, a construção do albergue prosseguiu de acordo com os prazos inicialmente estipulados, graças às contribuições generosas de

⁶⁶ Somente em 1934, quando foi promulgada a Nova Constituição, em agosto do mesmo ano, Lindolfo Collor foi beneficiado pela anistia concedida por Vargas.

particulares. Em meados de 1932, o prédio já se encontrava praticamente finalizado, faltando apenas alguns arremates. O motivo de tal demora seria o atraso na entrega dos leitos, que haviam sido encomendados no Rio Grande do Sul, depois de uma ampla concorrência⁶⁷:

“Uma obra de verdadeira caridade social – Prestes a inaugurar-se o Albergue da Boa Vontade. O Albergue da Boa Vontade é como se denomina a grande casa para os que não têm teto. Levantaram-na corações generosos com a ajuda do governo, no Bairro da Saúde, na Praça da Harmonia. O seu nome bem se testemunha pelo valor moral e cristão dessa obra, realmente fruto da boa vontade. Serão ali alojados (...) centenas de infelizes que a má sorte não deixou ter um lar”.⁶⁸

Ao mesmo tempo que os trabalhos do Albergue avançavam, voltou-se a discutir qual o destino a ser dado à Fundação Afonso Pena. Inquiriam-se os responsáveis pela Fundação por que a obra continuava paralisada, sem perspectivas de conclusão. Outra indagação corrente dizia respeito à prestação de contas do dinheiro arrecadado em prol daquela “nobre causa”.⁶⁹

De qualquer modo, passados alguns meses, para surpresa de todos, a obra do Albergue da Boa Vontade seria suspensa, com a justificativa de falta de recursos. Logo em seguida, alegou-se a indisponibilidade da entidade mantenedora para arcar com as despesas do seu funcionamento. Assim, o prédio já concluído permaneceria fechado durante um ano.

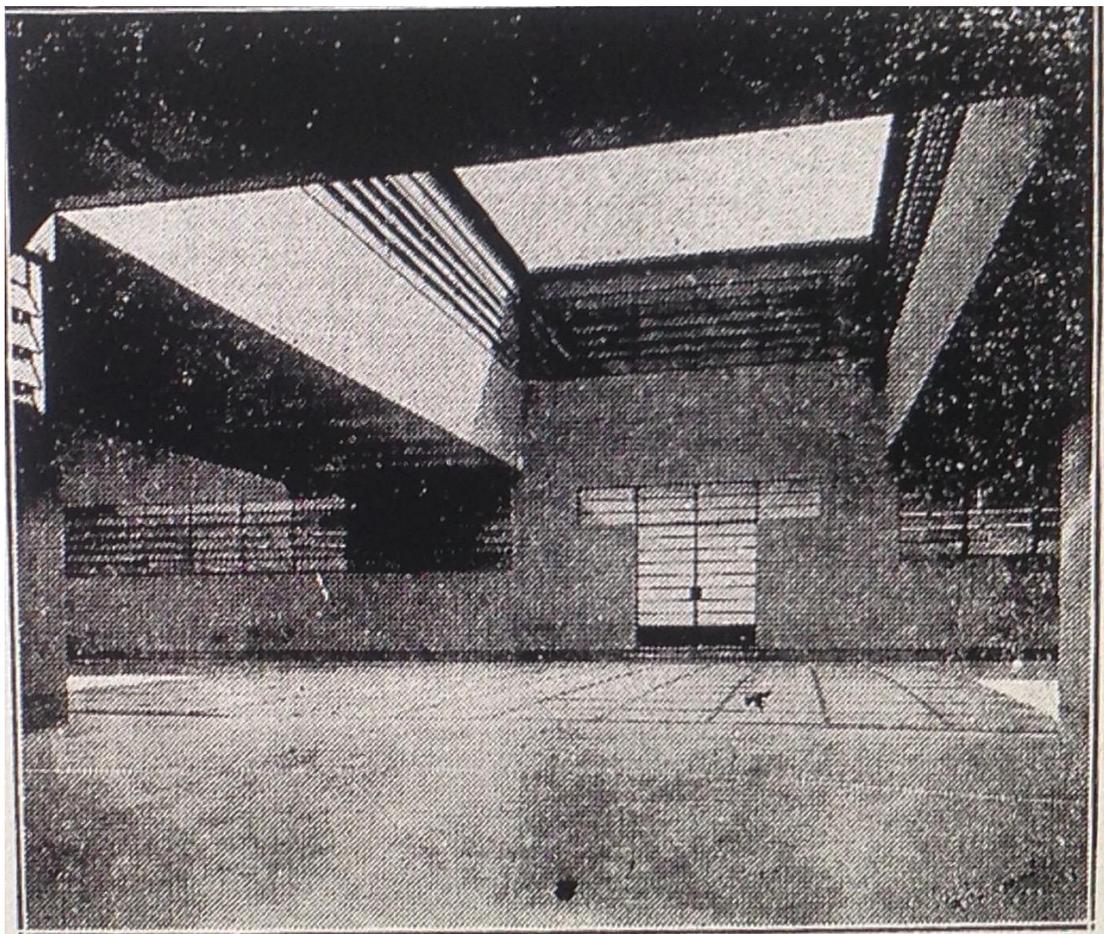
⁶⁷ *A Noite*, 5 de janeiro de 1932. 2ª Edição

⁶⁸ *A Noite*, 23 de julho de 1932. 2ª Edição. “Uma obra de verdadeira caridade social – Prestes a inaugurar-se o Albergue da Boa Vontade”.

⁶⁹ *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1932. “Obras paralisadas – Fundação Afonso Pena.”

Figura nº 10

Albergue da Boa Vontade, 1933: vista do interior.⁷⁰



Fonte: *Correio da Manhã*, 16 de março de 1933.

Outro acontecimento que, sem dúvida, também contribuiu para a paralisação das obras foi o falecimento de Serafim Valandro, ocorrido em 21 de setembro de 1933⁷¹. A Fundação perdeu o seu principal executivo. Valandro sabia articular e

⁷⁰ “O prédio do Albergue da Boa Vontade cumpria as modernas tendências da arquitetura nacional, que estava evoluindo para um sentido de íntima comunhão das condições do clima com a vida do homem moderno. Essa arquitetura, que se denomina tropical, possui a dupla finalidade social e econômica, revelando-se por isso uma arquitetura racional. Trata-se, portanto, de uma das primeiras realizações vasadas nessa arte, que está agora sendo difundida em nossos meios culturais”. Fonte: *Correio da Manhã*, 16 de março de 1933. “Intenso movimento a favor da arquitetura tropical – Albergue Noturno da Boa Vontade”.

⁷¹ *A Batalha*, 22 de setembro de 1933. “Faleceu o Sr. Serafim Valandro”.

Serafim Valandro, natural de Santa Maria, começou a sua vida pública como jornalista, estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1909, se dedicando ao comércio. Deputado à Constituinte, comerciante e presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Em 1922, foi designado representante, junto à Federação das Associações Comerciais do Brasil, da Associação Comercial de Santa Maria. A princípio exerceu o mandato interinamente, substituindo o Sr. Mário Petrucci. Depois foi eleito em 1929, assim ocupando a diretoria da Associação. No período da Diretoria Pereira Carneiro, Valandro foi um dos escolhidos para fazer parte da Junta Governativa da Associação Comercial em 1930, por ocasião do advento da Revolução de Outubro.

mobilizar os mais variados setores da sociedade em prol de causas comuns. A princípio, não havia quem o substituísse naquela missão. Segundo fontes da época o albergue havia-se tornado: “Uma bela iniciativa de Serafim Valandro que morreu com ele”.

Mais uma vez voltaram a ser veiculadas nos jornais matérias reivindicando o acolhimento dos desvalidos. “A cidade precisa de Albergues Noturnos”, estampava o Diário de Notícias, em 31 de março de 1934⁷². Demandavam-se providências imediatas do governo. Criticava-se, também, um serviço de acolhimento aos necessitados prestado pela prefeitura do Distrito Federal, em colaboração da polícia, o qual se planejava extinguir.

“Durante o dia a polícia os persegue, porque a cidade está acordada. A noite, porém a polícia como costume dá tréguas, porque a cidade dorme. (...) o Estado não deve somente punir aqueles que infringem às leis, mas amparar os que precisam – a condição de indigência, pode transformá-los em delinquentes (...) A prefeitura com a colaboração da polícia, mantém um albergue, insuficiente para o número de necessitados, e ao que consta, vai ser fechado devido às péssimas condições de higiene do prédio e falta de verbas para manter o funcionamento do serviço”. (Diário de Notícias, 31 de março de 1934)

De qualquer modo, convém aqui lembrar que, no ano de 1933, a Prefeitura concluiu o prédio já extinta Fundação Afonso Pena, apesar de totalmente desfigurado da sua proposta original. Conforme já se viu no capítulo anterior, o prédio foi utilizado para sediar uma serie de órgãos do governo.

A “solução” do problema da mendicância, o atendimento aos carentes seria mais uma vez postergado pelo poder público, apesar da pressão exercida por diversos segmentos da sociedade, sobretudo, aqueles associados ao comércio de varejo do centro da cidade. Iniciou-se, então, uma nova campanha desta feita com o propósito de transferir o Albergue da Boa Vontade para a Municipalidade. Neste sentido, os jornais exibiam fotos do prédio fechado, acompanhadas de matérias que acusavam a municipalidade de falta de comprometimento e atuação ineficaz na assistência aos chamados indigentes. A situação perduraria por mais de um ano, até que a Prefeitura do Distrito Federal finalmente veio a encampar o Albergue.

Sua atuação foi relevante em 1931, no preço do café, combateu o tabelamento de gêneros alimentícios e promoveu a resolução de numerosos casos fiscais. Em 1932, promoveu a fundação do Partido Economista do Brasil. Foi também membro do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura. Ainda foi presidente do Conselho Fiscal do Banco do Brasil e membro do Conselho de Emissão do Banco do Brasil. Embora presidente da Comissão Executiva do Partido Economista do Brasil, negou-se a candidatar-se à Constituinte pelo mesmo Partido.

⁷² *Diário de Notícias*, 31 de março de 1934 p.3. “A cidade precisa de Albergues Noturnos”.

Buscava-se agilizar a inauguração do Albergue.⁷³ Além do combate à mendicância, o sindicato dos lojistas reclamava medidas urgentes que coibissem o comércio ambulante, no seu entender uma concorrência desleal⁷⁴. Na sua demanda, o sindicato recorria à defesa da estética da cidade, das “tradições de civilização” como forma de reforçar os seus argumentos.

Outra questão que também estava há anos em pauta, era a da assistência e proteção aos meninos vendedores de jornais, que viviam nas ruas sem moradia. A imprensa abraçava essa causa. Neste sentido a ABI chegou a solicitar ao Juizado de Menores, na figura do Dr. José Burle de Figueiredo, a possibilidade de ceder uma ala do edifício do Albergue da Boa Vontade para acolher os pequenos jornaleiros. Justificava-se a pretensão, afirmando ser necessário pensar na salvação moral dos “menores afeitos a um trabalho”, uma vez que se considerava a natureza do trabalho nas ruas um atrativo para o vício e a perdição.⁷⁵

A campanha para que o Albergue se convertesse em um órgão da municipalidade foi bem sucedida. Em 26 de abril de 1934, deu-se a transferência do órgão, assinada pelo então Prefeito Pedro Ernesto⁷⁶, sendo incorporado ao organograma da Diretoria de Assistência Médico Social, em dezembro daquele mesmo ano.⁷⁷ Apesar disso, os responsáveis pela Fundação Albergue da Boa Vontade se mostravam bastante apreensivos de que a passagem para o poder público viesse acarretar o desvio de suas funções, tal como já ocorrera com o prédio da Fundação Afonso Pena.

⁷³ *A Batalha*, 21 de abril de 1934. p.3. “Vai ser doado à Prefeitura o Albergue da Boa Vontade”.

⁷⁴ *Correio da Manhã*, 7 de agosto de 1934. p. 3. “A semanal do sindicato dos lojistas. A campanha contra o comércio ambulante”.

⁷⁵ *Correio da Manhã*, 4 de maio de 1934. “Uma conquista da A.B.I. O juízo de Menores, atendendo um apelo da Associação Brasileira de Imprensa, vai albergar os pequenos vendedores de jornais”. Entretanto, as questões relativas ao trabalho de menores foram retiradas da jurisdição do juízo de menores e entregues ao Ministério do Trabalho. Como se verificará na notícia do *Correio da Manhã*, em 16 de maio de 1935. “A proteção aos menores trabalhadores sem teto. Juízes de Menores não obteve êxito na sua solicitação”. Desse modo, em 1935, a promessa em reservar ala de dormitórios para os pequenos jornaleiros no

⁷⁶ Albergue não se manteve, contudo foram disponibilizados alguns leitos para abrigá-los. Em 1934, os vereadores do Partido Autonomista do Distrito Federal elegeram, então, Pedro Ernesto Prefeito do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro governante eleito da história da cidade, ainda que de forma indireta.

⁷⁷ Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/pedro_ernesto, acessado em janeiro de 2016.

Cabe ressaltar que a ausência de Lindolfo Collor foi lembrada por Oliveira Passos, presidente da Fundação que lhe enviou um telegrama dando notícias do ato de transferência do Albergue para a Prefeitura do Distrito Federal :⁷⁸

“Dr. Lindolfo Collor – Lima Peru”.

“Comunicamos a vossa excelência que a municipalidade assumiu, hoje, por escritura pública compromisso inaugurar custear serviços albergue Boa Vontade acordo programa social fundação que entregou edifício inteiramente equipado. Diretório motivo auspicioso acontecimento congratula-se ilustre amigo iniciador grande animador cometimento realiza ideia humanitária albergamento deserdados fortuna. Saguão edifício foi colocada placa bronze perpetuando nomes benemérito presidente honra e seus colaboradores. Apresentamos exma. senhora nossos respeitos. Cordiais saudações. Oliveira Passos, presidente em exercício.” (*O Jornal*, 26 de abril de 1934”)

A solenidade da inauguração do Albergue da Boa Vontade teve lugar no dia 26 de setembro de 1934⁷⁹. A direção foi confiada ao Senhor Octacílio Dias, assessorado por Francisco Figueiredo. O corpo de funcionários contava com 43 empregados, além de dois médicos e dois enfermeiros.

⁷⁸ *Correio da Manhã*, 25 de dezembro de 1934. “A Assistência Municipal no Rio de Janeiro” *O Jornal*, 26 de abril de 1934. “Conforto à mendicância – Doador à Prefeitura o Albergue da Boa Vontade”.

⁷⁹ *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1934. “Solenidade de inauguração, ontem, do Albergue da Boa Vontade.” Curiosamente a matéria informava que “a grande obra de assistência social seria entregue ao povo dentro de 4 dias”, evidenciando o atraso no início nas atividades do Albergue.

Figura nº 11

Albergue da Boa Vontade, 1934:
cerimônia de inauguração e vista de um dormitório.



Fonte: *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1934.

Na mesma cerimônia, o prefeito Pedro Ernesto determinou a instalação de um lactário, a fim de distribuir gratuitamente meio litro de leite a todas as crianças necessitadas do bairro da Saúde, onde se situava o Albergue da Boa Vontade.

Apesar dessa iniciativa do prefeito, é importante abrir um parêntese para pontuar que as condições de atendimento clínico e sanitário que o governo provia à população carioca eram ínfimas. “Para um contingente populacional que oscilava em torno de 2 milhões de habitantes, o Distrito Federal dispunha de apenas dois postos de saúde públicos, o que ocasionava um alarmante déficit. Era preciso ampliar os serviços para além do socorro emergencial e tratamento de doenças, ou seja, era necessário repensar o planejamento e a prevenção sanitária. (GAWRYSZEWSKI Apud SARMENTO, 2001, p.137)

Vale lembrar que Pedro Ernesto costumava argumentar que a medicina não poderia ser vista apenas para remediar as patologias, ou tratar do corpo enfermo, mas deveria constituir-se em um fator de melhoria das condições de vida e de

“elevação física” da população. Defendia-se a máxima de que “sem higiene não há saúde”. Alterava-se, assim, a maneira de atuar da medicina no seio da sociedade. Não se limitaria apenas a medicar o indivíduo enfermo, mas sim a ajudá-lo a se tornar um cidadão pleno com asseio e higiene.

O Albergue, portanto, parecia enquadrar-se no contexto descrito por Carlos Eduardo Sarmiento, marcado pelo início de uma política pública de saúde, que deveria possibilitar o acesso da população aos seus serviços. Ao mesmo tempo, permitir o acompanhamento integral de sua constituição física e de seu desenvolvimento. Os centros de saúde não seriam mais meros lugares de tratamento da população moribunda, mas um pólo para o qual deveriam convergir todos os setores da sociedade, preferencialmente as camadas inferiores, na busca de atendimento constante, prevenção das patologias e, conseqüentemente, condições melhores de vida. (Sarmiento, 2001, p 138).

O Albergue da Boa Vontade pode ser tomado como um exemplo da primeira política de governo voltada para a assistência aos desvalidos, embora o seu projeto original fosse de iniciativa particular. Neste sentido, é possível afirmar que o Albergue se caracterizou por uma dupla finalidade: dar abrigo às pessoas que se encontravam nas ruas, sem teto durante o período noturno, e ao mesmo tempo ser uma escola de higiene, com o objetivo de resgatar os sem trabalho.⁸⁰

Seja como for, a inauguração da instituição de acolhimento aos desvalidos foi alvo de propaganda do governo até mesmo no teatro de revista. No repertório do musical “Voto Secreto”, interpretado pela renomada atriz Aracy Cortes, de autoria de Freire Junior e Luís Iglesias e dirigido por João de Deus, constava a música cujo título era “Albergue da Boa Vontade”. Exaltava-se a figura de Getúlio Vargas como “líder humano, protetor dos pobres e amigo dos trabalhadores”.⁸¹

⁸⁰ Segundo o arquiteto Nestor B. de Figueiredo, presidente do Instituto Central dos Arquitetos, em 1931, “os planos arquitetônicos do edifício do Albergue obedeciam a fins educacionais”. Disponível em: <https://arquitetandoblog.wordpress.com/2008/03/30/affonso-eduardo-reidy/>, acessado em julho/2015.

⁸¹ *Diário de Notícias*, 6 de dezembro de 1934. “Peça Aracy Cortes”.

3 DE ALBERGUE NOTURNO A CENTRO DE REEDUCAÇÃO E SELEÇÃO PROFISSIONAL

3.1 A “sopa do meio dia”⁸²

A inauguração do Albergue da Boa Vontade só ocorreria três anos após o término de sua construção. Como já foi visto no capítulo anterior, o empreendimento passou por vários obstáculos, desde a criação de uma Fundação direito privado responsável pelo financiamento e gestão da construção do Albergue, seguida da paralisação das obras por falta de verbas, até o desfecho final com sua passagem para a administração pública. Em outubro de 1934, o Albergue da Boa Vontade, finalmente, entrou em funcionamento. Seu objetivo inicial era recolher os mendigos encontrados nas ruas da cidade. Mas, ao que tudo indica, os primeiros acolhidos foram mesmo os pequenos jornaleiros, em resposta às campanhas promovidas naquela altura pela Associação Brasileira de Imprensa. Procurava-se evitar o “perigo das ruas”, a “vadiagem” e ao mesmo tempo amparar os meninos trabalhadores.⁸³

As primeiras informações de que se dispõe sobre suas atividades revelam que o órgão promovia de imediato assistência médica aos acolhidos. Para o indivíduo ser aceito na instituição, ele deveria obrigatoriamente passar por uma rigorosa inspeção médica, para avaliar se portava alguma moléstia ou se precisava ser hospitalizado. Neste momento os médicos também identificavam os casos que não eram elegíveis para o Albergue, ou seja, os portadores de doenças infectocontagiosas, os velhos em que fosse constatada incapacidade física e mental para exercer qualquer tipo de atividade laboral, bem como os doentes crônicos. Havia, contudo, certo número de leitos reservados para atender emergencialmente a esses indivíduos, que poderiam passar uma noite ou alguns dias acamados, conforme cada caso, e depois encaminhados a outros serviços. De acordo com o respectivo diagnóstico, alguns eram transferidos para o Hospital de Pronto Socorro (HPS), outros para uma colônia de isolamento a fim de tratar as doenças infectocontagiosas, como a lepra ou a tuberculose. Outra possibilidade aventada era ser referido ao Asilo São Francisco de Assis, que recebia as pessoas mais idosas incapacitadas para o trabalho.

⁸² O título “A sopa ao meio dia” refere-se à manchete do jornal, *Gazeta de Notícias*, da edição de 4 de agosto de 1938. “O Albergue da Boa Vontade e sua ação protetora dos sem teto e sem pão – a sopa ao meio dia”.

⁸³ *Correio da Manhã*, 4 de maio de 1934. “Uma conquista da Associação Brasileira de Imprensa”

Somente depois de passar pela “Seção de Triagem”, o indivíduo podia ser aceito para acolhimento. Em seguida, era identificado, fotografado, e tomadas as suas impressões datiloscópicas⁸⁴, além de prestar informações complementares. Logo depois, recebia uma ficha numerada que correspondia ao número da camisa de dormir e do respectivo leito.

De posse do número de matrícula, o albergado se dirigia para a “Seção de Arrecadação”, onde deixava os seus pertences mediante recibo, ficando os mesmos sob a guarda daquele serviço. Na “Seção de Rouparia” era oferecido vestuário de dormir, uniforme do albergue, lençóis, toalha, 15 gramas de sabão, cujos restos, se houvessem, seriam depositados em vasilhame adequado, para uso posterior na limpeza do edifício. Disponibilizava-se também um saco para as roupas pessoais, cuja lavagem era feita em estufas apropriadas, exceto calçados, objetos de couro e chapéus. As roupas seriam entregues aos respectivos donos, que as retiravam limpas na manhã seguinte, em condições de uso. Acreditava-se que o asseio e a higiene levantavam a moral do indivíduo.⁸⁵

O banho era obrigatório a todos, podendo ser quente ou frio, conforme indicação médica. A circunstância exigia fiscalização e possíveis ensinamentos por parte dos funcionários para manter a ordem e o controle dos recém chegados. Após o banho, se o indivíduo fosse portador de lesão externa ulcerada ou inflamada, era conduzido ao ambulatório, para fazer o curativo. Antes de dormir, havia a distribuição de infusão de mate e pão com manteiga. Somente depois da ceia o albergado se dirigia ao seu leito.

Os dormitórios eram separados por sexo, ficando as crianças com as respectivas mães. O assistido preparava a sua própria cama. Havia funcionários no período noturno e vigilantes encarregados de manter a ordem no recinto. Os espaços de dormir ficavam permanentemente iluminados por lâmpadas de vigília, exigindo-se completo silêncio e não sendo permitido fumar.

O cotidiano do Albergue era razoavelmente metódico. O despertar se dava às 5:30 h da manhã e, depois das abluções, era servida uma refeição composta de café, leite e pão com manteiga. As mulheres que estavam amamentando recebiam

⁸⁴ O método de impressão digital conhecido como “sistema vucetih” foi idealizado por Juan Vucetich, baseado em quatro tipos: o arco, a presilha interna, a presilha externa e o verticilio. O sistema de arquivamento é do tipo decadactilar, utilizando as impressões dos dez dedos das mãos do indivíduo.

⁸⁵ fonte: <http://www.papiloscopia.com.br/classifica.html>, acessado em julho de 2015.

A *Noite*, 18 de agosto de 1934. 3ª Edição. “Amparando os que não têm abrigo. O Albergue da Boa Vontade e sua próxima inauguração”.

alimentação especial. Era proibida a permanência do albergado durante o dia na instituição. Ele deveria deixá-la após o café da manhã, podendo voltar, a partir das 11h, quando se iniciava a distribuição de uma sopa.

Além dos internos, a “sopa do meio dia” também poderia ser servida a outras pessoas carentes. Nestes casos, pela manhã cedo, retiravam uma senha, e voltavam mais tarde para se alimentar. A sopa era composta de carne fresca, macarrão, legumes e verduras, em proporções que garantiam a quantidade energética adequada para um almoço, correspondendo cerca de 1400 calorias. Depois da refeição, os albergados tornavam a sair e, só podiam retornar para passar a noite, no período entre 18:30 até 20:30 h. Qualquer anormalidade era anotada em livro especial de ocorrência, para apreciação da administração e dos técnicos. Quando estes julgavam o fato importante, registravam na ficha individual de frequência do albergado.

Em 25 de dezembro de 1934, o *Correio da Manhã* divulgou o movimento estatístico dos primeiros meses de funcionamento do Albergue, relativo ao período de 18 de outubro a 19 de novembro de 1934:⁸⁶

Tabela nº 1

Homens	5655
Mulheres.....	654
Menores.....	351
Refeições.....	4358
Mate, café, pão c/manteiga.....	6700
Café, leite e pão c/manteiga.....	6700
Exames Clínicos.....	439
Identificados.....	735
Asilados.....	9
Hospitalizados.....	16
Curativos.....	520

Fonte: *Correio da Manhã*, 25 de dezembro de 1934.

Como se pode constatar, a frequência ao Albergue era bastante expressiva. Entre os acolhidos predominavam os do sexo masculino. Entretanto, percebe-se que nem todos faziam a refeição do meio dia no Albergue, o que significa que o órgão vinha atingindo suas finalidades de abrigo noturno, além de prestar assistência médica aos desfavorecidos.

De um modo geral, a atuação do Albergue recebeu uma resposta positiva da sociedade, embora houvesse quem externasse a preocupação de evitar que a

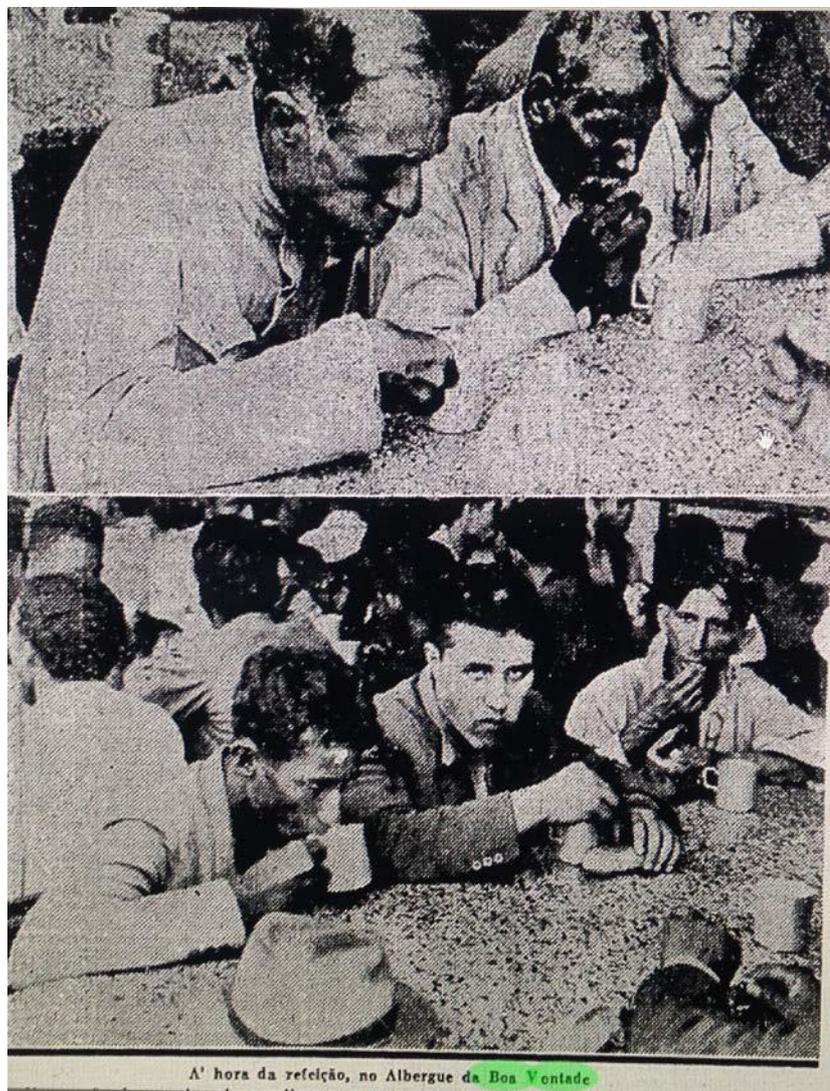
⁸⁶ *Correio da Manhã*, 25 de dezembro de 1934. “A assistência municipal no Rio de Janeiro – do antigo posto da Rua Camerino à Reforma Pedro Ernesto”.

instituição se tornasse um ponto de abrigo dos chamados “vagabundos habituais”. Ao que parece, a passagem pela instituição de fato abria a possibilidade de mudança na vida dos assistidos. Veja-se o caso de um jovem apelidado “Moleque Satanás”, tido como um menino “degenerado” pelas influências perniciosas do meio em que vivia. Acolhido no Albergue conseguiu um trabalho e, já pensava em estudar, caso que seria considerado emblemático do processo de recuperação dos assistidos⁸⁷.

Figura nº 12

Albergue da Boa Vontade, 1939:

Café da manhã dos internos.



Fonte: *A Noite*, 5 de janeiro de 1939.⁸⁸

⁸⁷ *A Noite*, 21 de outubro de 1936. “As impressões de uma visita ao Albergue da Boa Vontade, no seu segundo ano de existência - a casa em que a necessidade revela a todos - a história do Moleque Satanaz.”

⁸⁸ *A Noite*, 5 de janeiro de 1939. “Casa das tragédias – fonte de esperanças”.

3.2 Os possíveis retorno à vida útil

Em 1937, o Albergue passou a ser dirigido pelo médico Victor Tavares de Moura, que buscou dar um novo sentido à instituição de acolhimento. Ele ampliou as funções tradicionais do Albergue, tornando-o também um centro de reeducação e seleção profissional. O objetivo era que o albergado trabalhasse de dia e voltasse à noite, respeitando os horários de entrada e saída do órgão. Neste sentido, novas regras foram implantadas: os postulantes ao acolhimento deveriam cadastrar-se apenas na parte da manhã e somente as pessoas registradas poderiam ter acesso ao prédio no período noturno.

Figura nº 13

Médico Victor Tavares de Moura.



Fonte: Fundo Tavares de Moura. Série Documentos Pessoais. VT/DP/19140102.

Victor Tavares de Moura tinha como meta o retorno do indivíduo à vida útil. Nascido, em Pernambuco, em 1892, formou-se em medicina no Rio de Janeiro e estudou na Europa, em Paris e em Berlim, cidades que no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX foram cenários de grandes

transformações sociais e urbanas. Talvez estas experiências o tivessem levado a se interessar pelas questões sociais, o que na época, para um médico, significava, de certa forma, aderir aos princípios higienistas ou sanitaristas. Em 1935, ele transferiu-se para o Rio de Janeiro, nomeado para o cargo de médico da Prefeitura do Distrito Federal.

A vinda de Tavares de Moura para o Rio de Janeiro foi articulada junto ao interventor do Distrito Federal, o cônego Olímpio de Melo, por Agamenon Magalhães⁸⁹, aparentado de Victor⁹⁰ e com quem o médico já havia colaborado na preparação do projeto da Liga Social contra os Mocambos, voltado para construção de casas populares e a remoção de moradores das áreas ribeirinhas da cidade do Recife. O plano, porém só viria a ser concretizado anos mais tarde, em 1939, quando Agamenon foi nomeado interventor no estado de Pernambuco, por Getúlio Vargas.

Agamenon Magalhães assumira a pasta do Trabalho em 1934 e compartilhava com Tavares de Moura a ideia de promover a melhoria das condições de vida das classes mais necessitadas. Esta afinidade constitui uma pista de que o médico, por certo, estaria envolvido com o Ministro no desenvolvimento de uma política pública voltada para o trabalho, conforme o dispositivo do Artigo 136 da Constituição de 1937, segundo o qual “o trabalho era um dever de todos”.

Desde o início do governo de Getúlio Vargas destacados juristas, se empenhavam em criar uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de "estado regulamentador". Paralelamente, desenvolvia-se uma ideologia de valorização do trabalho e de

⁸⁹ *A Noite*, 25 de julho de 1934. “Agamenon Magalhães – novo ministro do trabalho”. Em seu discurso de posse Agamenon se referia a pasta do trabalho como pasta da Revolução, considerando uma fase de renascimento para a economia. Para ele, a função de ministro nesse departamento deveria promover uma harmonia entre todas as atividades econômicas, minimizando conflitos. Em janeiro de 1937, Agamenon acumulou com o Ministério do Trabalho o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, interinamente, onde permaneceu até o mês de junho. Era, uma das personalidades mais prestigiadas junto ao governo federal e, por isso mesmo, apoiou ao projeto continuísta de Vargas, concretizando o golpe, em 10 de novembro, instituindo o Estado Novo. Nesse momento deixou o Ministério do Trabalho para tornar-se interventor em Pernambuco, em substituição ao governador Carlos de Lima Cavalcanti, seu antigo aliado, a quem acusara de conivência com o levante comunista deflagrado em novembro de 1935 em Recife por membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL). À frente do governo pernambucano, implementou políticas de estímulo à produção de alimentos e à formação de cooperativas de pequenos produtores. Em 1939, a Liga Social contra o Mocambo, órgão encarregado de enfrentar o problema de moradia da população de baixa renda.

Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes, acessado em dezembro de 2015.

⁹⁰ A esposa de Tavares de Moura, era cunhada de Agamenon. Eles eram compadres. Tavares de Moura havia batizado todos os filhos de Agamenon. Fonte: Entrevista de Maria Coeli Moura, concedida em 15 de março de 2005.

“reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional. Junto a esse ideário, havia uma estratégia político-social de combate sistemático à pobreza, centrada no culto à importância da promoção do trabalho. Segundo Castro Gomes (1982, p. 152-153), o trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas seria também uma necessidade para o próprio indivíduo, que já era percebido como cidadão.

Neste sentido, a obra desenvolvida no Albergue por Victor Tavares e seu auxiliar Orestes Magalhães, integrou-se o projeto trabalhista do Estado Novo⁹¹. Tavares de Moura acreditava ser possível um indivíduo desempregado conseguir uma colocação profissional, da qual pudesse viver com dignidade, através da reeducação para o trabalho, de modo a produzir uma conveniente adaptação recíproca “do homem ao trabalho e do trabalho ao homem.” (MOURA, 1949. p. 6)

Para Victor Tavares de Moura, o Albergue deveria ser um local de passagem. Cada indivíduo albergado seria alvo de sindicância. Buscavam-se informações que orientassem os funcionários do órgão, no sentido de encaminhar os casos suscetíveis de aproveitamento às organizações oficiais ou particulares, e os incorrigíveis às autoridades competentes. No seu entendimento, o Albergue abrigava uma gama muito ampla de pessoas em situações-limite:

“Embora a maioria dos albergados seja de pessoas de condição humilde, “gente do povo”, trabalhadores em desemprego, nordestinos que vêm ao sul, atraídos pela enganadora miragem de uma vida mais fácil, com um trabalho bem remunerado, por aqui têm passado também infelizes possuidores de um título de médico, ou de engenheiro, bacharel e até capitalistas que perderam sua fortuna. Um desses capitalistas, que perdeu todos os seus haveres por não saber administrá-los, foi pelo Albergue encaminhado a uma empresa, onde se empregou, começando a ganhar um modesto ordenado, estando hoje com mais de um conto de réis mensais pelo seu trabalho. É uma criatura que não nasceu para administrar, e sim para ser dirigido, no que se porta muito bem, obedecendo”⁹². (*Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938).

⁹¹ Cristina Fonseca defende o argumento que o processo de constituição de políticas públicas de saúde no Brasil, a partir dos anos 1930, instituiu dois formatos diferenciados de prestação de serviços de saúde, conformados através da criação de dois Ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública. (FONSECA, 2007, p.18) Corroborando com a reflexão de Fonseca o *Jornal do Brasil*, em 20 de janeiro de 1939, publicou a seguinte matéria: “o boato sobre o Albergue da Boa Vontade”, havia o boato de que o Albergue estaria sendo disputado por dois Ministérios ao mesmo tempo. (...) O Albergue há pouco menos de dois anos, era coisa de que ninguém se lembrava senão para adjetivá-lo de centro de vadiagem. Em 1939, o jornal referia-se à nova orientação que lhe foi dada com a direção de Victor Tavares de Moura considerado um centro educativo e de classificação. Ao final, afirmava: “está se fazendo ali coisa que ainda não se tinha feito no Brasil – da escoria social tiram-se homens capazes após reeducá-los. (*Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1939) *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938.

⁹² *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938. “Uma grande obra de amparo social”.

Mas o médico ainda iria mais longe. Na sua opinião também era preciso da aparência do indivíduo para se candidatar a um posto de trabalho. Tanto que criou no Albergue uma “Seção de Barbearia”. Nas suas palavras: “o precisa procurar trabalho, e deverá se apresentar de maneira a que não inspire desagrado (...). Esses cuidados vão também lhe inculcando hábitos de asseio e higiene, elevando-lhe o moral abatido”.⁹³

Além disso, Tavares de Moura acrescentou uma nova incumbência à “Seção de Triagem”, no momento da inspeção médica preliminar: o exame denominado “antropológico”. Tratava-se de uma análise do biótipo do postulante ao acolhimento, objetivando uma possível readaptação “científica” para o trabalho. Dois anos mais tarde, o médico organizou o “Código dos Mendigos”⁹⁴, um conjunto de regras que ficava afixado na parede do Albergue, e deveria ser respeitado pelos internos. O “Código” valorizava a necessidade da higiene física e moral, e enfatizava a obediência como valor:

1º Procure trabalhar para ser útil.

2º Aceite qualquer trabalho desde que seja honesto, pois quem não quer trabalhar não é digno de proteção.

3º Respeite e obedeça aos regulamentos e leis.

4º Respeite e obedeça aos seus superiores.

5º Corrija-se dos maus hábitos e aprenda a ser asseado.

6º Trate bem a todos e será bem tratado.

7º Não jogue e não beba bebidas que embriagam.

8º Evite adquirir vícios, pois eles estragam a saúde e podem desmoralizá-lo.

9º Somente peça e ouça orientação daqueles que sejam capazes de aconselhar com segurança.

10º Ouça com atenção os conselhos que recebe no Albergue e obedeça ao que lhe for determinado, certo de que tudo se faz em seu benefício.

Ao lado desses preceitos, os albergados recebiam visitas regulares da Federação das Congregações das Irmãs Mercedárias que prestavam assistência espiritual aos acolhidos⁹⁵. O trabalho desenvolvido por Tavares de Moura estava associado a uma visão religiosa, embora fosse orientado por uma perspectiva científica. Para o médico, o Albergue não se restringia a um serviço de caridade. Sua principal função consistia em promover a reeducação dos albergados para o mundo do trabalho. Buscava-se, assim, caracterizar as atividades de assistência social desvinculando-as do âmbito meramente filantrópico.

⁹³ *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938. “Banho obrigatório e ceia”.

⁹⁴ *A Noite*, 8 de janeiro de 1939. “Código de Mendigos”.

⁹⁵ *A Noite*. 13 de novembro de 1940. “Visita ao Albergue da Boa Vontade”.

A atuação de Tavares de Moura revelava domínio do conhecimento científico disponível na época. A metodologia aplicada ao trabalho no Albergue, fundamentava-se na classificação do médico alemão Kretschmer (1888 – 1964)⁹⁶. E também em leituras de artigos relacionados à biotipologia⁹⁷, campo que combinava noções de ciência experimental com medicina, cujo objetivo era aprofundar o saber sobre a personalidade do trabalhador⁹⁸. Tais conhecimentos permitiriam encaminhar o trabalhador para o exercício de um ofício de acordo com suas características físicas e mentais, de maneira a reeducá-lo nas suas deficiências e controlá-lo nos seus impulsos. Mesmo que o seu temperamento estivesse em desacordo com o biotipo. Tratava-se de “adestrá-lo” da maneira que o médico alemão Grote denominou de “responsividade” ou “normalidade pessoal” e, que Waldemar Berardinelli rebatizou de “congruência”⁹⁹.(MOURA, 1949. p. 8)

⁹⁶ Ernst Kretschmer seguiu um ponto de vista psicológico, relacionou temperamentos e comportamentos aos aspectos morfológicos para determinar três tipos classificatórios: pícnicos, astênicos e atléticos. Os pícnicos seriam pessoas com corpos “rechonchudos, atarracados, face arredondada e musculatura mole”. Caracterizar-se-iam por “acúmulo de gordura no pescoço, face e tronco, além de tendência a serem maniaco-depressivos”. Os astênicos, por sua vez, possuíam corpos “mais desenvolvidos em comprimento do que altura”, apresentando tendência a desenvolver esquizofrenia. Os atléticos seriam pessoas “esbeltas com extremidades longas e corpos robustos”, e que também teriam tendência à esquizofrenia. (VIMIEIRO-GOMES, Ana Carolina, 2012, p. 710)

⁹⁷ A biotipologia congregava conhecimentos da ciência experimental e da medicina constitucional. Primava pela visão holística sobre o corpo do indivíduo e suas práticas científicas consistiam em medidas morfológicas, fisiológicas e psicológicas como base para a classificação. (GOMES, Ana Carolina Vimieiro, 2012, p. 705)

⁹⁸ Cabe acrescentar que anos depois, em 1949, Victor Tavares de Moura consolidou os dados das fichas e redigiu o trabalho, “Biotipo e orientação profissional”, resultado de sua experiência quando dirigia o Albergue da Boa Vontade, cuja proposta era um método de seleção profissional aplicado a homens desempregados por causas voluntárias ou por fracassos profissionais, e que desejavam uma melhoria de sua situação.

⁹⁹ Segundo Berardinelli o termo “congruente” estaria de acordo com as “próprias necessidades biológicas e sociais”, até mesmo relacionadas com as “suas deficiências orgânicas.” (GOMES-Vimieiro, 2012, p. 712)

Figura nº 14

Albergue da Boa Vontade, 1938:
Visita de alunas do curso de Assistência Social.



Fonte: *A Noite*, 27 de novembro de 1938¹⁰⁰

Registro da visita realizada ao Albergue por alunas do curso de assistência social, vendo-se à esquerda o diretor da instituição, o médico Victor Tavares de Moura.

Neste sentido, depois da inspeção médica, o albergado se dirigia à seção do Serviço Social. Ali realizava-se um novo cadastro denominado de “ficha social” (vide anexo 2), um instrumento utilizado para sistematizar a vida do assistido e de sua

¹⁰⁰ *A Noite*, 27 de novembro de 1938. “No refúgio dos que não têm pão, nem teto”.

família. A “ficha social” foi idealizada por Tavares de Moura e compreendia várias informações a serem coletadas. Os itens de identificação da ficha remetiam à passagem pelo Albergue: número de registro, data de entrada, tempo de permanência na instituição e número do leito ocupado. Informava, também, se indivíduo já havia sido albergado, a data do acolhimento e o motivo da sua saída. Perguntava-se, ainda, se costumava fazer as refeições no Albergue.

Após essas informações seguiam-se os dados pessoais como nome completo, cor, sexo, filiação, pai e mãe falecidos ou não, nacionalidade dos pais, naturalidade, idade, estado civil, profissão, certidões de nascimento e casamento, carteira de identidade, carteira profissional, certificado de reservista, título de eleitor, além de informações sobre a vida conjugal e o grau de instrução do indivíduo.

No caso do fichado ser solteiro, havia perguntas sobre sua família de origem, a vida conjugal dos pais, o número de irmãos, caso houvesse, bem como outras informações sobre os mesmos (gênero, estado civil, se eram vivos ou falecidos e se havia menores de 16 anos).

Na sequência, eram requeridas informações sobre as experiências prévias de trabalho do fichado: ocupação atual, ou se estava desempregado, dados sobre o último emprego (nome do estabelecimento, endereço, valor do salário, motivo e data da saída). Indagava-se, também, o tempo de permanência do indivíduo no Distrito Federal e a sua procedência. Questionava-se, ainda, se já havia esmolado e qual a renda diária que apurava nesta atividade. Outras perguntas buscavam dados sobre possíveis relações com sindicatos ou sociedades beneficentes, e práticas religiosas. Os últimos itens da ficha eram de natureza médica: vacinas tomadas, exames a que fora submetido, bem como características de aparência física tais como tipo de cabelo, sobancelha, cor dos olhos, barba, bigode, etc.

A parte destinada às “observações” geralmente era utilizada para registro de demandas do albergado. Na maioria dos casos, reportavam pedidos de passagens para regressar à terra natal e solicitações de empregos.

No caso das albergadas, que veremos mais adiante, referiam-se a pedidos de internação de menores em instituições públicas.

Junto com a “ficha social”, o albergado deveria responder a um outro instrumento, denominado “Ficha de Identificação” (vide anexo 3), do Departamento da Delegacia Social. Pretendia-se produzir grande um arquivo, um banco de dados, por

assim dizer, cujas informações, acompanhadas da foto e das impressões digitais, pudessem ser consultadas por autoridades de instância judicial ou policial.

Esta segunda ficha buscava levantar a vida pregressa do indivíduo e de sua família. Tratava-se do então denominado “inquérito social”. Com base nesses registros, promovia-se uma rigorosa sindicância sobre a situação sócio econômica do albergado. O propósito era detectar as possíveis causas de “desajustes” sociais e propor medidas adequadas para saná-las, oferecendo instrução, noções básicas de higiene e de convívio social.

No que diz respeito às experiências de trabalho anteriores, as informações prestadas eram passíveis de investigação para serem validadas. Também havia perguntas sobre vícios, hábitos, tudo enfim que pudesse contribuir para uma conclusão que autorizasse a administração indicar uma atividade ou o exercício de uma profissão para o retorno à vida útil. A Delegacia Social ficava incumbida de estudar as fichas, o que se fazia normalmente em 3 a 5 dias. Neste período se aproveitava também para obter ou regularizar documentos necessários à inserção do albergado no mercado de trabalho.

Após a análise da “ficha social”, os albergados, avaliados como “pobres fracassados”¹⁰¹- aqueles considerados aptos, mas que não conseguiam emprego, eram indicados a postos de trabalho. Nesse período, chamado de experimentação, também eram oferecidas vagas na própria municipalidade, através de um intercâmbio entre a Prefeitura e o Albergue. Tratava-se de uma fase seletiva com provas de aptidão e de capacidade para trabalhar. As informações eram prestadas pelos empregadores, que indicavam se o albergado estava habilitado para desempenhar as funções para as quais fora designado.

Entre outras atividades, há informações do aproveitamento de albergados no Moinho Fluminense, no Porto do Rio de Janeiro, na capina de vários cemitérios, e também nos setores de limpeza e higiene do próprio Departamento da Secretaria da Assistência Médico Hospitalar. Cumprido o período probatório, alguns indivíduos eram encaminhados às fazendas na zona rural para trabalhar como agricultores e tratadores de animais¹⁰².

Tavares de Moura instituiu um prazo para os albergados permanecerem na instituição usufruindo dos benefícios ali recebidos. O propósito era desestimular a

¹⁰¹ *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938. p. 9. “Uma grande obra de amparo social”.

¹⁰² *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938. p. 9. “Uma grande obra de amparo social”.

ociosidade, limitando a estadia no Albergue a um curto período. Segundo Victor, “(...) Eles tinham, digamos, oito dias no Albergue (...)”¹⁰³. Mas também havia os casos então denominados de “pobreza envergonhada”, ou seja, de pessoas que já possuíam experiência profissional e buscavam no Albergue uma oportunidade para se restabelecerem na vida. De acordo com a opinião do médico, a eficácia das ações públicas estava intimamente ligada ao conhecimento científico, realizado por meio de estudo pormenorizado da ficha social, a qual deveria ser preenchida com minúcia e critério.

Na presente pesquisa encontramos 26 “fichas sociais” completas. Todas elas relativas ao mês de setembro de 1938. Apesar de não ser uma quantidade expressiva, as fichas permitem identificar certas características dos albergados que coincidem com as anotações de Victor Tavares de Moura sobre o trabalho realizado no Albergue.

Tabela nº 2

Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública: Fichas Sociais, setembro de 1938.

Gênero	Faixa etária	Escolaridade		Ocupação			Procedência			
		Analfabeto	Alfabetizado	agricultura	/serviços/	indústria/não informado	NE/SE/	S		
Masculino	18–42	12	11	10	8	0	5	17	5	1
Feminio	26–32	0	3	0	3	0	0	3	0	0

Fonte: quadro elaborado a partir das fichas existentes no Instituto Miguel Pedro.

Os registros da tabela acima revelam que, de um total de 26 albergados, havia 23 homens e 3 mulheres. Do conjunto, 20 eram naturais do que hoje em dia se entende por região Nordeste, 5 do Sudeste e 1 do Sul. O grupo masculino situava-se na faixa dos 18 aos 42 anos. 12 eram analfabetos e 11 eram alfabetizados. Alguns casos traziam os registros “pouca instrução” ou “primária”, que consideramos como alfabetizados. Os homens exerciam majoritariamente ocupação no campo, em especial, na lavoura. Alguns indivíduos foram identificados como prestadores de serviços braçais. Outro albergado, Dario Correa Lima desempenhava funções de taifa

¹⁰³ Entrevista de Maria Coeli Moura, em 15 de março de 2005.

(taifeiro) e constava que seu último trabalho fora de serviços domésticos. Havia apenas um profissional qualificado: Fidelis Marinho dos Santos, ex-marinheiro de convés do Lloyd Brasileiro. Do grupo estudado não havia nenhum acolhido com experiência e qualificação para o trabalho na indústria.

No caso das mulheres, as três albergadas situavam-se na faixa etária dos 26 aos 32 anos. Todas eram naturais da região do Nordeste, alfabetizadas e exerciam o ofício de empregadas domésticas.

No que dizia a respeito da procedência, constata-se a confluência com os estudos de Boris Fausto¹⁰⁴, sobre o movimento migratório interno no país naquela época. As fichas registram indivíduos oriundos do Nordeste que se deslocavam inicialmente para São Paulo ou Minas Gerais e depois vinham tentar a vida no Distrito Federal. O caso de José Candido de Souza ilustra bem este percurso. Natural de Canavieiras, na Bahia, dirigiu-se para o interior de São Paulo, onde trabalhou na lavoura, depois foi para a capital daquele estado, e de lá conseguiu um passe da polícia e veio para o Rio de Janeiro. Nas observações de sua ficha consta solicitação de passagem para retornar a sua terra natal, onde moravam seus filhos menores e outros parentes.

Outro exemplo migratório significativo é o de Obínio Jose dos Santos também natural da Bahia. Ele transferiu-se para a cidade de Barbacena, em Minas Gerais, e de lá veio para o Rio de Janeiro, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Nas observações consta que não desejava voltar para a Bahia, mas sim dirigir-se para Porto Epitácio, no Estado de Mato Grosso, local em que dizia ter parentes.

Havia apenas um caso procedente da região meridional: José Rodrigues Santana natural do Rio Grande do Sul. Nas observações consta a informação de que ele teria viajado a pé do Rio Grande até São Paulo. Ali conseguiu passagem para o Rio de Janeiro, por intermédio da Polícia. No Rio tentou procurar o padrinho, que não encontrou e solicitava passagem para a cidade de Santos (Estado de São Paulo) onde alegava possuir familiares.

Um aspecto muito interessante do material pesquisado e que vale a pena salientar, diz respeito às averiguações mandadas realizar pelo Delegado Social, cujos resultados constam no verso das fichas. Estes registros permitem deduzir que o investigador social fazia diligências sobre as informações prestadas. Não por acaso,

¹⁰⁴ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2015. p. 215-217.

uma das funções do Delegado Social consistia, justamente, em promover o levantamento da vida pregressa dos fichados e apurar a veracidade de suas declarações.

Neste sentido, é muito significativa a ficha do já mencionado Dário Correia Correia Lima, em cujo verso consta a investigação realizada pelo funcionário José José Ribeiro. Nascido em Fortaleza, Dario Lima deixou a terra natal para trabalhar em São Paulo. Lá permaneceu durante dois meses e depois deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu atividades domésticas. Consta na sua ficha a informação do local de trabalho, à Rua 1º de Março, nº 13, 2º andar, “pensão de D. Virginia”. O motivo declarado da saída era o baixo salário. Nas observações, Dario Lima solicitava um “emprego qualquer”. No dia 22 de setembro de 1938, realizou-se o processo de sindicância. O investigador José Ribeiro esteve no local informado, a “pensão de D. Virginia”, e apurou que o albergado havia trabalhado na pensão durante 9 dias e, por livre vontade, deixou o emprego. O albergado, então, foi convocado a comparecer à Delegacia Social uma semana depois. Lá agradeceu a atenção a ele prestada e informou ao funcionário que já estava trabalhando no serviço de limpeza no Hospital Jesus.

Outro caso expressivo de sindicância é o do albergado Paulo Donato Costa que informou ser trabalhador no cais do porto. Segundo o registro, cumpria a tarefa de descarregar carvão dos navios, contratado pela Associação dos Trabalhadores de Carvão Mineral. Declarou também que pertencia ao sindicato dos carvoeiros e, devido à falta de pagamento, fora suspenso da corporação. O investigador social efetuou a diligência em 5 dias apurando que Paulo Donato não era filiado à Associação dos carvoeiros e, que eventualmente, quando havia excesso de descarga de carvão no porto, o albergado trabalhava como muitos outros. Quanto à sua conduta, não constava nada que o desabonasse. Acrescentou-se no verso da ficha um pedido para anexar as cópias das fotos de Paulo Donato.

Das três albergadas, cujas fichas tivemos acesso, apenas uma estava desempregada e desejava trabalho. As outras duas procuraram o Albergue para obter a internação de menores, filho e sobrinha, respectivamente, que viviam sob a tutela.

O material do Albergue encontrado no Instituto Miguel Pedro se mostra coerente com algumas estatísticas da Secretaria Geral de Saúde e Assistência,

sobretudo quanto à faixa etária e a naturalidade dos albergados¹⁰⁵. Mas, até onde se sabe, as fichas cadastrais da instituição de acolhimento não alimentavam apenas as estatísticas da Secretaria¹⁰⁶, também eram alvo da consulta das autoridades policiais e do judiciário.

Apesar da atuação do Albergue da Boa Vontade, a mendicância persistia no Distrito Federal, agravada pelo problema da infância desamparada. Novas campanhas foram promovidas reivindicando providências dos órgãos públicos para solucionar a questão. Em vista disso, estabeleceu-se no Albergue um serviço do Juizado de Menores, com o propósito de oferecer aos meninos ali acolhidos licença para os que desejassem trabalhar ou sentar praça no Exército¹⁰⁷.

Além da parceria com a Prefeitura e o Juizado de Menores, o Albergue estabeleceu relações institucionais com outros órgãos públicos, sobretudo a 1ª Circunscrição de Recrutamento das Classes Armadas, que regularizava a situação militar dos internos. Identificavam-se os que estavam aptos para serem engajados e providenciavam-se cadernetas de reservista para aqueles que ainda não as possuíam, bem como certificados de isenção, quando fosse o caso¹⁰⁸.

O Albergue também atuava junto ao Ministério do Trabalho. Para agilizar algumas pendências documentais, como a falta da carteira profissional, o ministério passou a aceitar os atestados de profissão fornecidos pelo órgão, dos internos, que se candidatavam a postos de trabalho. Mais tarde, o Ministério delegaria ao Albergue a função de emitir atestados para todos os interessados, independentemente da condição de estarem ou não albergados.

Incentivava-se a busca de trabalho para ser útil à sociedade. Os albergados geralmente eram enviados ao Ministério do Trabalho, a fim de solicitar a carteira profissional. Ou então, por sua própria conta, deveriam procurar ocupação. A permanência no Albergue poderia ser prorrogada, para aqueles que justificassem não

¹⁰⁵ Os dados de 1940 registravam que a maioria dos frequentadores do Albergue procedia dos estados do Nordeste, na faixa etária entre 17 a 35 anos.

¹⁰⁶ *A Noite*, 1º de setembro de 1940. p. 7. “O recenseamento entre os que não têm lar”.

¹⁰⁷ *A Noite*. 9 de setembro de 1940. “A obra proveitosa do Serviço de Assistência Social: O Albergue da Boa Vontade”.

Diário de Notícias, 20 de abril de 1938. p. 3. “Sem solução o problema da mendicância – falta de recursos e descaso das autoridades – necessária colaboração do Juiz de Menores – Crianças desamparadas. A cidade entregue, novamente, aos bandos de mendigos – Uma campanha que se impõe por motivos de caridade e civilização”.

¹⁰⁸ *Gazeta de Notícias*, 4 de maio de 1939. p. 9 “A vida da Cidade” – O Albergue da Boa Vontade e os seus novos serviços – o apoio que o professor Clementino Fraga vem dando a essa instituição”.
Gazeta de Notícias, 29 de abril de 1939. p.9. “O Albergue da Boa Vontade em coordenação com a 1ª Circunscrição de Recrutamento”.

ter encontrado uma colocação, desde que tais informações fossem corroboradas pela Delegacia Social.

De qualquer modo, existia ainda a possibilidade de conceder passagens para os que pleiteavam deixar o Rio de Janeiro e se dirigir para lugares onde alegavam possuir vínculos familiares. Em 1939, o Albergue da Boa Vontade encaminhou 1311 indivíduos para diferentes pontos do Brasil, por mar e por terra. As passagens eram disponibilizadas pelo Departamento Nacional de Povoamento do Solo, com recursos do Ministério do Trabalho. Os bilhetes poderiam ser retirados nas companhias de navegação e na Estação D. Pedro II, da Rede Ferroviária Federal¹⁰⁹.

Apesar dos esforços empreendidos pela direção, a capacidade de atendimento do Albergue não conseguia atender a elevada demanda por hospedagem noturna, colocando em evidência os limites da instituição. O crescimento das migrações internas constituía o grande desafio do Albergue, sobretudo de indivíduos oriundos do Nordeste, que se deixavam seduzir por falsas promessas de trabalho geralmente no Estado de São Paulo. Como já se disse, essas pessoas acabavam por vir tentar a sorte na Capital da República. Porém, na maioria das vezes nada conseguiam.

A questão era tratada como “tráfico de gente”, e considerada uma prática criminosa dos chamados “agenciadores de migrantes”. A sociedade, por meio da imprensa, cobrava, reiteradamente, ações do Conselho Nacional do Serviço Social junto das autoridades competentes, apontando como causas do dito “tráfico” o êxodo rural e a imigração externa¹¹⁰.

(...) O Conselho Nacional precisa cumprir suas finalidades alertando as autoridades do país. (...)Húngaros na Guarda humilham os brasileiros – migrantes nortistas “gringos” de barriga cheia. Enquanto isso, redação, famintos e quase despidos, os que dormem no Albergue da Boa Vontade, e foram expulsos de São Paulo, porque os húngaros, iugoslavos e italianos, não deixavam que eles tivessem empregos”. (*O Radical*, 9 de janeiro de 1938. p1. e p.2)

Mais uma vez, nota-se a convergência das fontes levantadas com as análises de Boris Fausto sobre os deslocamentos internos da população naquela época. O historiador assinala o crescimento das migrações de natureza interestadual, no

¹⁰⁹ *A Noite*, 9 de setembro de 1940. “A obra proveitosa do Serviço de Assistência Social: O Albergue da Boa Vontade”.

¹¹⁰ *O Radical*, 29 de junho de 1937. “As misérias do tráfico de Nortistas”. *O Radical*, 6 de agosto de 1937. p 5. “Revoltante situação em que se encontram várias famílias agrícolas do Norte”. *O Radical*, 21 de dezembro de 1937. “Um crime que não pode continuar”. *O Radical*, 9 de Janeiro, de 1938. p1. p.2 “Apontamentos Paulistas”. *O Radical*, 23 de agosto de 1938. “De inanição – A sorte dos Nordestinos que voltam de São Paulo”. *O Radical*, 25 de setembro de 1938. “O Tráfico dos nordestinos”.

sentido campo-cidade, sobretudo do Nordeste do Brasil para o Centro-Sul, mais especificamente, para a capital do estado de São Paulo e para o Distrito Federal.

De fato: o diretor do Albergue considerava a migração para a cidade um problema frequente e prejudicial. Na sua opinião, as motivações que levavam o indivíduo a migrar relacionavam-se à falta de emprego e a busca por melhores remunerações. No seu entender, a migração afetava de modo irreversível as pessoas, uma vez que se alteravam não apenas os costumes, mas também as relações sociais: “O indivíduo que troca a vida do trabalho no campo pela vida trepidante da cidade é obrigado a ajustar-se a ambientes físicos e sociais novos, diferentes, e por isto, jamais será o que era anteriormente.” (MOURA, 1949. p.2).

Para o médico, o indivíduo procurava o Albergue por falta de apoio suficiente até se ambientar às novas condições de vida: “longe de sua gente, fora de seus hábitos, lidando com lavouras e climas diferentes, o fracasso era inevitável”. Ele considerava o migrante do campo como um estrangeiro na cidade, que necessitava de um período de tempo para se inserir no meio social, além disso na maioria das vezes precisava mudar de profissão: “O antigo lavrador que, até então, só lidava com instrumentos agrícolas, deseja ser na cidade, operário de fábrica, tecelão, maquinista, pedreiro, e assim por diante”. A par disso, advertia Tavares de Moura, as condições de inserção social para aqueles que possuíam alguma instrução também não eram muito animadoras: “quando alfabetizado, quer mais e deseja tanto, que não sabe o que deseja, e por que não se submete ao trabalho para o qual tem capacidade, fica desempregado”. (MOURA, 1949. p. 3)

Uma das preocupações constantes da direção do Albergue era evitar que o órgão viesse a constituir um estímulo à “malandragem”, o que poderia colocar em xeque a dita eficiência do Departamento de Assistência Médico Social. Neste sentido, havia consenso entre as autoridades de que os internos também deveriam contribuir com o seu trabalho para custear as despesas do Albergue, de forma assegurar o seu funcionamento:

“É certo que no ano passado estes mesmos desempregados, beneficiados do Albergue, contribuíram para o seu custeio de modo tão acentuado que, quase todas as despesas ali feitas, foram cobertas por serviços prestados por eles mesmos em cemitérios, hospitais e outras dependências da Secretaria Geral de Saúde e Assistência e no próprio Albergue. Assim merecem bem a alimentação sadia e técnica que recebem não só porque eles mesmos trabalham para sua própria alimentação e ainda porque, e, principalmente, estão contribuindo para os estudos práticos, observados sobre a alimentação e o trabalho”. (A Noite, 26 de setembro de 1940. “O problema da alimentação e o Albergue da Boa Vontade)

O pagamento dos albergados era feito por diárias, e cabia a administração do Albergue controlar o dinheiro recebido. Uma parte era recolhida à Caixa Econômica e a outra destinava-se ao ressarcimento dos valores gastos com a sua hospedagem e a alimentação¹¹¹.

Seja como for, as atividades desenvolvidas no Albergue também se prestavam para outros fins, sobretudo serviam de vitrine para a propaganda do governo do Estado Novo¹¹². A instituição recebia ampla cobertura da imprensa, com a publicação de matérias que exaltavam o seu funcionamento modelar, bem como a atuação eficiente de Tavares de Moura, frequentemente convidado para dar entrevistas e proferir palestras sobre o órgão que dirigia. As autoridades dos altos escalões do governo, por sua vez, retribuía os bons serviços. Prestigiavam o Albergue com sucessivas visitas, sempre acompanhadas por jornalistas e fotógrafos, encarregados de registrar as experiências bem-sucedidas que ali aconteciam. Segundo uma notícia veiculada em 1939, provavelmente matéria preparada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, anunciava que as ações do Albergue teriam alcançado repercussão até mesmo nos Estados Unidos¹¹³:

“Soube há tempos o administrador dos albergues de Nova York da existência da casa carioca. E escreveu ao seu administrador pedindo-lhe informes sobre a administração, fichário. Foi-lhe tudo fornecido. Pouco depois chegava a referência elogiosa. Ao técnico novayorkino parecia tão excelente o sistema de fichário brasileiro que resolvera copiá-lo como melhor do que o que até então adotara”. (A Noite, 5 de janeiro de 1939)

¹¹¹ *Revista Cruzeiro*, 19 de novembro de 1938. p. 27. “Dormir...Sonhar...Sem cama própria”.

¹¹² Cabe ressaltar aqui o aperfeiçoamento dos órgãos públicos de propaganda do governo Vargas, desde 1931, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade, depois o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), em 1934, e já no Estado Novo, no início de 1938, o DPDC que se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DCP). Finalmente deu lugar ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939.

¹¹³ *A Noite*, 5 de janeiro de 1939. “Casa das tragédias, fonte de esperanças”.

Figura nº 15

Albergue da Boa Vontade, 1941.



Fonte: *O Radical*, 22 de junho de 1941¹¹⁴.

Não obstante a propaganda oficial, o Albergue da Boa Vontade também frequentava, por assim dizer, a seção policial dos diários cariocas, em meio a notícias de agressões, de brigas, de situações de roubo e de violência, cujos personagens envolvidos eram albergados. Veja-se o caso de Aureliano Batista. Acolhido no Albergue, frequentemente destacado pela administração para realizar serviços externos. Destacado para o serviço de capina no cemitério de Jacarepaguá, foi acusado de furto durante o almoço. De acordo com os policiais, Aureliano desapareceu do cemitério levando a quantia de 40 contos de réis, além de um terno de brim que pertencia a um companheiro de trabalho¹¹⁵.

Entre outras ocorrências, a instituição de acolhimento também foi palco uma tentativa de suicídio nas suas dependências. A albergada Olarina da Cunha, 25 anos, solteira, ingeriu uma grande quantidade de um tóxico, sendo levada para o Hospital do Pronto Socorro (HPS).

¹¹⁴ *O Radical*, 22 de junho de 1941. "O Chefe do governo visita serviços e obras públicas".

¹¹⁵ *Diário da Noite*, 13 de maio de 1938. "Fugiu do cemitério de Jacarepaguá – o albergado carregou dinheiro e roupas alheias".

Mas era nos arredores do Albergue que se destacavam as brigas e as situações de violência, envolvendo acolhidos, como por exemplo, Florentino dos Santos agredido à faca na Rua Visconde de Itaúna¹¹⁶. Aliás, atrás do prédio, em barracas improvisadas, dormiam homens e mulheres. Segundo consta, o grupo não se submeteu à disciplina e ao regime de trabalho da instituição, preferindo acampar nas suas imediações onde praticavam assaltos a transeuntes e outras agressões¹¹⁷.

Além disso, referências sobre o Albergue apareciam frequentemente nas notas assinadas no jornal *A Noite*, por um certo “Repórter Carioca”, a quem a população mais humilde costumava recorrer pelos mais variados motivos. Era comum dirigirem-se à redação, para dar parte de familiares desaparecidos, cujas fotos eram publicadas, ou relatar histórias de famílias que se haviam dispersado¹¹⁸:

“G.F.S., que morava em Maceió, na Rua Nova Aurora, mãe de sete filhos e sogra de J.F.A., há dois anos morando em São Paulo, pede notícias de uma filha de nome I.F.S., até o fim do mês a senhora G. estará no Albergue da Boa Vontade, onde espera receber qualquer informação da filha”. (*A Noite*, 24 de agosto de 1940. p.5)

Lamentavelmente, não se tem notícias do paradeiro de I.F.S, apesar do apelo apelo de sua mãe. Sabe-se, porém, que o Albergue foi cenário do reencontro emocionante de mãe e filho. Raymunda Santa casou-se com Jerecovai, índio carajá, passando a ser chamada de Cunhã-Riapu. O casal teve um filho, de nome Manoel Candido das Neves, nascido em Mato Grosso, que aos 13 anos decidiu abandonar a tribo. Os caminhos dos dois se cruzaram no Albergue da Boa Vontade. Cunhã-Riapu fazia parte de uma comitiva indígena que veio ao Distrito Federal solicitar subsídios para compra de ferramentas e a promessa de liberação de terras junto ao Serviço de Proteção aos Índios. Os índios foram acolhidos no Albergue e Cunhã-Riapu ali reconheceu o rapaz que deixara a família há 20 anos. A história teve um final feliz. O filho pródigo retornou com a mãe para a comunidade indígena¹¹⁹.

Victor Tavares de Moura tencionava ampliar ainda mais os serviços do Albergue. Planejava criar no órgão um refeitório popular, onde o chamado “homem do povo” teria acesso a uma refeição balanceado por um preço mínimo:

¹¹⁶ *A Noite*, 19 de janeiro de 1939. “Desespero”.

¹¹⁷ *Diário da Noite*, 11 de novembro de 1938. “Agredido a faca”.

¹¹⁸ *A Noite*, 5 de março de 1941. p.8. “Um duelo a navalha”. *A Noite*, 24 de agosto de 1940. p. 5. “Os desaparecidos”.

¹¹⁹ *Diário da Noite*, 4 de novembro de 1938. “Cunhã-Riapu e sua história”.

“Foram feitos estudos minuciosos quanto ao preço de vários víveres, suas calorias, suas vitaminas, e demais elementos substanciais, de molde a se estabelecer um padrão exato de refeições fortes e baratas, cientificamente dosadas. Soube que esse plano foi já aproveitado no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, com êxito. O mesmo espero que aqui aconteça, quando puder ser posto em prática” (Entrevista concedida por Victor Tavares de Moura ao Jornal, *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938)¹²⁰.

Vale abrir aqui um parêntese para assinalar que o projeto do restaurante popular só se concretizaria anos mais tarde, em 1940, fora da alçada do Albergue, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que fornecia refeições aos trabalhadores nos conhecidos bandejões. A iniciativa do governo visava elevar a capacidade de trabalho da população de baixa renda e suas condições de saúde, por meio da melhoria das condições de alimentação¹²¹.

Tavares de Moura também não conseguiu levar adiante o projeto de dotar o Albergue de um anexo, destinado às mulheres que pernoitavam no Albergue, bem como uma creche para os seus filhos. O espaço escolhido ficava próximo ao prédio principal e deveria chamar-se “Casa Maternal”. As albergadas teriam a oportunidade de trabalhar na lavanderia do Albergue e nos hospitais da Prefeitura, já que a oferta de trabalho à mulher desamparada era bastante restrita. Na maior parte das vezes, limitava-se ao serviço doméstico e os filhos acabavam por dificultar a sua inserção no mercado de trabalho, tal como se viu anteriormente nas fichas das três albergadas citadas nesta pesquisa.

O Albergue que já colaborava com o governo em diferentes frentes, desde o acolhimento aos desvalidos e sua realocação ao mercado de trabalho até o retorno à terra natal daqueles que não conseguiam trabalho no capital da República. Em 1943, assumiu um novo encargo. A instituição passou a colaborar com a comissão do programa de “Mobilização Econômica”, do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), cujo propósito era recrutar braços para extrair a borracha na Amazônia, região que apresentava uma grande carência de mão de obra. Em 1941, o Departamento Nacional de Imigração (DNI) começou a estimular o fluxo dessas pessoas, custeando as suas passagens em navios que se dirigiam para o Estado do Amazonas.

¹²⁰ *Gazeta de Notícias*, 04 de agosto de 1938. “Uma grande obra de amparo social”.

¹²¹ Segundo Ana Maria da Costa Evangelista, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) está inserido no contexto dos estudos do médico Josué de Castro sobre o problema da fome no Brasil durante o Estado Novo. Suas obras de destaque foram: “Condições de vida da classe operária no Recife”, em 1935 e “Geografia da Fome”. Em 1946. Além de fornecer alimentos para as camadas populares através de bandejões, o SAPS introduziu no país os cursos de nutrólogos e visitadoras de alimentação.

Vale lembrar que naquele ano, em plena Segunda Guerra Mundial, o estoque de matérias primas dos aliados atravessava acentuado declinar e os japoneses decidiram cortar o fornecimento de borracha para os Estados Unidos. A situação era alarmante. Como se sabe, a princípio, foram enviados milhares de nordestinos para os seringais amazônicos. Mas, a chamada Batalha da Borracha exigia batalhões do país inteiro. Neste sentido, o “Serviço de Triagem” do Albergue recebeu a tarefa de realizar os exames médicos nos candidatos alistados no Distrito Federal. Um dos critérios estabelecidos para efetuar a seleção dos trabalhadores. A partir dos exames clínicos e de sangue, deveria ser emitido um atestado informando o estado geral de saúde do candidato, acompanhado de uma breve descrição de sua conduta social. Buscava-se, preferencialmente, selecionar jovens e solteiros.

Apesar da intensa propaganda oficial do “front da borracha”, o número de voluntários ficou aquém da expectativa do governo. No primeiro recrutamento, foram selecionados apenas 20 homens. Dias depois, realizou-se uma nova mobilização, desta feita entre os próprios acolhidos no Albergue. Aqueles que estivessem aptos fisicamente para o trabalho na Amazônia seriam requisitados a servir no Exército Civil da Borracha. Uma das medidas tomadas para evitar a desistência dos escolhidos foi permitir a sua estadia no Albergue desde a data do recrutamento até o momento da viagem.

O segundo recrutamento no Albergue atingiu um contingente de 300 homens.¹²²

De acordo com historiador André Luiz Vieira Campos, ocorreram 34 baixas por motivos médicos, além do caso de João Dantas Amorim, que desistiu devido à falta do recebimento do salário adiantado. Houve, também, 24 desligamentos por insubordinação. Diga-se de passagem, o grupo recrutado no Albergue não gozava de boa reputação, o que levava as autoridades dos lugares por onde a expedição passava a se preocupar com o aumento da violência e da criminalidade. (CAMPOS, 2006. p. 148)

O contrato de trabalho com o governo estabelecia que os selecionados embarcariam rumo a Amazônia com o primeiro salário pago adiantado. Receberiam um enxoval, com roupas e calçados. A assistência médica e sanitária não se limitava apenas nos locais de trabalho, mas também, no período da viagem. Havia também a

¹²² *A Noite*, 6 de janeiro de 1943. “O Brasil no esforço para a vitória”.
A Noite, 17 de janeiro de 1943. “Trabalhadores para a Amazônia”.

proposta de transferir os familiares dos trabalhadores para Amazônia no prazo de 1 ano¹²³. Além dos selecionados no Albergue, havia a participação de trabalhadores de outras regiões do Brasil no “Exército da Borracha”.

Antecedendo a partida dos recrutas do Rio de Janeiro, seguiu o médico Sávio de Albuquerque Antunes, da administração do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA), incumbido de providenciar alimentação, pousada nas várias etapas do percurso.

Em 8 de janeiro de 1943, o jornal *A Noite* publicou depoimentos de alguns albergados que deveriam embarcar para a Amazônia: “não somos apenas trabalhadores, mas também soldados!” Trajava dolmã e calça de zuarte e tinha à cabeça um gorro branco de marinheiro. Outro trabalhador dizia: “vamos colher material para a vitória das liberdades humanas”. Um dos recrutas, indagado o motivo pelo qual engajou-se, dizia: “o que me levou para longe do Rio de Janeiro foi uma grande paixão. É possível que lá, no Amazonas, longe da Julieta, incompreensível e caprichosa, o seu coração ganhe a elasticidade da borracha”¹²⁴.

O contingente do Albergue iniciou a viagem para o Norte no dia 17 de janeiro de 1943, partindo da Estação Pedro II, no horário das 21:30 horas seguindo para Pirapora, com escala por Belo Horizonte. Daí alcançaram, por via fluvial, Petrolina, e em seguida a cidade de Crato, no Ceará, de onde tomaram uma rota terrestre até chegar ao Amazonas. Na expedição iam dois médicos, José Santos Lima e Raul Garcia, os quais levavam medicamentos e todo material necessário para manter o que se denominava de “coeficiente sanitário” da caravana. Também acompanhava a expedição um cinegrafista, certamente funcionário do DIP, encarregado de documentar a atuação do batalhão carioca rumo ao “front da borracha”. Não por acaso, a propaganda do Estado Novo exaltava o esforço de guerra realizado pelo “Exercito da Borracha”, assinalando a sua contribuição para a vitória dos aliados no conflito mundial:

“Lutando para a vitória das Nações Unidas. Porque, sem a borracha, a vitória, segundo a opinião de técnicos americanos, a guerra dificilmente seria ganha. “São homens destemidos, cheios de patriotismo e conscientes da missão que a Pátria lhes confiou. São bravos batalhadores do front da borracha.”¹²⁵

¹²³ *A Noite*, 17 de janeiro de 1943. p. 3. “Trabalhadores para Amazônia – segue hoje o segundo contingente – trezentos homens”.

¹²⁴ *A Noite*, 18 de janeiro de 1943 “A Marcha para os seringais – Emoção e entusiasmo à hora da partida dos trabalhadores rumo à Amazônia”.

¹²⁵ *A Noite*, 24 de janeiro de 1943. p.3. “O Front da Borracha”.

A colaboração no “front da borracha” foi a última participação emblemática do Albergue da Boa Vontade nas iniciativas do Estado Novo. A partir daí a instituição de acolhimento passou a ocupar uma posição secundária nos programas de assistência social do município do Rio de Janeiro, que se voltariam para o problema da multiplicação das favelas na cidade. Não por acaso, o maior entusiasta das atividades do Albergue até então, Victor Tavares de Moura, assumiu outras funções no Distrito Federal, consoante a nova proposta. Até porque desde 1940, Victor já se dedicava à problemática das favelas, tendo elaborado um “Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro”, trabalho que daria origem ao programa de construção de Parques Proletários. Mas, isso já é outra história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura nº 16

Fachada do prédio onde situava-se o Albergue da Boa Vontade, 2008.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/69568003>, último acesso em março de 2016.

Figura nº 17

Lateral do prédio do Albergue da Boa Vontade, 2008.



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/69568003>, último acesso em março de 2016.

Quem passa hoje em dia pelo local visto nas imagens anteriores, Praça Cel Assunção, S/Nº, Gamboa, no Rio de Janeiro, não sabe que ali existiu uma instituição considerada modelar voltada para a assistência aos desvalidos, chamada Albergue da Boa Vontade durante a década de 1930.

Conseqüentemente também desconhece a importância do projeto arquitetônico assinado por Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro. O prédio foi construído em 1931, em frente a antiga Praça da Harmonia, por falta de verbas para finalização de sua obra, o empreendimento ficou paralisado, e foi somente em outubro de 1934, que se iniciou suas atividades, quando o patrimônio da Fundação Albergue da Boa Vontade foi doado para a municipalidade. Cabe destacar que em julho de 2006, a edificação foi tombada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, considerada um dos exemplares representativos do patrimônio cultural e arquitetônico do movimento moderno no Brasil. Curiosamente o projeto de tombamento não conta a história do Albergue¹²⁶.

Figura nº 18

Vista do prédio do Albergue da Boa Vontade, em 1934.



Fonte: <http://www.seehere.com/listing/84364763/>, último acesso em março de 2016.

A transferência da Fundação Albergue serviu aos interesses do próprio governo, em primeiro lugar foi uma resposta as campanhas de setores da sociedade,

¹²⁶ Decreto nº 26.712 de 11 julho de 2006. Atualmente, funciona no prédio o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro criado em 1998, instituição voltada ao atendimento a pacientes com transtornos de saúde mental, integrado à rede de atenção do SUS.

que naquela época solicitavam ações públicas para reduzir a mendicância nas ruas da Capital Federal. Em segundo lugar, sabe-se que os serviços de assistência passava por uma grande reforma no ano de 1933, dita “reforma Pedro Ernesto”, era preciso ampliar os atendimentos para uma população que não parava de crescer. Assim, o prédio do Albergue que já estava praticamente finalizado quando foi encampado pela Prefeitura, não onerava os cofres públicos

Numa leitura atenta das fontes verificou-se que anterior a Fundação Albergue da Boa Vontade havia sido criada uma Fundação denominada Afonso Pena com o mesmo objetivo, o de arrecadar fundos para atender a demanda social da pobreza no Distrito Federal, no final da década de 1920. O percurso dessa instituição foi bem parecido com o daquela. Ambas precisaram de recursos públicos para o término de suas obras, além de defenderem a responsabilidade do Estado nas políticas assistencialistas na década de 1930. Havia uma preocupação dos membros do diretório da Fundação Albergue da Boa Vontade logo após a transferência da Fundação para o governo, de que o órgão viesse a ser alterado em seu propósito tal como havia ocorrido com a Fundação Afonso Pena.

A princípio o Albergue realizava atividades de acolher as pessoas sem moradia durante o período noturno, e ao mesmo tempo era uma escola de higiene, com o objetivo de resgatar os sem trabalho.

Na década de 1930 verifica-se o aparecimento de uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. A par disso, cumpre considerar que uma série de inovações vinha-se desenvolvendo no campo das ideias políticas, sobretudo na questão das relações de trabalho compartilhadas na vida social fundamentada no culto ao trabalho. (GOMES, A. C., 1982. p.152)

Após o terceiro ano, o Albergue da Boa Vontade ficou subordinado à Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública, vinculado diretamente ao Departamento de Assistência Médico-Social, ainda no âmbito da Prefeitura. O que sugere que a pobreza e o desemprego estaria relacionados à área da saúde pública e deveriam ser tratados por um corpo técnico especializado, formado por médicos e assistentes. Contudo o Albergue mantinha estreita relação com o Ministério do trabalho desde a sua origem com Lindolfo Collor e depois com Victor Tavares de Moura, em 1937.

Foi a partir da direção de Victor Tavares de Moura que o Albergue ampliou as funções tradicionais do Albergue, tornando-o também um centro de reeducação e

seleção profissional. Estabelecendo parcerias com vários órgãos públicos como o Ministério do Trabalho, o Regimento Militar encaminhando os albergados a postos de trabalho.

O Albergue integrou o programa trabalhista do Estado Novo, e serviu de propaganda do governo. As atividades do Albergue eram constantemente divulgadas nos jornais da época. As reportagens, na sua maioria, apresentavam o Albergue como destinatário do bem, não faltavam elogios ao projeto. De todo modo, foi sobretudo pela imprensa que conseguimos reunir documento, os quais, sem dúvida, auxiliaram na construção da pesquisa histórica do Albergue e do seu funcionamento.

O Albergue atuou no controle e na orientação da migração interna, supervisionou as ações sociais por meio do controle das informações a partir da “fichas sociais” que investigavam a vida pregressa do indivíduo como antecedentes, estado civil, aptidões cujo objetivo era detectar os motivos de desajuste social para, então, elaborar um exame minucioso de cada caso tomando medidas apropriadas visando a readaptação do “desvalido” ao mundo do trabalho.

O Albergue colaborou junto ao governo no programa de seleção de trabalhadores para a extração da borracha na Amazônia, contribuindo para o esforço de Guerra, em 1943. Cabia ao Albergue realizar exames médicos atestando a saúde do candidato além de emitir declaração da idoneidade do indivíduo. De certo modo, o grupo selecionado pelo Albergue para o “Exército da borracha” foi muito criticado pelas autoridades nordestinas devido ao aumento da violência nessas regiões.

O Albergue da Boa Vontade passou a ocupar uma posição secundária no projeto de assistência social do governo. Concomitante a saída de Victor Tavares de Moura da chefia do Albergue. Tavares de Moura passou assumir novas funções no Distrito Federal.

Por fim, esta pesquisa buscou ser uma contribuição à história do Albergue, trazendo os frequentadores da instituição que desempenhou papel de destaque no contexto da política social no governo do Estado Novo. No entanto, as informações e questões aqui apresentadas não possuem a pretensão de gerar consenso, mas apenas de contribuir para futuras pesquisas e debates sobre o tema. Afinal, de acordo com Marc Bloch, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em processo, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

REFERÊNCIAS

1. FONTES

CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema - GC-234f - *Álbum comemorativo do 2º ano da Secretaria de Saúde e Assistência*, 1939.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. *Arquivo Victor Tavares de Moura: inventário analítico*. – Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

SÉRIE DOCUMENTOS PESSOAIS VT/DP/19140102

SÉRIE MEDICINA SOCIAL

Dossiê Albergue da Boa Vontade – nomeações VT/MS/19350405 Dossiê Albergue da Boa Vontade VT/MS/19400226 SÉRIE PRODUÇÃO INTELECTUAL VT/PI/19382040

MOURA, Victor Tavares de. “*Albergue da Boa Vontade – Refeitórios Populares*” IN: *Boletim da Secretaria Geral de Saúde e Assistência* (Separata). Rio de Janeiro, Tipologia São Benedito, 1938.

SÉRIE PRODUÇÃO INTELECTUAL VT/PI/19491201

MOURA, Victor Tavares de. *Biotipo e Seleção Profissional*. Resumo de um método de seleção profissional aplicado em homens desempregados. Trabalho baseado na experiência do Albergue da Boa Vontade, apresentado no I Congresso Americano de Medicina do Trabalho, realizado em Buenos Aires entre 01 e 15 /12/1949.

PARREIRAS, Décio. “Notas e Estudos sobre a peste no nordeste do Brasil” *Boletín de la oficina Sanitaria Panamericana*, 1936. 282-296.

<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/17687/v15n5p429.pdf?sequence=1> Acessado em maio de 2015.

<http://reidy-ofilme.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2012-01-01T00:00:00-08:00&max-results=25>. Acessado em 20/07/2015.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

“O futuro abrigo de mendigos da Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1926. p. 2.

“A Fundação Afonso Pena continua recebendo doações”. *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1926.

“Novo abrigo para a mendicidade”. *O Imparcial*, 28 de setembro de 1926.

“Um abrigo para os mendigos do Rio – Amparar com a vossa esmola o verdadeiro necessitado. O livro de honra da Fundação Afonso Pena. As listas da *A Noite* para acolher a dádiva do povo”. *A Noite*, 28 de setembro de 1926.

“Em benefício da Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 1º de outubro de 1926.

“A mendicidade – como está sendo conduzida a campanha do chefe de Polícia”. *Correio da Manhã*, 2 de outubro de 1926.

“Coisas sabidas”. *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1926. p. 4.

“A mendicidade mais um donativo”. *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1926.

“A Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1926. p. 2.

“Últimas informações – os trabalhos da Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1926. p. 5.

“Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1926.

“O que há sobre a Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 27 de outubro de 1926.

“Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1926.

“Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 29 de outubro de 1926.

“O regulamento do Projeto da Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 29 de outubro de 1926.

“O problema da mendicidade – Foi assinada a escritura da criação da Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1926. p.5.

“Reprimindo a mendicância na cidade”. *Correio da Manhã*, 4 de agosto de 1927. p. 3.

“A cidade cheia de mendigos. As obras de Santa Engracia da Fundação Afonso Pena”. *A Noite*, 26 de novembro de 1927.

“Escasseiam os recursos para a conclusão da obra meritória – Fundação Afonso Pena”. *A Noite*, 16 de janeiro de 1929.

“Questão social brasileira – Como o problema tem que ser encarado pelo Ministério do Trabalho” por Maurício de Lacerda. *Diário de Notícias*, 2 de dezembro de 1930.

“A construção de albergues noturnos está sendo estudada pelo Sr. Lindolfo Collor”. *Correio da Manhã*, 6 de março de 1931. p. 7.

“A assistência oficial aos indigentes – Transferência da Fundação Afonso Pena para o Departamento Nacional de Assistência Pública”. *A Noite*, 7 de março de 1931.

“A Fundação Afonso Penna será uma realidade”. *A Noite*, 24 de março de 1931.

“O concurso para a construção de um albergue noturno. Algumas informações sobre o projeto distinguido com o 1º lugar”. *Diário da Noite*, 28 de março de 1931.

“Exposição de anteprojetos para a construção de um albergue”. *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1931.

“Está extinta a Fundação Afonso Pena”. *A Noite*, 9 de maio de 1931.

“O Sr. Valandro e o café”. *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1931.

“O rompimento da Associação Comercial com o Interventor do Distrito Federal”. *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1931.

“O caso dos cafés e do Albergue Noturno – O café a 100 Réis”. *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1931 p. 3.

“A construção do nosso 1º Albergue Noturno”. *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1931.

“As questões sociais no Brasil”. *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1931.

“A construção do Albergue Noturno”. *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1931.

“A posse de comissão executiva que dirigirá os trabalhos de construção do Albergue Noturno”. *Correio da Manhã*, 12 de junho de 1931.

“O Interventor não respeitando as conclusões do laudo da Comissão Arbitral, manteve a resolução de obrigar a venda a 100 Réis, a xícara do café”. *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1931 p.2.

“As iniciativas do Ministério do Trabalho. O albergue – modelo vai ser levantado na Praça da Harmonia”. *Correio da Manhã*, 2 de julho de 1931.

“O Albergue da Boa Vontade – com a presença do Ministro do Trabalho lançou-se, hoje, a pedra fundamental”. *A Noite*, 3 de outubro de 1931. 2ª Edição.

“Lançamento da pedra fundamental do edifício destinado ao Albergue da Boa Vontade”. *Correio da Manhã*, 4 de outubro de 1931. p.5.

“O Albergue da Boa Vontade”. *A Noite*, 5 de janeiro de 1932. 2ª Edição.

“Empossou-se o novo ministro do trabalho”. *A Noite*, 8 de abril de 1932.

“Uma obra de verdadeira caridade social – Prestes a inaugurar-se o Albergue da Boa Vontade”. *A Noite*, 23 de julho de 1932. 2ª Edição.

“O Albergue Noturno”. *Jornal do Brasil*, 3 de junho de 1932.

“Obras paralisadas – Fundação Afonso Pena.” *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1932.

“As necessidades hospitalares na metrópole”. *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1933. p.3.

“Com o dinheiro das subscrições públicas – que fim teriam levado os setecentos contos angariados pela extinta Fundação Afonso Pena”. *Correio da Manhã*, 14 de março de 1933.

“Intenso movimento a favor da arquitetura tropical – Albergue Noturno da Boa Vontade”. *Correio da Manhã*, 16 de março de 1933.

“Faleceu o Sr. Serafim Valandro”. *A Batalha*, 22 de setembro de 1933.

“Ecos do Rio – Registros e Comentários assinada por Deodoro Lopes”. *O Radical*, 29 de outubro de 1933. p. 3.

“Assistência Hospitalar no Brasil”. *O Jornal*, 16 de dezembro de 1933.

“A cidade precisa de Albergues Noturnos”. *Diário de Notícias*, 31 de março de 1934 p.3.

“Vai ser doado à Prefeitura o Albergue da Boa Vontade”. *A Batalha*, 21 de abril de 1934. p.3.

“Conforto à mendicância – Doado à Prefeitura o Albergue da Boa Vontade”. *O Jornal*, 26 de abril de 1934.

“Solenidade de inauguração, ontem, do Albergue da Boa Vontade.” *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1934.

“Uma conquista da A.B.I. O juízo de Menores, atendendo um apelo da Associação Brasileira de Imprensa, vai albergar os pequenos vendedores de jornais”. *Correio da Manhã*, 4 de maio de 1934.

“Agamenon Magalhães – novo ministro do trabalho”. *A Noite*, 25 de julho de 1934.

“A semanal do sindicato dos lojistas. A campanha contra o comércio ambulante”. *Correio da Manhã*, 7 de agosto de 1934. p. 3.

“Amparando os que não têm abrigo: O Albergue da Boa Vontade e sua próxima inauguração”. *A Noite*, 18 de agosto de 1934. 3ª Edição.

“Solenidade de inauguração, ontem, do Albergue da Boa Vontade.” *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1934.

“Peça Aracy Cortes”. *Diário de Notícias*, 6 de dezembro de 1934.

“A Assistência Municipal no Rio de Janeiro – do antigo posto da Rua Camerino à Reforma Pedro Ernesto”. *Correio da Manhã*, 25 de dezembro de 1934.

“A proteção aos menores trabalhadores sem teto. Juízes de Menores não obteve êxito na sua solicitação”. *Correio da Manhã*, 16 de maio de 1935.

“As impressões de uma visita ao Albergue da Boa Vontade, no seu segundo ano de existência – a casa em que a necessidade revela a todos – a história do Moleque Satanaz”. *A Noite*, 21 de outubro de 1936.

“As misérias do tráfico de nortistas”. *O Radical*, 29 de junho de 1937.

“Revoltante situação em que se encontram várias famílias agrícolas do Norte”. *O Radical*, 6 de agosto de 1937. p. 5.

“Um crime que não pode continuar”. *O Radical*, 21 de dezembro de 1937.

“Apontamentos Paulistas”. *O Radical*, 9 de janeiro de 1938. p1. p.2.

“Sem solução o problema da mendicância – falta de recursos e descaso das autoridades – necessária colaboração do juiz de menores – crianças desamparadas – a cidade entregue, novamente, aos bandos de mendigos – uma campanha que se impõe por motivos de caridade e civilização”. *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1938. p. 3.

“Fugiu do cemitério de Jacarepaguá – o albergado carregou dinheiro e roupas alheias”. *Diário da Noite*, 13 de maio de 1938.

“O Albergue da Boa Vontade e sua ação protetora dos sem teto e sem pão – a sopa ao meio dia”. *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938.

“Uma grande obra de amparo social”. *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938. p. 9.

“Banho obrigatório e ceia”. *Gazeta de Notícias*, 4 de agosto de 1938.

“De inanição – a sorte dos nordestinos que voltam de São Paulo”. *O Radical*, 23 de agosto de 1938.

“O Tráfico dos nordestinos”. *O Radical*, 25 de setembro de 1938.

“Cunhã-Riapu e sua história”. *Diário da Noite*, 4 de novembro de 1938.

“Agredido a faca”. *Diário da Noite*, 11 de novembro de 1938.

“Dormir...Sonhar... sem cama própria”. *Revista Cruzeiro*, 19 de novembro de 1938.

“No refúgio dos que não têm pão, nem teto”. *A Noite*, 27 de novembro de 1938.

“Casa das tragédias – fonte de esperanças”. *A Noite*, 5 de janeiro de 1939.

“Código de Mendigos”. *A Noite*, 8 de janeiro de 1939.

“Desespero”. *A Noite*, 19 de janeiro de 1939.

“O boato sobre o Albergue da Boa Vontade”. *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1939.

“O Albergue da Boa Vontade em coordenação com a 1ª Circunscrição de Recrutamento”. *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1939. p. 9.

“A vida da cidade – O Albergue da Boa Vontade e os seus novos serviços – o apoio que o professor Clementino Fraga vem dando a essa instituição”. *Gazeta de Notícias*, 4 de maio de 1939. p. 9.

“Os desaparecidos”. *A Noite*, 24 de agosto de 1940. p. 5.

“O recenseamento entre os que não têm lar”. *A Noite*, 1º de setembro de 1940. p. 7.

“A obra proveitosa do serviço de assistência social: o Albergue da Boa Vontade. *A Noite*, 9 de setembro de 1940.

“O problema de alimentação e o Albergue da Boa Vontade”. *A Noite*, 26 de setembro de 1940.

“Visita ao Albergue da Boa Vontade”. *A Noite*, 13 de novembro de 1940.

“Um duelo a navalha”. *A Noite*, 5 de março de 1941.

“O chefe do governo visita serviços e obras públicas”. *O Radical*, 22 de junho de 1941.

“O Brasil no esforço para a vitória”. *A Noite*, 6 de janeiro de 1943.

“Trabalhadores para a Amazônia – segue hoje o segundo contingente – trezentos homens. *A Noite*, 17 de janeiro de 1943.

“A marcha para os seringais – emoção e entusiasmos à hora da partida dos trabalhadores rumo à Amazônia”. *A Noite*, 18 de janeiro de 1943.

“O front da borracha”. *A Noite*, 24 de janeiro de 1943. p. 3.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Decreto-Lei nº 871: Reorganiza a Secretaria Geral de Saúde e Assistência e fixa o seu quadro de pessoal. BR AN, Rio 35.0 DLE. 871 Ano 1938.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2740: consolida a Legislação da receita da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal. BR AN, Rio 35.0 DLE.2740. Ano 1940.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1438: modifica a denominação da diretoria de abastecimento, da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal. BR AN, Rio 35.0 DLE.1438. Ano 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 26.712 de 11 julho de 2006: Tombamento do edifício onde situava-se o Albergue da Boa Vontade.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *A Gestão Filantrópica da Pobreza Urbana*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 4, n.2, jun. pp. 9-17.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu, “*A nova Jericó: Um estudo sobre a Colônia do Iguá em Itaboraí/RJ* “ (1935-1953). Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, UERJ, 2014.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BLOCH, Marc. *Apologia de História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONDUKI, Nabil Georges (org./Ed). *Afonso Eduardo Reidy*. São Paulo: Editora Blau; Lisboa: Martins Fontes, 1999.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva. 1981.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. “Uma arquitetura para a cidade: a obra de Afonso Eduardo Reidy”. (Texto escrito com base na tese de doutorado

“*Afonso Eduardo Reidy. O Poeta Construtor*”, defendida na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, em fevereiro de 2000). *ArqTexto*, nº 2, 2002/1.

http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_2/2_Eliane. Pdf
Acesso, em maio de 2015.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977. Parte biográfica de Lindolfo Collor.

EVANGELISTA, A. M. "O serviço de alimentação da Previdência Social (SAPS): Trabalhadores e políticas públicas de alimentação" (1940-1967)". Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH/RJ. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1277294268_ARQUIVO_ResumoetextoANPUH2010OServicodeAlimentacaodaPrevidenciaSocial_SalvoAutomaticamente_.pdf Acesso em fevereiro de 2016.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FGV/CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. Trad. F. Carotti. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

GOMES, Angela Maria de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.

_____. “República, trabalho e cidadania”. In: BOSCHI, Renato (org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo, 1991.

_____. “Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV. 1999. p.53-72.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras e ESPINOZA, José Carlos Huapaya. “Olhares Cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930 – 1960”. IN: GOMES, Marco Aurélio A. de F.(org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920 – 1960*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.13-39.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento – as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

_____ e ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar – Ensaio históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

_____ e FONSECA Cristina. ‘A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo’. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Capanema: o Ministro e seu Ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp. 179-181.

_____. “A saúde em tempos de Capanema: continuidades e inovações”, In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro/ Bauru: FGV/Universidade São Francisco, 2001. Capítulo 6.p.127-151.

MAFUZ, Edson da Cunha. “The importance of being Reidy”. *Arquitextos*. São Paulo: Portal Vitruvius, setembro de 2003.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.040/652> Acesso em dezembro de 2015.

MARQUES, Teresa Crista de Novaes & MELLO, Hildete Pereira. *Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a*

1938). *Revista de Economia Contemporânea*. vol.15 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2011.

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000300004

Acesso em fevereiro de 2016.

MEDEIROS, Lídia, Atendimento à pobreza no Rio de Janeiro durante a Era Vargas, do Albergue da Boa Vontade aos Parques Proletários: a atuação do Dr. Victor Tavares de Moura (1935 – 1945). Dissertação de Mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: ED. FGV, 1999.

PANTOJA, Silvia. Agamenon Magalhães. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora: FGV.

2001<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agamenon-sergio-de-godoi-magalhaes> Acesso em dezembro de 2015.

PINHEIRO, Eloísa Petti. “Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940”. IN: GOMES, MAAF. (org). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920 – 1960*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.119 –148.

PUJOL, Xavier Gil. “Notas sobre el studio del poder como nueva valoración de la historia política”. *Pedralbles*, nº 3, Barcelona, 1983, p. 61-88.

RAMOS, G. “A inteligência brasileira na década de 30, à luz da perspectiva de 1980”. In: CPDOC/FGV. *A Revolução de 1930: Seminário Internacional*. Brasília: Editora UNB, 1983.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história filosófica do político”. In: _____. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p.38-63.

TEIXEIRA FLEURY, Sonia. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1992.

VALLADARES, Lícia. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil.*, org. Renato R. Boschi. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991. p.81-112.

VIEIRA, Paulo Ernani Gadelha. *A assistência médica no Rio de Janeiro (1920 1937). Reformas institucionais e transformações da prática médica*. 1982. 2v. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Centro Biomédico do Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SHORSKY, Carl E. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIMIEIRO-GOMES, A. C. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro, década de 1930. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* , v. 7, p. 705-719, 2012.

3. Outras fontes consultadas

“Reidy – A construção da utopia”. Filme-Documentário. Direção de Ana Maria Magalhães, 2009.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU).

Affonso Eduardo Reidy. Coleção Mestres da Arquitetura.

<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/affonso-reidy/> acesso em 10/07/2015.

Gerson Pompeu Pinheiro. Nota biográfica. *Dezenove Vinte. Arte no Brasil do Século XIX e Início do XX*

http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_gpp.htm , acesso em junho de 2015.

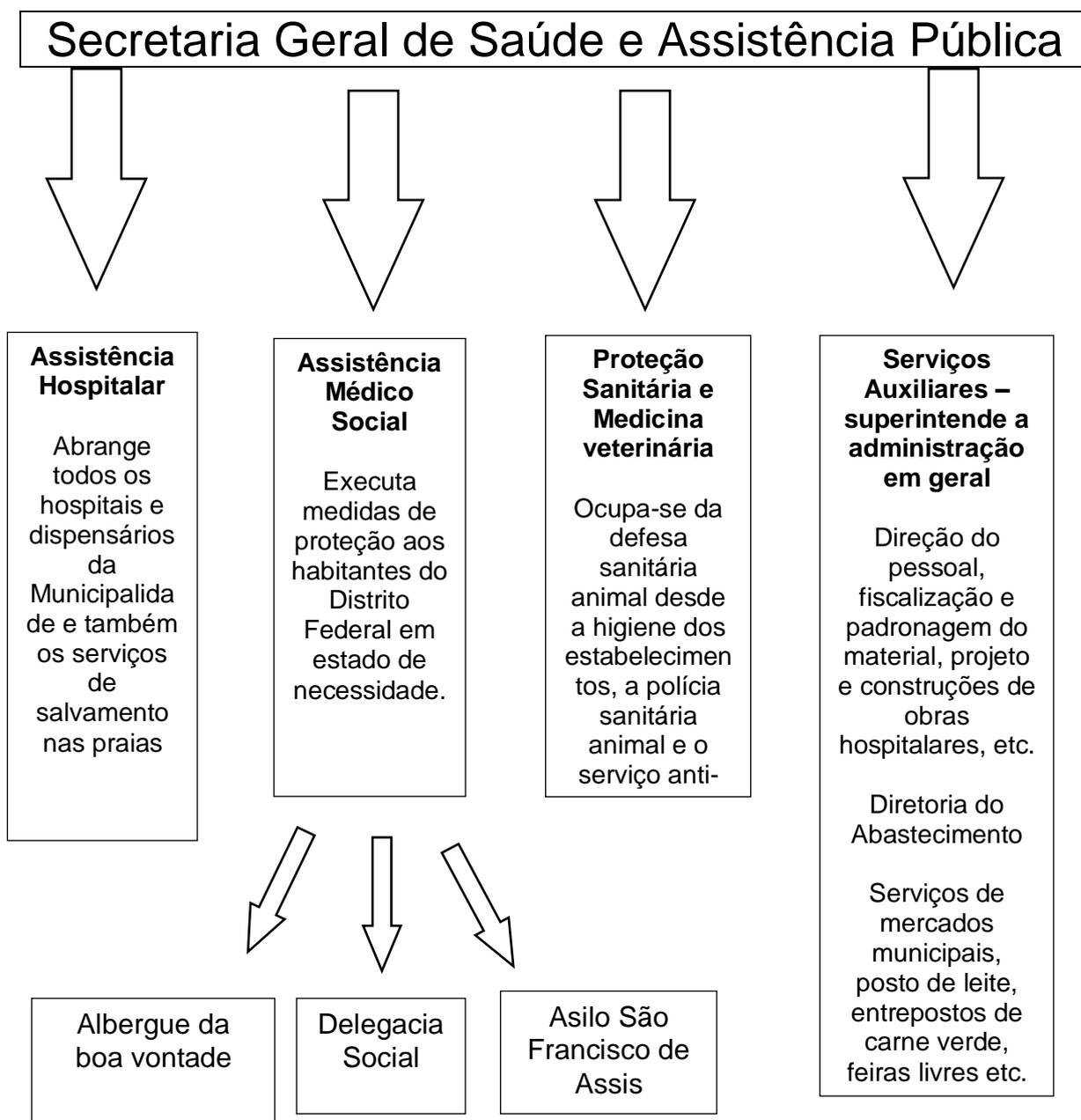
<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19923-27-abril-1931-504222-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em fevereiro de 2016.

http://www.geocities.ws/reidy_web/albergue.html , acesso em agosto de 2015.

<https://arquitetandoblog.wordpress.com/2008/03/30/affonso-eduardo-reidy/>, acesso em julho/2015.

<http://www.papiloscopia.com.br/classifica.html>, acesso em julho de 2015.

ANEXO 1:

Organograma da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública¹²⁷

¹²⁷ Organograma elaborado a partir do Álbum comemorativo do 2º ano da Secretaria de Saúde e Assistência. Arquivo CPDOC – Gustavo Capanema – GC 234f

ANEXO 2:**Questionário Social**

Secretaria Geral de Saúde e Assistência

Diretoria de Assistência Social e Previdência Delegacia Social

Nome..... nº do leito no A. B. V.
Identificação.....Permanência.....
Sexo Côr Idade Data do nascimento
Naturalidade.....Filiação.....Irmão:n
 ome,idade,residênciae
 ocupação.....Pais,naturalidade,residênciaocupação.....
Estadocivil.....Nome da mulher
 oudo
 maridoenaturalidade,residênciaeocupação.....

Títulosprofissionais.....
Reservista?.....Eleitor?.....Membro de alguma
 sociedade beneficente ou sindicato profissional?Vida
 escolar?.....Idade em que se afastou do lar?
Situaçãoeconômica dos pais
 ao deixar o lar?Situação moral em que
 viviam os pais?Vida conjugal;
 sempre unidos ou houve separação?Qual o
 motivodaseparação?
Houve reconciliação?
 Quanto tempo depois?Qual a sua idade na
 ocasião da separação?
 Comquemficoumorando?.....P
 ais emigrantes ou imigrantes nacionais ou
 estrangeiros?.....Qual o motivo de mudarem eles de
 ambiente?Porque motivo se afastou do lar?
Retornou ao lar ou nunca mais?

Quais os ambientes nacionais e estrangeiros em que tem vivido?.....

Qual a razão de mudar de ambiente?.....A que diferentes meios

de vida já recorreu?Esteve envolvido em

questões judiciais? Qual a razão?.....Sofreu punição?

..... Onde, quando e por que motivo?Já foi detido

pela Policia? Razão, onde, quando e por quanto tempo?

.....

Como foi sua vida conjugal; seja legal ou não?

.....Adquiriu fortuna própria pelo seu trabalho?

.....Enquanto montam sua economias?

..... Qual o motivo de perdê-las?

.....Quanto

s filhos tem? Nome, idade, onde e como encontram eles?

.....

Desgostos íntimos levaram-no alguma vez á pratica de atos de desespero ou valentia?

.....

Tem ou já teve algum vicio?.....Quais as

consequencias?.....Procur

ou alguma vez amparo entre amigos, parentes ou instituições

de caridade?.....

.....Onde se encontram atualmente essas pessoas?

.....Devido as circunstâncias já conviveu

com indivíduos socialmente desclassificados?.....

.....Quais os vícios desses indivíduos?

.....Como explica não ter obtido apoio

entre seus amigos e parentes?

.....

Qual a sua religião?Porque tem essa crença?

.....Confia na melhora de sua sorte pela pratica religiosa?

.....Entre as suas atuais necessidades qual a que mais falta lhe faz?

.....Qual a

sua opinião política e social?Prefere viver na miséria a ter que trabalha fora das grandes cidades?Prefere viver na penúria a ter que trabalhar em algum serviço mesmo muito humilde?Como julga a vida do campo?Aceita a sua atual situação como uma punição por erros praticados outrora?Deseja ser útil á sociedade ou acha que esta tem obrigação de socorre-lo mesmo sem retribuição de trabalho de sua parte?Como julga poder tornar-se útil á sociedade?Aceita qualquer medida que se empregue para sair da atual situação em que se encontra?

Cumprirá rigorosamente qualquer ordem de serviço desde que esteja na medida de suas forças e aptidões?Está disposto a submeter-se a todos os exames que permitam elucidar as supostas causas de suas infelicidades?

Prefere a liberdade de mendigo ou a sujeição imposta pelos trabalhos diários?.....Tem a esperança de retornar à existencia condigna de um perfeito cidadão?.....dequemaneira.....

Implora ou já implorou a caridade publica? Onde, quando e por quanto tempo?.....

Abandonou alguma vez a vida de pedinte? Porque voltou?Quanto apura de esmolas?Em que as emprega?..... Há quanto tempo está desempregado?Porque deixou o ultimo emprego?Onde era empregado?Eanteriormente? Há quanto tempo está nesta Capital?

Procedente de onde?

O que fazia aí?

De que maneira viajou?

Qual é o seu destino?

O que faz durante o dia?

Antes de ir para o albergue, como se mantinha?

Durante o seu desemprego, como se mantinha?

Que moléstias já sofreu?

E seus parentes mais próximos?

O que deseja?

Observações:

.....
.....
.....

Delegacia Social,de de 193

Assinatura do fichado

Assinatura do funcionário

VISTO

.....

Delegado Social

ANEXO 3:

Ficha Social

SECRETARIA GERAL DE SAUDE E ASSISTENCIA

N.º de Ordem **00822**

DELEGACIA SOCIAL, 15 de SETEMBRO de 1938
 Soc. do A. B. V. 436
 Nos. anteriores Perm. 1.º DE SETEMBRO DE 1938 Leito 156
 Insc. anterior 193

Porque saiu FOI TRABALHAR EM SÃO PAULO. Data EM 1937

Observações

Nome **MARIO GONCALVES LIMA** Cor **BRANCA** Sexo **MAS**
 Filho de **VENEDITO GONCALVES LIMA** Fal. **SIM** Nac. **BRASIL**
 e de **JOSÉFA GONCALVES LIMA** Fal. **NÃO** Nac. **BRASIL**
 Natural de **FORTALEZA** Estado **DO CEARÁ**

Idade 24 anos, Nascido em 28 de DEZEMBRO de 1913
 Est. Civil **SOLTEIRO** Prof. **MARITIMO** Inst. **PRIMARIA**
 Cert. Idade Pret. Lv. Fs.
 Cart. Ident. **NÃO** Local Sr. Sp.
 Cart. Prof. **NÃO** Ser. Local
 Cart. Reserv. **SIM** Categ. **1.ª** Regido **1.ª** REGIÃO MILITAR CERT. Nº 101431
 Cert. Casam. Cart. Lv. Fs.
 Tit. Eleit. **NÃO** Insc. Local

Vida conjugal

Vida conj. dos pais **EM PERFEITA HARMONIA.**

Quantos irmãos 5 Mascul. 2 Fem. 3 Vivos 5 Fallec.
 Solteiros (Mascul.) Solteiras (Fem.) Menores de 16 anos

Ocupação diária **ESTÁ DESEMPREGADO**

Perm. no D. F. **DOIS MESES** Proc. **CAPITAL DE SÃO PAULO** Estado
 Ultimo trabalho **SERVICÓ DOMESTICO** Firma

Local **RUA 1.ª DE MARCO Nº 13, 2.ª AND. 1333** Bairro
 Forma de salario **MENSAL** Quanto ganhava **80\$000**
 Porque saiu **POR SUA VONTADE** Data **AGOSTO DESTE ANO**
 Empregos exercidos **TALFA**

Já esmolou **NÃO** Local Renda Diária

Pert. a Synd. ou Soc. Beneficente **NÃO**

Idade que se afastou do lar **17 ANOS** Causa **PARA TRABALHAR**

Alimentação **NO A.B.V.** Relegião **CATOLICA** Vaccin. **A**

Exames a que foi submetido **Antropométricos em 16-9-38**

Cabello **CAST.** Sobranc. **HOB.** Olhos **CAST.** Barba **RASP.** Bigode **APARADO**

OBSERVAÇÕES **DESEJA UM EMPREGO QUALQUER.**

FUNDAMENTAL

Mario Goncalves Lima
Assig. do fichado

Augusto Benício
FUNCIONARIO

J. R. S.

Ao Investigador Ribeiro par.
Em 16 de Setembro de 1938
Delegado Social

Sr. Dr. Delegado Social

Procedendo a sindicancia sobre o albergado Dario Correa Lima, apurei que o mesmo trabalhou na rua 19 de Março 13, 2º andar, pensão de D. Verginia, tendo dali saído depois de trabalhar 9 dias, por livre vontade, declarando ganhar pouco.

Rio, 22 de Setembro de 1938

Saudações

Investigador

Para o Sr. Investigador Ribeiro providenciado
23/9/38 Delegado Social

Sr. Dr. Delegado Social

Providenciei o despacho supra de V.S., convidei o comparecimento do fichado Dario Corrêa Lima, este compareceu a esta Delegacia Social e declarou agradecer o interesse a elle dispensado, não podendo aceitar o emprego, por estar trabalhando em serviços de limpeza do Hospital Jesus.

Em, 29-9-1938

Saudações

Investigador

Juliana. p. In 29.9.38
Delegado Social

SECRETARIA GERAL DE SAUDE E ASSISTENCIA

Nº de Ordem 00818

DELEGACIA SOCIAL, 14 de SETEMBRO de 1938
 Reg. do A. B. V. 11.970 Perm. 6 DE ESTADOS DE 1938 Leito 180
 Reg. anteriores NAO 193 193
 Já recorreu ao A. B. V. NAO Data
 Porque sahio
 Observações
 Nome PEDRO ALVES DA MACHADO Cor BRANCA Sexo MASC.
 Filho de PEDRO ALVES DA MACHADO Pai BR. Nac. BRASILEIRO
 e de MARIA ALVES DA MACHADO Mãe BR. Nac. BRASILEIRA
 Natural de CIDADE DE MARACÁ Estado DA BAHIA
 Idade 46 anos, Nascido em 29 de JUNHO de 1916
 Est. Civil SOLTEIRO Prof. LAVOURA Inst. ALFABETIZADO
 Cert. Idade Pret. Lv. Fs.
 Cart. Ident. Local Sr. Sp.
 Cart. Prof. NAO Ser. Local
 Cart. Reser. SIM Catheg. 1a Regiao ESTADO DO PARANÁ
 Cert. Casam. Cart. Lv. Fs.
 Tit. Eleit. NAO Insc. Local

Vida conjugal
 Vida conj. dos pais EM PERFETA MARIQUINHA
 Quantos irmãos 9 Mascul. 6 Fem. 3 Vivos 7 Fallec. 2
 Solteiros (Mascl.) Solteiras (Fem.) Menores de 16 anos

Ocupação diaria EST. DESNECESSARIADO
 Perm. no D. F. 6-9-938 Proc. CIDADE DE MARACÁ Estado DA BAHIA
 Ultimo trabalho LAVOURA Firma CONTA PROPRIA
 Local CIDADE DE MARACÁ N.º Bairro
 Forma de salario Quanto ganhava
 Porque sahio Data

Empregos exercidos LAVOURA E SERVIÇOS DOMESTICOS, NUNCA TRABALHOU NESTA X CAPITAL
 Já esmolou NAO Local Renda Diaria
 Pert. a Synd. ou Soc. Beneficente NAO

Idade que se afastou do lar 15 ANOS Causa PARA TRABALHAR
 Alimentação NO A.B.V. Religião CATOLICA Vaccin 3

Exames a que foi submetido
 Cabello GRISALHO Sobranc. MOR. Olhos CAST. Barba RASP. Bigode RP.
 OBSERVAÇÕES VEIU A PÉ DO ESTADO DA BAHIA PARA ESTA CAPITAL. DESEJA UM EMPREGO QUALQUER.

FUNDAMENTAL



De Carvalho
 Assig. do fichado
 01-06-93-14 - *Augusto Zéni*
 17-11-44-56 -
 69-62-65-74-17-22-51-87

J. R. S.

SECRETARIA GERAL DE SAUDE E ASSISTENCIA

N.º de Ordem 00824

DELEGACIA SOCIAL, 15 de SETEMBRO de 1938
 Reg. do A. B. V. 1.171 Perm. 1-9-1938 Leito 34
 Ant. anteriores 193

Já recorreu ao A. B. V. SIM Data

Porque saiu FOI TRABALHAR

Observações

Nome PAULO DONATO COSTA Cor PRETA Sexo MASCULINO
 Filho de BENTO DONATO COSTA Fat. SIM Nac. BRASIL
 e de NATALIA COSTA Fat. NAO Nac. BRASIL
 Natural de MACEIO Estado ALAGOAS

Idade 27 anos, Nascido em 26 de OUTUBRO de 1912
 Est. Civil SOLTEIRO Prof. TRABALHADOR BRAÇAL Inst. POUCA
 Cert. Idade Pret. Le. Fs.
 Cart. Ident. Local Sr. Sç.
 Cart. Prf. Ser. Local
 Cart. Reserv. NAO Catheg. Regido
 Cert. Casam. Cart. Le. Fs.
 Tit. Eleit. NAO Insc. Local

Vida conjugal

Vida conj. dos paes POBRES E UNIDOS

Quantos irmãos 6 Mascul. 4 Fem. 2 Vivos 5 Fallec. 1
 Solteiros (Masc.) Solteiras (Fem.) Menores de 16 anos

Occupação diaria DESEMPREGADO
 Perm. no D. F. 9 ANOS Proc. MACEIO Estado ALAGOAS
 Ultimo trabalho DESCARGA DE CARVÃO Firma
 Local CAES. DO PORTO (PROLONGAMENTO) N.º Bairro
 Forma de salario DIARISTA Quanto ganhava 14\$000
 Porque saiu NAO E EFETIVO Data

Empregos exercidos SEMPRE COMO CARVOEIRO TRABALHA PELO GRAMADO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM CARVÃO MINERAL, QUANDO HA FALTA DE TRABALHADORES
 Já esmolaou NAO Local Renda Diaria
 Pert. a Synd. ou Soc. Beneficente SINDICATO DOS CARVOEIROS (FOI ELIMINADO, FALTA DE PAGAMENTO)
 Idade que se afastou do lar 20 ANOS Causa PARA TRABALHAR

Alimentação POR CONTA PROPRIA Relegião CATOLICA Vaccin SIM

Exames a que foi submetido

Cabello CAST Sobranc HORIZ Olhos CAST Barba RASP Bigode RASP

OBSERVAÇÕES DESEJA PASSAGEM PARA MACEIO NO ESTADO DE ALAGOAS, ONDE TEM PARENTES.

FUNDAMENTAL

Assig. do fichado

FUNCCIONARIO

J. R. S.